

O Partido... e a luta!

Reunião do Comité Central aprova três importantes resoluções:

«Destituição do Governo
tarefa imperiosa
das forças democráticas»

«Uma campanha organizativa
para fortalecer o Partido»

«Relações internacionais
do PCP»

Págs. 1, 2, 3 e 4 / **Semana**

1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto

«Alguns comentadores manifestam estranheza pelo facto de serem comunistas ou cooperarem com os comunistas muitos dos melhores valores da intelectualidade portuguesa: da ciência, do professorado, da tecnologia, da técnica, da literatura, da música, da canção, do teatro, do cinema, das artes plásticas.

«Entretanto, a razão é simples.

«Por um lado, nenhum outro partido mais que o PCP reconhece o alto valor dos intelectuais na sociedade. (...)

«Por outro lado, nenhum outro ideal, mais que o ideal dos comunistas, corresponde à aspiração mais profunda dos intelectuais no domínio das suas actividades específicas: a aspiração à completa realização das suas capacidades e potencialidades — científicas, artísticas, pedagógicas, técnicas.» **Álvaro Cunhal na sessão de encerramento**

Págs. 10 e 11 / **Semana**

Álvaro Cunhal visita o concelho da Covilhã no próximo fim-de-semana

• **Sábado**

11.00 h — **S. Jorge da Beira** (Minas), encontro com a população
• 13.00 h — **Barroca** (Minas) • 16.00 h — **Unhais da Serra**, encontro com a população • 18.00 h — **Cortes do Meio** (Junta de Freguesia)
• 21.30 h — **Covilhã**, sessão de esclarecimento no Cine-Teatro

• **Domingo**

10.00 h — **Canhoso**, encontro com a população • 10.30 h — **Aldeia de Carvalho**, encontro com a população • 15.30 h — **Casal da Serra** (Tortosendo), encontro com a população • 16.30 h — **Tortosendo**, sessão de esclarecimento, nos «Unidos»

Reforçar o trabalho para a jornada de 31 de Janeiro

**Médicos e enfermeiros
radicalizam combate
à política do Governo
no sector da Saúde**

**Covina: trabalhadores
impedem despedimentos**

**ORT's da Setenave
intervêm junto
da Alta Autoridade
contra a Corrupção**

Págs. 7, 8 e 9 / **Semana**

**Trabalhadores da MDF
à beira-Tejo, lutando...**

Págs. 1, 2 e 3 / **Em Foco**

**Defender os baldios
— tarefa urgente**

**Reforma Agrária:
consolidar a vitória
obtida no Parlamento**

Pág. 12 / **Semana**

... e ao trabalho!

Demissão do Governo — tarefa imperiosa

Destituir e substituir o Governo Cavaco Silva/PSD tornou-se uma tarefa imperiosa das forças democráticas portuguesas. Intensificar a luta do povo para que essa tarefa se concretize a breve prazo como necessária condição para uma política alternativa à do actual Governo minoritário de direita tornou-se uma exigência irrecusável do movimento operário e popular de massas na sua expressão mais diversificada e vasta.

Estes dois vectores de uma solução democrática dos complexos problemas que enfrentamos enformam a conclusão essencial do exame da situação política nacional efectuada no dia 16, último, pelo plenário do Comité Central do PCP — cuja Resolução noutro local publicamos — uma conclusão diariamente verificada numa prática política governamental atentatória dos interesses basilares do povo português, de Portugal e do seu regime democrático.

É uma verdade de fácil alcance que na hora actual se avolumam sobre o regime democrático e a independência nacional perigos que importa decididamente enfrentar e conjurar.

As forças democráticas, designadamente os partidos da oposição democrática com representação maioritária na Assembleia da República, que dispõem no momento actual de meios constitucionais para demitir o Governo, estão diante de um dilema que não se compadece com posições ambíguas ou simples afirmações de princípio sem correspondência nos actos.

É um dilema claro:

Ou os partidos da oposição democrática em maioria na Assembleia da República superam secundárias divergências e se dispõem a convergir numa plataforma política aceitável pondo em movimento uma Iniciativa Institucional concertada para a demissão e a substituição do Governo actual;

Ou não o fazem e se entregam a processos dilatatórios permitindo que se materializem os graves perigos que ameaçam Portugal de Abril e nesse caso ficarão, sem dúvida, fortemente responsabilizados perante o povo.

Quanto ao PCP a posição é também clara: o plenário do Comité Central, de 16 último, «reafirma a inteira disponibilidade dos comunistas para debater com os outros partidos democráticos todas as questões atinentes à demissão e substituição do actual Governo e à concretização de uma alternativa democrática que garanta a estabilidade das instituições e o respeito pela Constituição, o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida, a independência, a paz e a cooperação com todos os povos do mundo».

E no plano da luta de massas, pondo em destaque os preparativos e o significado da grande jornada da CGTP-*IN* e de todo o movimento sindical unitário para o dia 31 de Janeiro em Lisboa e noutras capitais do País (no Porto em 21 de Fevereiro), o Comité Central do PCP, salientando o desenvolvimento da luta popular em todas as frentes, reafirma que essa constitui uma das condições determinantes para a demissão do Governo e uma alternativa democrática.

Os partidos da oposição democrática em maioria na AR estão diante de uma realidade que não pode ser sofismada e à qual não podem ficar indiferentes sob pena de perderem a face.

Nestes últimos dias não afrouxou, antes se intensifi-

cou, a acção desestabilizadora, antipolar e antinacional do Governo minoritário de direita em todas as frentes da actividade corrente do País e do Estado.

No plano da economia e das finanças, na situação social, em sectores nevrálgicos como os da saúde, do ensino, da cultura, na política externa, no terreno das instituições, na simples ética do Estado, o Governo Cavaco/PSD atropela a legalidade democrática, espezinha os interesses e a dignidade de quem trabalha, compromete o prestígio de Portugal de Abril no mundo, trafica a nossa independência com as multinacionais da Europa e dos Estados Unidos, submete a critérios eleitoralistas, no quadro de uma descabelada chantagem de eleições antecipadas — que não pode provocar mas para as quais activamente se prepara —, o dispêndio dos recursos materiais do Estado e a manipulação partidária do aparelho do Estado e dos órgãos de Comunicação Social estatizados.

É uma realidade que salta à vista, apesar da sua condição minoritária e dos obstáculos que não tem podido ultrapassar no plano legislativo, devido à acção convergente dos partidos da oposição democrática na AR, que o Governo Cavaco/PSD tenta obstinadamente retomar e pôr em prática o plano contra-revolucionário interrompido em Julho de 1985 com a ruptura da coligação PS/PSD, joga com as hesitações e as vacilações do PS e do PRD e em alguns casos com a audiência e mesmo a simpatia de certos círculos e individualidades da oposição democrática para singrar na sua frágil barca governativa na rota da contra-revolução.

O sobranceiro desprezo do Governo minoritário de direita pelas instituições democráticas, a sua guerrilha institucional contra a Assembleia da República e os Tribunais patentearam-se mais uma vez na decisão de retomar, através do esbulho de terras, máquinas e bens das UCPs/Cooperativas, a entrega de reservas na zona da Reforma Agrária logo à raiz da aprovação na generalidade de duas leis que, por não promulgadas ainda, só moral e formalmente a interdita. A provocadora conduta do ministro Álvaro Barreto perante a Assembleia da República teve a correspondência lógica e ilegal nas acções arbitrárias e repressivas de novas entregas de reservas na zona da Reforma Agrária.

Nos domínios da Saúde e do ensino o Governo semeia o caos com as suas medidas irracionais. A decisão governamental, via ministra da Saúde, de despedir 1500 médicos do internato geral e de reestruturar a gestão hospitalar em moldes antidemocráticos, que provocou a indignação do corpo clínico hospitalar e a desorganização e agravamento das insuficiências nos respectivos serviços, atenta gravemente contra a saúde das populações.

No caos da assistência hospitalar assumem toda a sua gravidade as carências no capítulo da enfermagem onde a par da sobrecarga dos serviços se verificam condições de trabalho inaceitáveis pelos profissionais respectivos. Cresce o trefismo como contrato de emprego: 11% do total em 1985 e já 14% em Agosto de 1986.

No ensino, em pleno segundo período do ano lectivo, há ainda numerosas escolas por abrir, em várias que se encontram em funcionamento verificam-se preocupantes carências em termos de segurança dos alunos. Nos docentes só na Grande Lisboa mais de um milhão de professores não foram ainda colocados e cerca de 12 000 não conseguiram entrar no quadro geral. Para gritantes carências foram abertas apenas 450 vagas a que concorreram

mais de 11 500 professores. Os problemas do insucesso escolar tendem a agravar-se neste ano lectivo.

É sobre os trabalhadores que o Governo desencadeia com maior fúria a sua guerra social, numa ofensiva estreitamente conjugada com a do desmantelamento do Sector Público e Empresarial do Estado e a reprivatização das empresas mais rentáveis, com os planos de devastação das nossas fontes produtivas mais concorrenciais no quadro da CEE.

Os planos de desmantelamento das nossas maiores empresas nacionalizadas como a Quimigal, a Petrogal, a TAP, a EDP, a Setenave, a Siderurgia Nacional, e outras, entraram numa fase acelerada e para os levar a cabo intensificando a sabotagem por dentro o Governo prepara-se agora para correr com os gestores que não lhe mereçam confiança e para fazer nomeações em massa de novos gestores, verdadeiros homens de palha dos monopólios.

Nos campos, agora nas zonas do minifúndio e da pequena e média propriedade, o Governo Cavaco Silva/PSD prossegue, em obediência às determinações da CEE, as «reconversões» que estão agravando o fenómeno da desertificação e da aridez bravia da charneca em vastas zonas produtivas do País, ameaçando com a ruína e a miséria total centenas de milhares de agricultores.

Nenhuma solução é dada para os problemas das feiras e dos matadouros, amontoam-se e deterioram-se toneladas e toneladas de produtos cujo escoamento e comercialização não foram assegurados pelos diversos ministérios, os problemas dos baldios e do emparcelamento agrícola lançam na incerteza e na insegurança as populações rurais.

No plano económico começam a definir-se as grandes linhas não do nosso desenvolvimento mas da nossa crescente submissão e dependência relativamente aos monopólios da CEE. Torna-se cada vez mais claro que Portugal foi metido num barril de crise de que começam a estalar as aduelas com os graves problemas financeiros e orçamentais da Comunidade.

Os vastos meios monetários que a conjuntura internacional transitoriamente trouxe para Portugal estão a ser desbaratados sem qualquer proveito para o nosso desenvolvimento económico e social. O Governo de tecnocratas do PSD, numa acentuada queda das cotações do dólar ainda por estancar, apressou-se a amortizar um montante superior a 600 milhões de contos à Dívida Externa cujo crescente volume coloca cada vez mais como imperativo patriótico o problema da sua renegociação nos termos menos onerosos para a nossa economia e menos atentatórios da nossa independência nacional.

O escândalo do Irangate está levantando a capa das tortuosas vias da nossa política externa e das negociações que se encobrem sob o manto da nossa diplomacia.

Em quase coincidência com a viagem do Primeiro-Ministro aos Estados Unidos foi levada a cabo a sórdida operação das armas para o Irão e dos dinheiros para os «contras» da Nicarágua em que Portugal foi envolvido. Aparece agora como comparsa desta negociata atentatória das nossas disposições constitucionais de defesa da Paz e da nossa dignidade nacional o senhor Frank Shakespeare, ex-embaixador americano em Portugal, o mesmo que nos Estados Unidos aconselhou o Primeiro-Ministro português a informar os jornalistas americanos da po-

Resumo

14

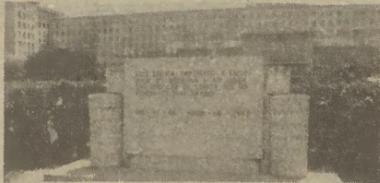
Quarta-feira

Álvaro Cunhal participa num debate com estudantes da faculdade de Direito de Lisboa sobre o tema «Desenvolver Portugal — ano 2000». Trabalhadores da Carris decidem paralisar 3 horas no dia 21. Reforma Agrária protesta contra entrega de reservas em Portel e Odemira e apela à intervenção da AR e do PR. António Capucho, líder do grupo parlamentar do PSD, declara que «a delimitação geográfica das regiões administrativas deverá verificar-se sempre depois da revisão constitucional». Ramalho Eanes afirma que «eleições antecipadas não são uma resposta desejável que se proponha ao País de ânimo leve cada vez que o exercício do Poder se torna menos fácil». União dos Sindicatos de Lisboa manifesta-se contra proibição de pinturas murais pela Câmara, considerando-a mais um «factor de repressão». Andrei Gromyko, chefe de Estado soviético, apela aos EUA para que adiram à moratória unilateral da URSS e suspendam também os seus testes nucleares. A administração Reagan prepara-se para baixar ainda mais o dólar, segundo o «New York Times». A greve parlamentar de 27 deputados da oposição contra recentes medidas económicas impede o governo de Napoleón Duarte de prolongar o estado de sítio em El Salvador.

15

Quinta-feira

«É necessário modernizar, mas resolvendo simultaneamente o problema do desemprego» — defende Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Os médicos desvinculados de Santa Maria (Lisboa) recebem cartas da



Hospital de Santa Maria:

gerência para, como tarefeiros, assegurarem as urgências nesta unidade hospitalar. Vítor Constâncio afirma que o processo de regionalização não deve esperar pela revisão constitucional, embora esta pudesse «aperfeiçoar» e «facilitar» alguns aspectos. Governo decide propor ao PS «estudo conjunto de medidas legislativas» para a Reforma Agrária. Na Madeira a inflação foi 4,5% superior à do continente e os transportes aumentaram no início do ano 30% — denuncia o Sindicato da Hotelaria desta região autónoma. Torgal Ferreira, administrador da Rádio Renascença, afirma que não há «um compromisso de Estado» para a concessão das novas frequências utilizadas pela RR desde o dia 1. No dia da entrada em vigor do cessar-fogo unilateral, o Afeganistão anuncia um acordo com a URSS que «abre caminho à retirada total» das tropas soviéticas, dependendo esta, «em grande medida, dos passos de resposta» dos contra-revolucionários e de quem os apoia. Trabalhadores gregos paralisam contra a política de «austeridade» do governo de Papandreu. EUA testam o míssil nuclear Trident-2. Joaquim Chissano e Robert Mugabe discutem no Zimbábue questões regionais da África Austral.

16

Sexta-feira

Reúne o Comité Central do PCP. Estruturas da Reforma Agrária consideram que o convite do Governo ao PS para conversações é uma tentativa de «atrasar ou até impedir» a votação na especialidade dos diplomas recentemente aprovados pela AR. CGTP-IN afirma em balanço que o patronato tem-se oposto «tenazmente» à redução do horário de trabalho, mas ela já foi conquistada «em vários sectores e empresas». O «diário» denuncia a penetração em Portugal, via «Canal Três», de Silvio Berlusconi, «rei do enlatado televisivo» e «membro n.º 1816 da loja maçónica P-2». O «Washington Post» revela que o Irão e o Iraque são os principais compradores das armas portuguesas exportadas. Hu Yaobang é substituído no cargo de secretário-geral do PC da China por Zhao Ziyang. Um grupo de militares da força aérea sequestra o presidente do Equador, exigindo a sua destituição, a libertação do general Frank Vargas Pazos, a demissão dos responsáveis militares e a «manutenção do processo constitucional» com eleições livres em 1988. Tropas filipinas são colocadas em alerta total. É anunciado que 800 membros de grupos contra-revolucionários afegãos já depuseram as armas desde o início do cessar-fogo unilateral.

17

Sábado

Grupo parlamentar do PCP considera «inaceitável e ilegítima manobra de pressão política» a decisão da agência Lusa de «desactivar» os serviços noticiosos da ex-Anop. Adriano Moreira afirma à Antena Um que «preferia eleições antecipadas a uma solução saída da actual Assembleia da República». Em carta ao presidente do município de Hiroshima, Mikhail Gorbatchov afirma que a URSS está disposta a declarar nova moratória aos ensaios nucleares e gostaria que as outras potências atómicas fizessem o mesmo. Cerca de quatro mil manifestantes pacifistas exigem em Cabo Canaveral, EUA: «Parem a contagem decrescente!». A Nigéria e a Líbia pedem a retirada do Tchad de todas as tropas estrangeiras.

18

Domingo



Mário Neves

Realiza-se a 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP, em que participa o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal. Primeira reunião nacional de organizações sindicais da saúde denuncia «crise grave» do sector, repudiam a legislação sobre gestão hospitalar e constituem grupos de trabalho para os temas concretos em debate. Trabalhadores vidreiros da Marinha Grande comemoram o 53.º aniversário do 18 de Janeiro. A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos denuncia «o risco que correm os motoristas dos TIR portugueses» que dormem nas cabanas dos camiões sem aquecimento. Trabalhadores dos supermercados reunidos em Almada, Lisboa e

Porto aprovam Proposta Reivindicativa Nacional; é ainda denunciado o facto de 40% do pessoal laborar em regime precário. 60 colectividades do concelho de Loures condenam a política governamental para o sector, nomeadamente os efeitos da aplicação da lei das rendas de casa e do IVA. Realizam-se eleições autárquicas intercalares nas freguesias de Lever, Águeda e Borralha. A TASS anuncia que o Presidium do Soviete Supremo da URSS atribuiu a Mário Neves a Ordem de Amizade dos Povos. A agência indiana UNI informa que o Paquistão está a concentrar tropas na fronteira com a Índia. Morre o pintor e dirigente comunista italiano Renato Guttuso.

19

Segunda-feira

O «Miami Herald» revela que o ex-embaixador dos EUA em Lisboa, Frank Shakespeare, coordenou, com a CIA e Oliver North, o transporte de armas de Lisboa para os «contras» da Nicarágua. No Hospital de S. José os responsáveis do banco alertam para a situação «insustentável e ingovernável» agravada com a desvinculação dos policlínicos e admitem demitir-se em bloco se não forem tomadas providências nos próximos 30 dias. Carlos Lilaia apresenta no Porto a proposta de lei de bases da regionalização elaborada pelo PRD. A revista «Newsweek» afirma que os somozistas venderam cocaína para os EUA com o fim de financiar as compras de armamento. O Iraque intensifica os ataques aéreos, enquanto o Irão aperta o cerco a Bassorá, numa nova escalada da guerra. O governo sul-coreano confirma a morte de Park Chong-Chul, de 21 anos, preso e torturado por suspeita de ser simpatizante comunista. Em mensagem ao «Grupo dos Seis» Gorbatchov declara que a URSS mantém todas as propostas feitas em Reykjavik. Em artigo no «Le Monde» o ministro da Defesa da URSS afirma que o seu país está disposto a «empreender imediatamente a reorganização de todo o nosso mecanismo militar em função de uma desnuclearização desde que todas as potências nucleares enveredem pelo mesmo caminho». Na Casa do Alentejo realiza-se um convívio com 300 jovens soviéticos, participantes no «Cruzeiro da Paz», organizado pelo departamento juvenil da Associação Portugal-URSS.

20

Terça-feira

Enfermeiros do Sul decidem em Assembleia Geral Extraordinária paralisar duas horas por turno dia 28. Assembleia da República aprova por unanimidade uma proposta do PCP para instaurar um inquérito à adjudicação de centrais digitais. Freitas do Amaral admite no Porto «com muito gosto vir a ser deputado da AR desde que haja eleições antecipadas». O conservador britânico Henry Plumb é eleito presidente do Parlamento Europeu. «Os Verdes» exigem a abertura das barragens espanholas para renovar urgentemente as águas do Guadiana e recuperar o rio. É apresentado à comissão de inquérito o relatório factual sobre o acidente que vitimou Samora Machel e outros dirigentes moçambicanos. Estudantes do ensino médio paralisam em Espanha contra os exames de selectividade e o *numerus clausus*, pela redução das taxas académicas, o aumento do orçamento para a educação e a ampliação do ensino gratuito.

lítica de salários de fome praticada em Portugal como incentivo aos investidores americanos e aconselhou Portugal a um regime de «alternância» com a destruição da democracia existente.

Podem os partidos democráticos com quem o PCP insiste na viabilização de uma alternativa democrática hesitarem e vacilarem na sua posição quanto a uma necessária mudança qualitativa na convergência que até agora permitiu infligir ao Governo minoritário de direita algumas sérias derrotas. Mas uma coisa é certa: tais posições hesitantes e vacilantes não são consonantes com as posições e a disposição de luta da imensa maioria dos trabalhadores e dos portugueses das classes, camadas e sectores intermédios da população.

A jornada de 31 de Janeiro (21 de Fevereiro no Porto) está galvanizando os trabalhadores das fábricas, dos escritórios, do mar, da Reforma Agrária, dos campos em geral. Lutas de larga projecção e participação estão mobilizando e levando a importantes vitórias parciais os trabalhadores que se levantam e resistem às ofensivas patronal e do Governo. Os trabalhadores da MDF acabam de obter resultados significativos, ainda que insuficientes, da sua heróica resistência. Os tectos salariais têm sido rompidos em inúmeras lutas e greves vitoriosas. Os médicos e enfermeiros levantam-se vigorosamente contra as medidas profissionais do Governo, os despedimentos e as gritantes carências no sector da Saúde. Na Carris de Lisboa, um processo de luta que os divisionistas da UGT prejudicaram seriamente reactiva-se. Os agricultores de Bragança em número de 5000 concentram-se exigindo a solução do problema dos matadouros.

Aos golpes do Governo contra o Sector Empresarial do Estado, contra a Reforma Agrária, contra os direitos e liberdades dos trabalhadores, contra a democratização do ensino, o direito à saúde e à cultura cresce a resistência do nosso povo.

Os partidos da oposição democrática com maioria na AR têm neste vasto movimento bastos motivos de inspiração e de confiança na luta por uma alternativa democrática.

No âmbito do movimento popular de massas, na firme resistência à política antidemocrática e antinacional do Governo Cavaco/PSD, na luta intransigente por uma alternativa democrática está a vigorosa acção dos comunistas.

O plenário do CC do PCP dedicou especial atenção ao reforço do Partido, à dinamização da sua actividade em todas as frentes, da sua organização, da sua ligação às massas.

O Comité Central decidiu realizar uma imediata campanha organizativa.

Cada vez mais, no seio da classe operária portuguesa, no vasto mundo do trabalho, cresce a convicção de que só um Partido cada vez mais forte e actuante pode viabilizar a viragem política que o povo português necessita e exige.

O momento é de ofensiva para o PCP. As inúmeras assembleias, plenários e reuniões de organização estão constituindo um poderoso «élan» do trabalho e da acção dos comunistas. Trazer novos membros ao Partido, trabalhar cada vez mais e melhor é uma exigente tarefa do nosso grande colectivo partidário.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes —
1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28 77 98 25 76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08 69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
— 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

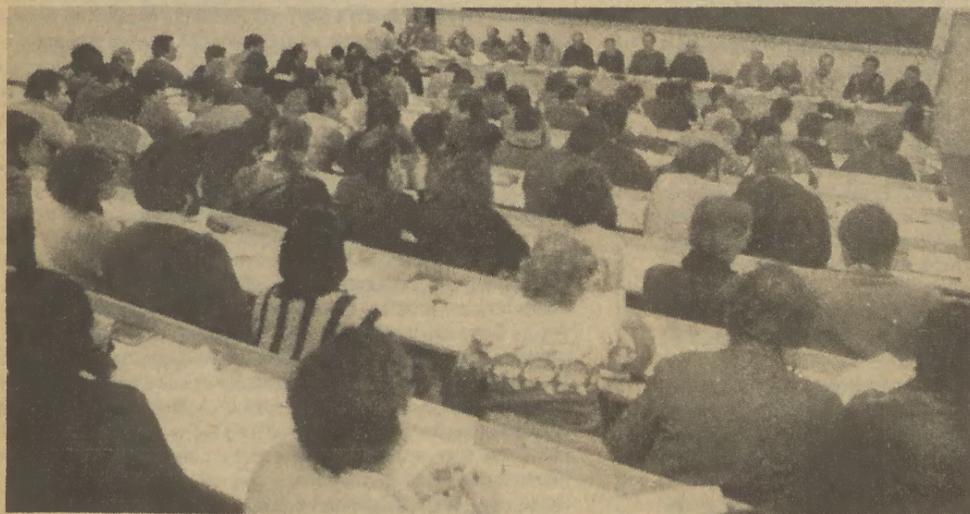
Composto e Impresso na Heka
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Novembro: 30 825

Reunião do Comité Central do PCP aprovou três resoluções:

- «Destituição do Governo, tarefa imperiosa das forças democráticas»
- «Uma campanha organizativa para fortalecer o Partido»
- «Relações internacionais do PCP»



A reunião do Comité Central do PCP do dia 16 de Janeiro...



... e a mesa que deu a conferência de imprensa na tarde desse dia: os camaradas Vítor Dias e Helena Medina, do CC, e Carlos Brito e José Casanova, do CC e da Comissão Política

Conferência de imprensa

Na tarde da passada sexta-feira, num intervalo da reunião do CC, os camaradas Carlos Brito, José Casanova, Helena Medina e Vítor Dias encontraram-se com os jornalistas.

Carlos Brito deu uma informação sobre as conclusões da reunião do Comité Central, afirmando a dado passo da sua intervenção inicial:

«O executivo de Cavaco Silva prossegue a política de subversão do regime democrático e as atitudes de desafio e provocação à Assembleia da República e aos partidos da oposição.»

E acrescentou:

«Entretanto, as grandes derrotas que lhe foram infligidas pela luta popular e a convergência democrática em algumas áreas da sua acção acentuaram a sua fragilização e isolamento no quadro partidário e confirmam a existência de condições institucionais para uma alternativa.»

«O CC do PCP faz um apelo - disse em seguida - a todas as forças políticas e sociais que se opõem ao Governo para intensificarem a luta pela sua demissão e aos partidos da oposição democrática, que constituem a maioria da Assembleia da República, para assumirem plenamente as suas responsabilidades, não se limitando a dizer não a aspectos mais ou menos amplos da política governamental, mas comprometendo-se seriamente na procura, preparação e concretização dos caminhos que conduzem a uma alternativa democrática.»

A subsistência do Governo é um perigo para a democracia

Carlos Brito sublinha que o CC «chama a atenção para a persistência com que o Governo prossegue a sua ofensiva contra-revolucionária, o que atesta a natureza da sua ligação ao grande capital e ao imperialismo, e para os resultados que apesar de tudo vai obtendo, o que põe em evidên-

cia os largos poderes e meios de acção que a nossa Constituição reserva ao Executivo. Estas duas circunstâncias combinadas ajudam a demonstrar os perigos que decorrem da permanência do Governo, mesmo com uma oposição parlamentar maioritária.»

Referindo-se à «aquiescência ou concordância» do PS e do PRD que permitiu ao Governo êxitos pontuais, aquele membro da Comissão Política do CC lembrou «as lições do processo político português que mostram, claramente, que as cédências ao avanço da contra-revolução não trazem nenhum benefício aos partidos democráticos, antes os enfraquecem e os isolam das suas bases de apoio e eleitorado naturais.»

«Da campanha da direita à volta das eleições legislativas antecipadas - declarou Carlos Brito - não se pode retirar a conclusão que o Governo, o PSD e a direita querem mesmo promover eleições legislativas antecipadas a curto prazo. O que querem é impedir que avance e se concretize uma alternativa democrática sem eleições e com base no actual quadro parlamentar.»

As perguntas dos jornalistas

Carlos Brito colocou-se depois à disposição dos jornalistas para responder a eventuais perguntas.

Questionado acerca da posição do PCP face ao convite feito pelo Governo ao PS para conversações sobre a Reforma Agrária, comentou que «esta acção do Governo é um primeiro grito de dor devido à derrota sofrida na Assembleia da República» com a aprovação dos diplomas apresentados pelo PS e pelo PRD.

Já era conhecida a proposta socialista de alargar o leque de participantes em tais conversações a outros partidos. Uma jornalista quis saber se «nessas condições o Partido Comunista

estaria disposto a sentar-se à mesa com o PSD, com o PS e, eventualmente, com outros partidos.»

Carlos Brito considerou «uma violação do estatuto da oposição» o facto de o Governo consultar o PS e o PRD sobre alguns problemas, como a Lei da Rádio, a Reforma Agrária, o Estatuto da Condição Militar, e não ter proposto nenhum contacto com o PCP. No entanto, o PCP «está disposto a sentar-se à mesa com quem for necessário» para defender a Reforma Agrária.

Respondendo a um jornalista que perguntou «porque não avança o PCP uma moção de censura?», Carlos Brito considerou o recurso a esse «instrumento institucional» uma questão que se coloca a todos os partidos da oposição democrática no quadro de uma posição «activa» para a substituição do Governo, pelo que deve ser «objecto de troca de opiniões.»

«O actual quadro parlamentar oferece muitas possibilidades, muitas soluções: a quatro, a três, a dois, a um, a cinco, se considerarmos também «Os Verdes» - disse Carlos Brito - a propósito das «vias práticas» para a formação de um Governo de alternativa ao do PSD/Cavaco.»

As sondagens também vieram a lume na conferência de imprensa. O dirigente do PCP salientou os resultados do painel Expresso/Norma, mostrou-se inclinado a pensar que, ao longo do tempo, «o painel passou-se para o PSD», ressalvando que «isso é um problema do painel, não uma questão do País.»

Um jornalista estrangeiro quis saber a posição do Partido face às notícias sobre a implicação de Portugal no fornecimento de armas aos contra-revolucionários que combatem o governo da Nicarágua. Carlos Brito manifestou «a maior repulsa» por tal envolvimento e afirmou que «em toda a nossa acção política iremos denunciar perante o nosso povo mais esse atentado aos interesses do nosso povo, aos interesses do nosso país.»

Revisão

Ao formar a sua opinião sobre esta política cavaquista que há mais de um ano devasta o País, o cidadão comum possui, para tal, os resultados da mesma. O que lhe sobra. Há empresas que fecham, salários que se atrasam e desemprego que continua. Há médicos despedidos e hospitais caóticos. Há terras roubadas ao arripio da vontade da maioria e da lei. Há...

Se, no entanto, o cidadão pretende apoiar-se em outros dados que não aqueles que a realidade imediata lhe fornece e assim formar uma opinião mais avisada, fundamentada e esmiuçada do estado a que as coisas chegaram, todo o cuidado é pouco.

Não é que os jornais não abundem.

Não é que a rádio se cale.

Não é que a TV não transmita.

O cidadão que procure ver o seu país, chegar aos problemas e ter uma ideia das propostas que são avançadas para solucioná-los tem de, primeiro, fazer a sua escolha. Ver de dentro o País não é tarefa fácil.

Primeiro há que fazer vista grossa à televisão, povoada de vozes e de imagens de ministros e de secretários de Estado cuja alta opinião de si próprios é inversamente proporcional ao bem que fazem e às promessas que engendram. Quanto à rádio, entre a hora e a onda, cuidados se impõem ao rodar o botão do sintonizador, não venham as vozes repetir os discursos do poder e martelar o ouvido cheio de colonização musical.

A imprensa escrita, já se sabe — cada cor seu paladar e a cada brasa a sua sardinha, as imagens distribuídas ao leitor têm menos a ver com a verdade do que com a vontade de quem escreve ou de quem manda escrever nos jornais da burguesia — seja ela reaccionária, liberal ou tingida de esquerda.

Há, no entanto, entre as várias cores, paladares e sardinhas dessa imprensa, um denominador comum que nos últimos tempos se vem impondo — o da criação artificial de um facto político «novo» que, à força de se repetir, poderá levar o cidadão a considerá-lo normal. Com «sondagens» a apoiar, entrevistas a colorir, artigos a dar o tom, eis que começa a instalar-se uma nova imagem: a de um país onde as eleições antecipadas seriam inevitáveis...

Pouco importa que um semanário afirme que «O PSD regista forte subida», atribuindo-lhe 43,9%, enquanto outro titula que «O PSD está longe da maioria» e sublinhe que a «sondagem trava impetus de Cavaco». O tema são as eleições. Para as quais novo «argumento» foi distribuído — o da «revisão constitucional»...

Chovem as especulações, as projecções, as «notícias». Adriano Moreira diz na rádio que prefere eleições a outra «solução». Jardim, que recentemente foi reapresentado ao público leitor de um vespertino democrático como um «democrata», pronuncia-se pela reconstituição da «AD». É anunciada uma proposta do PS ao PSD relativa à revisão constitucional num semanário reaccionário. Um outro afirma que o «PSD quer recuperar acordo de cavalheiros» com o PS.

Exceptuando os comunistas, onde estão as propostas do campo democrático para uma nova política — possível com um entendimento da oposição, que é maioritária — que ponha cobro aos malefícios da governação actual?

A imagem que se pretende dar do País não é a da urgência em mudar de política mas a do jogo político.

Que imagem, entretanto, se projecta «lá fora»? Pouco interessada nas «maravilhas» de Cavaco, a insuspeita imprensa ocidental vê Portugal como um país de faca e alguidar e a sua capital como uma Lisboa-Connection onde é fácil e rentável o negócio escuro em grande escala.

Escolhido por Reagan como fornecedor de armas aos «contras» da Nicarágua, plataforma do Irangate, Portugal é mencionado sempre que cheira a esturro, «fornecendo» notícias de tráfico e de sangue — um português é preso em Madrid acusado de tráfico de divisas; outros são acusados de ligação com o tristemente célebre «GAL», um deles havendo «trabalhado» para uma empresa de «segurança» que presta serviços à embaixada dos EUA em Lisboa.

Virado país exportador de armas para terrorismo, de traficantes de divisas e de assassinos a soldo, Portugal vem-se tornando «notícia» lá fora. É o país onde o caso DOPA parece ter sido esquecido — talvez pelas suas ligações com personalidades então com pasta nos ministérios; onde uma grande operação bancária fraudulenta ainda não foi desmontada continuando uma certa D. Branca a dar a face sozinha a um processo que estagnou; onde um subinspector da Judiciária pôde levantar voo e andar a monte, ameaçando «falar».

Estas algumas facetas do país de Cavaco, a que a imprensa ocidental chama um figo.

Neste país será preciso rever a Constituição — ou rever a moral? Fazer eleições — ou formar novo governo? Fazer sondagens — ou fazer uma nova política?

■ L. M.

PCP

Resolução do Comité Central do PCP

Destituição e substituição do tarefa imperiosa das forças

O Comité Central do PCP examinou a situação política nacional, tendo concluído que se torna cada vez mais imperiosa a destituição e substituição do Governo PSD/Cavaco Silva e que continuam a existir condições favoráveis à luta por uma viragem democrática da vida nacional.

O executivo de Cavaco Silva prossegue a política de subversão do regime democrático e as atitudes de desafio e provocação à Assembleia da República e aos partidos da oposição. Entretanto, as grandes derrotas que lhe foram infligidas pela luta popular e a convergência democrática em algumas áreas da sua acção acentuaram o seu progressivo enfraquecimento e isolamento no quadro partidário e confirmam a existência de condições institucionais para uma alternativa.

O Comité Central do PCP salienta que é altura de todas as forças políticas e sociais que se opõem ao Governo intensificarem a luta pela sua demissão, e dos partidos da oposição democrática, que constituem a maioria da Assembleia da República, assumirem plenamente as suas responsabilidades, não se limitando a dizer não a aspectos mais ou menos gravosos e significativos da política governamental, mas comprometendo-se seriamente na procura, preparação e concretização dos caminhos que conduzam a uma alternativa democrática.

1

Perigo para a democracia

A evolução da situação portuguesa nos últimos meses confirma que a permanência do Governo de Cavaco Silva constitui de modo cada vez mais evidente um enorme perigo para o regime democrático e um verdadeiro atentado aos interesses do País.

Nas suas manobras para se manter no poder e alargar o seu poder, o Governo minoritário não tem hesitado em deitar mão das intrigas mais aventureiras e indignas, procurando envolver nelas as instituições democráticas, outras instituições do País e a própria Igreja Católica.

Mantém uma permanente guerrilha institucional contra a Assembleia da República, não executa algumas das suas leis, procura humilhá-la e vilipendia-la no conceito público. Não acata os acordos do Supremo Tribunal Administrativo sobre a Reforma Agrária. Denigre, viola e contesta a Constituição e leis essenciais da República. Não respeita o Estatuto da oposição. Contribui para a degradação da situação nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e exacerba tanto as tendências separatistas como as centralizadoras em relação à autonomia. Transforma a Televisão, a Rádio e os jornais do sector público em instrumentos da propaganda mais descarada do Governo, contrariando tudo o que está constitucional e legalmente estabelecido. Procura suscitar agora, com claros objectivos eleitoralistas, uma questão religiosa em torno da Lei da Rádio e aparece a capitanear um movimento de desobediência em relação a ela.

O Governo de Cavaco Silva que adoptou desde há muito uma atitude de rebeldia institucional transforma-se agora num agente de rebelião contra leis e instituições democráticas, cujo funcionamento normal não pode deixar de ameaçar e comprometer.

O Governo de direita mostra-se completamente incapaz de tirar partido de factores externos muito favoráveis ao nosso país para relançar a economia e promover uma sensível melhoria das condições de vida do nosso povo.

O Governo actua com dois objectivos essenciais:

1.º **A ofensiva contra-revolucionária** visando a liquidação das transformações e conquistas democráticas do 25 de Abril e a aceleração da restauração dos monopólios e latifúndios.

2.º **A ofensiva eleitoralista** feita com a utilização dos grandes recursos que a conjuntura favorável põe nas suas mãos tanto para impedir a concretização de uma alternativa democrática com o actual quadro partidário como para preparar a abertura de uma crise julgando poder conduzir a eleições legislativas antecipadas num momento que o Governo e o PSD considerassem eleitoralmente vantajoso.

Entretanto, não foi resolvido nem está no caminho de solução nenhum dos grandes problemas nacionais e em vez disso agrava-se e degrada-se a situação em áreas fundamentais da vida do nosso povo e tomam-se novos compromissos que limitam gravemente a soberania nacional.

2

As derrotas do Governo e a ofensiva contra-revolucionária

Os planos contra-revolucionários do Governo Cavaco Silva têm sofrido severos reveses e clamorosas derrotas.

O Governo não conseguiu fazer passar nenhuma das grandes alterações reaccionárias que tem querido introduzir na legislação laboral. O seu pacote contra as liberdades foi adiado, limitado e condicionado. Viu derrotado, em meados do ano passado, o seu pacote contra a Reforma Agrária, que foi contido pela luta dos trabalhadores e é confrontado agora com a aprovação na generalidade de projectos de lei que retiram poderes ao ministro da Agricultura em relação à atribuição de reservas. Muitas operações governamentais contra o sector público da comunicação social têm sido contestadas e travadas e tem sido aprovada legislação democrática contrária à pretendida pelo Governo, como aconteceu agora com a Lei da Rádio. O Governo tem sido também forçado a recuar pela luta dos trabalhadores e pela acção dos partidos democráticos em alguns dos seus ataques ao sector público da economia, como aconteceu por exemplo com a tentativa da extinção da CNP.

A derrota na Assembleia da República da Lei das Grandes Opções para 1987 e a contestação generalizada que levou o Governo a retirar as Grandes Opções a Médio Prazo, constitui uma rejeição geral da política do Governo, mas constitui de modo especial a condenação de certos aspectos da ofensiva contra-revolucionária que desenvolve visando liquidar as transformações, as conquistas e os direitos alcançados com o 25 de Abril.

O CC do PCP salienta como muito positivo as derrotas infligidas ao Governo de direita que confirmam a sua inadequação aos interesses do País, ao regime democrático e ao quadro presente da nossa democracia. **Mas chama a atenção para a persistência com que o Governo prossegue a sua ofensiva contra-revolucionária, o que atesta a natureza da sua ligação ao grande capital e ao imperialismo.** Esta circunstância demonstra os perigos que decorrem da permanência do Governo, apesar do seu carácter minoritário.

No que respeita aos direitos dos trabalhadores, o Governo persiste em desregular a legislação que protege direitos históricos fundamentais, designadamente para aumentar o tempo diário e semanal de trabalho. Insiste na chamada flexibilização da legislação, favorece as reformas compulsivas e a chantagem em torno de indemnizações para encobrir verdadeiros despedimentos colectivos em larga escala. Tenta impor um novo tecto salarial em concertação com o patronato e os divisionistas da UGT.

No que respeita às liberdades, o partido do Governo avança com a tentativa inconstitucional de limitar a liberdade de expressão, designadamente o esclarecimento e a propaganda política, através do condicionamento de afixação de cartazes e de proibição de murais e inscrições, formas utilizadas pelos partidos e organizações de trabalhadores com menores recursos e mais fortemente discriminados nos grandes meios de comunicação social. Com o novo Código do Processo Penal no qual se pretende inserir disposições inconstitucionais sobre buscas, revistas, apreensões e prisões sem culpa formada, o Governo tenta consagrar o policiamento da instrução criminal. Retoma as pressões para a aprovação de uma Lei de Segurança Interna. Adopta medidas com vista à centralização das polícias sob o comando do MAI. Acelera a montagem com vastos meios dos Serviços de Informações (a nova polícia política). Generaliza o uso inconstitucional da informática para tratamento de dados dos cidadãos, incluindo de natureza política. Deixa que se propaguem violências policiais sobre cidadãos detidos.

No que respeita à Reforma Agrária, o Governo tem recorrido a toda a espécie de expedientes, prepotências, arbitrios, ilegalidades e crimes. Não respeita nem leis, nem o Supremo Tribunal Administrativo. Entrega reservas a amigos, a clientelas e até a mortos. Congela contas bancárias das UCP's/Cooperativas. Rouba máquinas, gados, ferramentas, frutos pendentes. Não acerta contas, mas generaliza as penhoras, corta créditos e impede a candidatura a fundos da CEE. Fomenta acções de reivindicação sem expropriar o que a lei manda expropriar. Manda espancar, aterrorizar, reprimir — numa ofensiva que visa claramente, agora sem disfarce nem escrúpulos, a total destruição da Reforma Agrária e a reconstituição do latifúndio.

No que respeita à comunicação social, o Governo prossegue em força o ataque ao sector público através da tentativa de venda do Jornal de Notícias, de partes rentáveis da empresa do Diário Popular e da Empresa Notícias/Capital, da extinção da ANOP e a criação da Lusa, da concessão ou alienação da exploração da Rádio Comercial. Leva a proporções até agora desconhecidas a governamentalização, instrumentalização, partidarização e manipulação dos órgãos mais importantes, com destaque para a TV, onde passaram a prevalecer as reportagens e comentários elogiosos da actividade governativa e de descrédito da Assembleia da República e dos partidos da oposição. Pretende utilizar sem quaisquer escrúpulos a Igreja Católica como arma de arremesso da sua política, como já acontecera com o canal da TV para a Igreja e mais recente-

16 de Janeiro de 1987

Governo democráticas

mente com a polémica em torno do licenciamento de estações de rádio.

No que respeita ao sector público da economia, o Governo prossegue a política de desmembramento, asfixia e extinção de empresas públicas. Amplia a emissão de títulos de participação do capital privado no capital social das empresas públicas. Intensifica a venda ao desbarato das participações dos bancos em empresas rentáveis. Acentua a degradação do estatuto das empresas públicas com a sua transformação em SARL's que já foi estabelecido para a UBP e para a Dragapor e que o Governo se propõe aplicar a outros bancos nacionalizados num prazo curto. Reforça os apoios e facilidades preferenciais à banca privada. A forma como foi processada a última baixa das taxas de juro prejudica a banca nacionalizada e a liberalização das taxas de juro sobre os depósitos à ordem favorece a banca privada. Põe em marcha uma série de medidas no sentido de reduzir o papel do sistema bancário no mercado financeiro, incluindo com a constituição de várias novas empresas e «instrumentos». Cria dois fundos de investimento mobiliários (IVESF e FIDOR), um «fundo de investimento imobiliário» (FUNDIMO), uma «Sociedade de Investimentos» (GEOFINANÇA) e uma «Sociedade de Capital de Risco» (Sociedade Portuguesa de Capital de Risco). Promove na generalidade destes casos a ligação de bancos nacionalizados (que serão os financiadores), com o capital privado que será beneficiário.

O CC do PCP chama a atenção para esta vasta ofensiva reaccionária que o Governo PSD/Cavaco Silva tem em marcha e salienta também que ela só tem podido continuar a desenvolver-se pela condescendência, aquiescência ou concordância do PS e do PRD. **As lições do processo político português mostram, contudo, claramente, que as cedências ao avanço da contra-revolução não trazem nenhum benefício aos partidos democráticos antes os enfraquecem e os isolam das suas bases de apoio e eleitorado naturais.**

3

A ofensiva eleitoralista

Desde que chegou ao poder, o Governo de Cavaco Silva, embora proclamando para efeitos de propaganda as suas preocupações de Estado, tem actuado sim como um verdadeiro estado-maior eleitoral do PSD. Trabalha não para exercer as competências governamentais em benefício do país, mas explorar os poderes do Governo em benefício do grande capital e dos objectivos eleitorais do seu partido. A excepcional conjuntura externa que acompanha o Governo praticamente desde o seu nascimento tem sido gerida por ele, não para melhorar as condições de vida do povo e o relançamento da economia, mas como uma fonte de receitas para financiar as jogadas eleitoralistas do Governo.

O CC do PCP salienta que o mais minoritário de todos os governos, consciente da sua fragilidade, utilizou desde a primeira hora a chantagem eleitoral sobre o PS e o PRD como uma forma de prolongar a existência e tentou erigir como doutrina oficial que só seria legítima a sua substituição após a realização de novas eleições legislativas.

Apesar de fazer do eleitoralismo uma das componentes fundamentais da sua acção, até há pouco o Governo não falava nem mandava falar muito de eleições. A situação mudou após os reveses na votação do Orçamento do Estado para 1987. O Governo percebeu que não conseguiria fazer passar uma moção de confiança. O Governo calou-se com a moção de confiança mas os jornais, e outros órgãos de comunicação social e os comentaristas de serviço que lhe são afectos começaram a defender eleições legislativas antecipadas.

Mas foi um membro do Governo, o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, aliás, em declarações que ficaram famosas pela maneira inadmissível como se referiu à Constituição da República, quem levantou a ponta do véu sobre os propósitos do Governo ao declarar que «não existem condições para fazer qualquer revisão constitucional digna desse nome, atendendo ao espectro partidário da actual Assembleia da República», e ao acrescentar que «é necessário encontrar uma maioria qualificada capaz de assumir as grandes questões nacionais».

O CC do PCP entende que é necessário esclarecer que com toda esta campanha, o Governo, o PSD e a direita o que sobretudo pretendem agora é impedir que avance e se concretize uma alternativa democrática sem eleições e com base no actual quadro parlamentar.

Mas para o PCP é também claro que se da parte do PS e do PRD se continuam a manifestar indecisões, hesitações e recelos ou mesmo oposição à concretização a curto prazo de uma alternativa democrática com o presente quadro parlamentar, então entrega-se neste domínio a iniciativa ao Governo, ao PSD e à direita. Nesta circunstância não é temerário prever que eles continuarão a desenvolver planos para o «novo bloco conservador».

O PCP confia no reforço da sua votação em eventuais eleições antecipadas. Mas, na situação actual, eleições antecipadas não são necessárias. Há um quadro parlamentar com potencialidades para gerar uma política e um Governo democráticos, como tem sido demonstrado em múltiplas votações na Assembleia da República. Falta ainda a vontade política. É por isso preocupante ouvir declarações de dirigentes de outros partidos da oposição que alinham objectivamente com a campanha do Governo e da direita a favor de eleições antecipadas.

Institucionalmente é o Presidente da República e não o Governo que pode convocar eleições gerais com a prévia dissolução da Assembleia da República.

Politicamente o conjunto dos partidos da oposição democrática pode fazer fracassar a campanha do Governo, viabilizando uma alternativa democrática, na base da maioria de que dispõe na Assembleia da República.

4

Em vez de solução agravamento dos grandes problemas nacionais

Para se compreender melhor o que significa a conjuntura externa excepcionalmente favorável, calcula-se que só a pança resultante da queda do dólar e da baixa das cotações do petróleo e de outras matérias-primas representa, em 1986, um ganho para o nosso país de mais de 200 milhões de contos.

O que faz o Governo a toda a excepcional ajuda resultante desta conjuntura? Como a reflecte na vida do país? Basta um relance rápido por alguns aspectos da situação social e da situação económica para se concluir que não há sensíveis melhorias e que há em certos casos agravamento, o que significa que às mãos do Governo de Cavaco Silva a situação teria piorado globalmente se não fosse a actual conjuntura externa.

No plano social, o desemprego continuou a aumentar, cresceu o emprego precário e o trabalho ilegal, generalizou-se o trabalho infantil, o flagelo social dos salários em atraso conheceu um novo agravamento em muitas empresas com o Governo a boicotar a aplicação da lei aprovada na Assembleia da República. O Governo prepara-se para criar novos entraves à contratação colectiva e estabelece em colaboração com o patronato e os divisionistas da UGT um novo tecto salarial.

Continua a degradação nos serviços de saúde, enquanto a ministra despede 1500 jovens médicos e pretende liquidar a gestão democrática dos hospitais. O sistema de ensino vai de mal a pior. Na habitação ampliam-se as carências e aumentam as rendas.

No plano da economia, o crescimento do PIB é calculado nos modestos 4%, mais ou menos igual aos 3,3% de 1985, quando as condições económicas e financeiras foram, agora, manifestamente muito mais favoráveis. O crescimento do Investimento deve situar-se abaixo da previsão do Governo (9-10%) apesar da base de partida ser muito baixa devido à diminuição de quase 30% verificada em 3 anos anteriores. **Na balança comercial**, se excluirmos o petróleo, cereais e oleaginosas, cujos preços baixaram significativamente nos mercados internacionais, regista-se um agravamento significativo do respectivo défice (nomeadamente nas pescas, químicos, ferro e aço, máquinas e material de transporte).

Entretanto, amplia-se o cortejo das empresas que caem em dificuldades, paralisam e vão à falência com graves consequências sociais e na economia nacional.

Na agricultura, e já não falando no pantanal de ilegalidades que é a actuação governamental contra a Reforma Agrária, o Governo não tomou qualquer medida de fundo para atacar os graves problemas da lavoura portuguesa. Os fundos da CEE estão a ser canalizados para os grandes intermediários e os grandes industriais. A política do Governo para a agricultura tem-se traduzido em medidas gravosas para sectores significativos (tomate, vinho, leite, carne) pelo aumento dos factores de produção e sobretudo pela introdução das normas e regulamentos da CEE em termos que, a curto prazo, conduzirão ao agravamento de todos os problemas.

As consequências da adesão à CEE — um ano volvido, e embora o Governo reserve muitos dados necessários a um rigoroso balanço, pode afirmar-se já que: a adesão não é um factor de modernização acelerada do país, mas, pelo contrário, fonte de maiores e novas dificuldades para a maioria dos sectores da economia, muitos dos quais ameaçados de ruína; o défice comercial de Portugal com a CEE a 12 aumentou de modo verdadeiramente assustador (o agravamento só nos nove primeiros meses de 1986 foi da ordem dos 54 milhões de contos); a mistificação dos chamados Fundos Estruturais foi desmascarada tendo ficado claro que estes não só não dão cobertura futura das contribuições obrigatórias de Portugal para o Orçamento da CEE, como são outra fonte de ingerên-

cia e dependência; a integração continua a ser usada ainda como grande operação visando servir de pressão e favorecer a restauração monopolista. A agravar tudo isto Portugal ratificou o Acto Único Europeu que acentua seriamente as limitações à soberania nacional num processo quase secreto, sem informação ao país e nem sequer aos deputados.

Noutros aspectos de política externa o Governo Cavaco e Silva continuou a envolver o país em conspirações vergonhosas do imperialismo contra a liberdade dos povos como no caso das vendas de armas aos «contras» da Nicarágua e mostrou-se incapaz de conseguir uma real melhoria das relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa, antes sugerindo uma política de condescendência para as actividades dos inimigos desses povos e Estados independentes em território nacional, que apontam para a sua nova degradação.

O Comité Central do PCP salienta que não tem qualquer fundamento o último grito de propaganda governamental, segundo o qual «a crise acabou!» Pelo contrário, a crise continua. **E como não foram tomadas medidas de fundo — nem este Governo será capaz de as tomar — tudo indica que, a não se concretizar uma alternativa democrática, uma vez passada a actual conjuntura verificar-se-ia um novo e acentuado agravamento de todos os problemas, incluindo os da balança comercial e de transacções correntes.**

5

Alternativa, convergência e unidade

A evolução da situação faz ressaltar a responsabilidade dos partidos democráticos na manutenção do Governo do PSD e no prosseguimento da sua desastrosa e perigosa política.

Tornou-se claro no dobrar do ano que Cavaco Silva tudo fará para se manter no poder. A oposição ao seu Governo tornou-se entretanto mais forte e operativa.

Subsistem, contudo, as indecisões, as indefinições e as hesitações tanto por parte do PRD, como da parte do PS.

O primeiro, ao mesmo tempo que anuncia a disposição de procurar também no actual quadro parlamentar uma alternativa democrática, continua a viabilizar medidas que se integram na ofensiva contra-revolucionária do Governo.

O PS, porque tendo culpado ao longo de meses o PRD de ser o sustentáculo do Governo, se furtava agora a assumir as suas responsabilidades na procura de uma alternativa e continua, também ele, a viabilizar medidas de ofensiva contra-revolucionária do Governo, incluindo no domínio da limitação e condicionamento de propaganda política como aconteceu recentemente na Assembleia da República.

Partidos da oposição democrática referem que antes da abertura de uma crise governamental, devem estar encontradas as respostas para as questões do novo Governo e da política que este deve praticar.

Esta opinião aponta, porém, não para que se fuja a encarar de frente estas questões, mas para que se procure através de um debate democrático, responsável e urgente a preparação da alternativa política e da política alternativa.

Da mesma forma, se o Governo com receio de ser derrotado não ousa apresentar uma moção de confiança apesar dos sucessivos reveses das suas propostas na Assembleia da República, os partidos da oposição democrática têm forçosamente de considerar em termos práticos a apresentação de uma moção de censura.

O CC do PCP reafirma a inteira disponibilidade dos comunistas para debater com os outros partidos democráticos, o mais urgentemente possível, todas as questões que se prendem com a demissão e a substituição do actual Governo e a concretização de uma alternativa democrática que garanta estabilidade das instituições e o respeito pela Constituição, o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida, a independência, a paz e a cooperação com todos os povos do mundo.

O CC do PCP considera uma condição positiva para a luta por uma alternativa democrática a nova convivência e o clima de diálogo que se desenvolveu ao longo de 1986 entre os partidos da oposição democrática tanto ao nível das direcções centrais, como das estruturas regionais e de base.

São particularmente importantes a cooperação para a realização de iniciativas conjuntas para assinalar a luta pela liberdade e a democracia, com destaque para as comemorações do 25 de Abril e a convergência democrática de posições é de voto relativamente a importantes diplomas que se têm verificado na Assembleia da República.

O CC do PCP, tendo em conta o desenvolvimento deste espírito de diálogo e convergência democrática e as intrigas do Governo, chama a atenção para três questões de grande actualidade: **regionalização, planos de revisão da legislação eleitoral e revisão da Constituição.**

Em relação à regionalização, o Governo de Cavaco Silva e do PSD, para manter a suas «regiões» na base das

PCP

Resolução do Comité Central do PCP 16 de Janeiro de 1987

Destituição e substituição do Governo tarefa imperiosa das forças democráticas

Comissões de Coordenação Regional (CCR's), através das quais trafica influências, dinheiros da CEE, promove o cacicato regional e as tentativas de ingerência no Poder Local. Não é isto seguramente que interessa às forças da democracia.

Em relação aos planos de revisão da legislação eleitoral, a pretexto da alegada questão da aproximação entre os eleitos e os eleitores, o PSD, liquidando o princípio da proporcionalidade, procura concretizar o velho sonho de conseguir uma maioria parlamentar com uma minoria de votos. Não pode haver dúvidas que qualquer cedência no princípio da representação proporcional, além de inconstitucional e atentatória do regime democrático, representaria também grave prejuízo para as forças democráticas.

Em relação à revisão da Constituição, a direita já começa as suas campanhas e é de prever que em breve pretenderá fazer dela uma questão determinante da vida política portuguesa, por forma a escamotear os reais problemas do país e a dificultar a luta por uma alternativa democrática. Não parece haver dúvidas que é do interesse do regime democrático que a revisão da Constituição e o debate que normalmente a acompanha se faça segundo as datas e as condições constitucionalmente estabelecidas.

O PCP está naturalmente interessado em abordar estas questões com os demais partidos democráticos, procurando aproximar pontos de vista, para que se dê uma resposta adequada ao Governo e à direita.

O CC do PCP analisou as relações com o MDP/CDE no quadro da APU e confirma a conclusão da nota da Comissão Política de 2 de Dezembro segundo a qual «As posições definidas no Encontro Nacional do MDP/CDE relativamente à Aliança Povo Unido (APU), a não serem modificadas, correspondem a um prático rompimento da coligação com o PCP».

De facto a coligação com o MDP/CDE só tem sentido desde que, como sempre o entenderam os dois partidos ao longo de 10 anos, tenha carácter universal, válida portanto para todos os círculos eleitorais, não estando sujeita a sua existência a divergências e a jogos eleitorais locais.

O Comité Central sublinha que a política de unidade do PCP continuará e confirmar-se-á numa expressão política e eleitoral correspondente.

6.

Reforço da luta popular em todas as frentes

As lutas dos trabalhadores e as outras lutas populares têm constituído o mais poderoso desmascaramento da política demagógica do Governo PSD e representam a rigorosa demonstração do descontentamento que ela suscita em largas camadas do nosso povo e saldaram no ano que há pouco terminou por grandes derrotas do Governo e do patronato.

As acções de massas que se estão a desenvolver desde finais do ano passado prenunciam um novo ascenso da luta contra a tentativa de imposição dos tectos salariais, pelo direito ao trabalho e ao salário, contra os despedimentos, a precarização do emprego, o trabalho infantil e o encerramento de empresas.

Grandes realizações em torno das questões do emprego, as lutas pela redução do horário de trabalho e a semana das 40 horas, em defesa do sector público da economia, de resistência em defesa de direitos e conquistas consagradas nas leis e pela resolução de problemas concretos nas empresas estão a desenvolver-se ou em preparação e são indícios claros de um crescendo da luta.

O grande número de contratos colectivos e cadernos reivindicativos que estão e vão estar em negociação no primeiro trimestre de 1987, envolvendo cerca de 1 milhão de trabalhadores, vão originar forçosamente novas e grandes lutas dos trabalhadores, face à persistência do Governo e do patronato, com a cobertura da acção de traição da UGT, em impor tectos salariais que agravam a injustiça social e intensificam a exploração dos trabalhadores. Respondendo a estas ofensivas, os trabalhadores sairão à rua em Lisboa, várias capitais de distrito e outras localidades no próximo dia 31 de Janeiro e a 21 de Fevereiro no Porto numa grande jornada da CGTP-IN e de todo o Movimento Sindical Unitário a nível nacional.

A luta dos trabalhadores da Reforma Agrária adquiriu elevada expressão, grande combatividade e firmeza, ramificando-se e estendendo-se a todo o Alentejo e Ribatejo, em dezenas de plenários, assembleias, sessões, acções de esclarecimento, cortes de estrada, concentrações e manifestações, suscitando a solidariedade do movimento operário e sindical e de personalidades democráticas e repercutindo-se na Assembleia da República. A derrota do MAPA e do Governo na Assembleia da República, ainda que parcial e limitada, demonstrou o valor da luta dos trabalhadores e cria condições para o ulterior desenvolvimento da luta.

A luta dos agricultores, designadamente pela abertura

das feiras e contra o encerramento dos matadouros, contra o arranque do americano, contra o aumento da taxa do vinho, em torno da distribuição do benefício e a penetração das multinacionais nos sectores rentáveis da lavoura portuguesa, incluindo pela compra de terras, contra o emparcelamento, pelo escoamento e pagamento do tomate, e contra a ofensiva legislativa em curso (baldios, emparcelamento, arrendamento, floresta), assume uma importância crescente na luta social do nosso País. A próxima Assembleia Geral da CNA será seguramente a expressão da amplitude social do descontentamento e da luta do campesinato português.

Nas lutas da intelectualidade — médicos, professores, técnicos, trabalhadores da cultura e informação — atingida ela também nas suas condições e perspectivas de trabalho, tem-se desenvolvido e vai desenvolver-se a luta activa pelos seus direitos profissionais (que correspondem também a necessidades vitais de toda a população) e na frente cultural (contra a instrumentalização, o reacçãoarismo e a colonização ideológica do imperialismo).

Na luta das mulheres pela garantia do direito ao trabalho, contra o desemprego, a exploração e discriminação, pela melhoria das condições de vida, pela alteração das mentalidades e pela paz tem constituído factor de mobilização de milhares e milhares de mulheres quer através da realização de acções específicas, quer da sua participação na luta do movimento operário e dos trabalhadores.

Na luta da juventude adquiriu particular importância a luta dos jovens dos OTJ (Ocupação Temporária dos Jovens), dos cursos de Formação Profissional, dos tarefeiros da Função Pública, contra o desemprego e o trabalho precário, e a luta dos jovens estudantes, designadamente as greves das Faculdades de Lisboa e Porto, contra a elitização do ensino superior, que se traduziram já na vitória parcial da suspensão do decreto das prescrições e precedências. É igualmente importante a participação da juventude em acções pela Paz e de solidariedade internacionalista, designadamente para com o povo do Chile.

Continuará a ocupar um lugar importante no movimento de massas a luta dos pequenos e médios comerciantes e industriais — movimento cuja representatividade se amplia por todo o País —, dos reformados, dos deficientes e das populações.

O Comité Central do PCP salienta que o desenvolvimento da luta popular em todas as frentes pressupõe como tarefa capital o reforço das estruturas dos movimentos e organizações unitárias e constitui uma das condições determinantes para o processo da luta pela demissão do Governo e por uma alternativa democrática.

7.

Reforço do Partido

O Comité Central do PCP registou uma crescente dinamização da actividade do Partido e tomou medidas para assegurar a sua continuidade e reforço, designadamente através do lançamento de uma «Campanha Organizativa para fortalecer o Partido».

Na dinamização já verificada avultam a Conferência sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril, o Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre a Comunicação Social, as Assembleias das Organizações distritais de Coimbra e Aveiro, assim como dezenas de outras Assembleias de Organizações Concelhias, de Freguesia e de células de empresa, bem como numerosos encontros, plenários e outras reuniões.

A «Campanha Organizativa» tem por objectivo essencial o reforço de todas as organizações e a intensificação de toda a actividade designadamente nas células de empresa, na luta de massas e na acção unitária. O reforço da organização tem em vista especialmente a elevação quantitativa e qualitativa dos membros do Partido, dos seus organismos e dos seus quadros.

O Comité Central do PCP chama a atenção das organizações para as comemorações do aniversário do Partido (6 de Março), para as comemorações do Dia da Mulher (8 de Março), do dia da Juventude (28 de Março), do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Os comunistas continuarão a trabalhar incansavelmente pelo reforço do seu Partido, seguros como estão de que ele é o factor determinante do desenvolvimento da luta de massas e da luta pela demissão do Governo e por uma alternativa democrática que assegure a retomada dos caminhos de Abril e a salvaguarda da soberania e da independência nacionais.

16/1/87

O Comité Central
do Partido Comunista Português

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PCP

Resolução do Comité Central

1. O Comité Central examinou os resultados das visitas à China, Vietnam, Kampuchea e Laos do camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, acompanhado pelos camaradas Albano Nunes e Vítor Dias, membros do Comité Central, e das conversações realizadas com o Partido Comunista da China, o Partido Comunista do Vietnam, o Partido Popular Revolucionário do Kampuchea, o Partido Popular Revolucionário do Laos e o Partido Comunista da União Soviética.

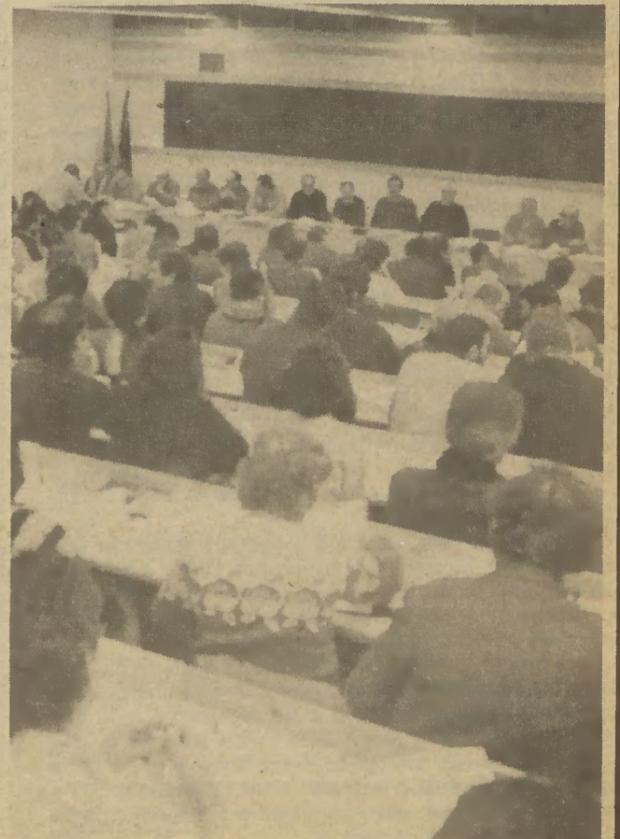
2. O Comité Central considera altamente positivos os resultados dessas visitas e conversações acerca das quais foi dada informação pública na entrevista dada pelo camarada Álvaro Cunhal ao «Avante!» (n.º 680), órgão central do Partido.

3. O Comité Central congratula-se pela maneira extraordinariamente amistosa e cordial como em toda a parte foram recebidos os representantes do PCP, pelo aprofundamento do conhecimento directo das situações, pela análise dos problemas debatidos e pelos novos passos dados na cooperação com os partidos irmãos.

4. O Comité Central sublinha a importância das visitas e das conversações realizadas, no que significam de prestígio internacional do PCP, da sua política e das suas relações externas, e no que significam no quadro do movimento comunista internacional como contribuição para o reforço da sua coesão.

5. O Comité Central confirma e salienta o desenvolvimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade recíproca do PCP com o Partido Comunista do Vietnam, Partido Popular Revolucionário do Kampuchea, Partido Popular Revolucionário do Laos e Partido Comunista da União Soviética e o prosseguimento do processo de aproximação fraternal com o Partido Comunista da China, em relação ao qual estão previstas novas iniciativas.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1987



Resolução do Comité Central

UMA CAMPANHA ORGANIZATIVA PARA FORTALECER O PARTIDO

1. O Comité Central decide que seja efectuada, em todo o Partido, uma campanha organizativa que incentive todas as organizações a discutirem mais regularmente e profundamente os problemas da organização e da actuação partidárias, a intensificarem o recrutamento e a vencerem certas debilidades orgânicas que dificultam o desenvolvimento da organização e a sua necessária ligação às massas.

Uma tal campanha não pode pretender, obviamente, dar solução a todas as questões que se levantam na vida interna e na acção do Partido, mas pode dar um contributo significativo para um melhor funcionamento orgânico, para uma maior dinamização da actividade partidária, para um contacto mais efectivo com os trabalhadores e as populações em geral.

2. As graves dificuldades económicas sentidas particularmente pelos trabalhadores, a insegurança que alastra por todas as camadas laboriosas, a política reaccionária seguida por diversos governos há longos anos, a instabilidade no emprego, a repressão e a intimidação que caracterizam a vida na maior parte das empresas, a envenenadora manipulação da comunicação social, exercem influência na população em geral e nos próprios trabalhadores, reflectem-se nos militantes do Partido, dificultam a sua participação em reuniões e outras iniciativas, obrigam a uma grande atenção com a batalha ideológica e exigem um maior esforço para resolver os problemas de organização.

A Campanha Organizativa à escala de todo o Partido tem de ter em conta esta situação. Tem de partir dela para a discussão a realizar e para as medidas que é preciso decidir e levar à prática. A Campanha Organizativa tem de conseguir uma ligação mais forte e uma militância mais regular da generalidade dos membros do Partido. A Campanha Organizativa tem de ter presente que o reforço orgânico é um factor fundamental para o fortalecimento do Partido.

3. O fortalecimento do Partido é uma condição necessária para o alargamento e o reforço da convergência democrática e para a consolidação do regime conquistado com a Revolução de Abril

O PCP, o partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, tem uma posição ímpar entre as diversas forças políticas. É o partido que sempre tem lutado, em quaisquer condições e sem desfalecimentos, pela liberdade, a democracia e o socialismo, pelos direitos dos trabalhadores e das outras camadas laboriosas, dos jovens e das mulheres, pelos interesses do país. É um partido de grande implantação nacional, com uma sólida influência de massas e na vida política portuguesa, um partido cuja organização e militância não encontra paralelo em qualquer outra força política. Na hora actual, o PCP é o único dos grandes partidos democráticos que aponta claramente a necessidade da demissão do actual Governo minoritário do PSD e a possibilidade de uma alternativa democrática na base da composição da Assembleia da República vigente.

Em virtude disso, muitos daqueles que têm estado influenciados por outras correntes políticas aceitam hoje a análise que o PCP faz da situação actual e a orientação que, consequentemente, defende. Muitos apoiantes ou simpatizantes de outros partidos democráticos vão compreendendo que as posições desses partidos estão, no fim de contas, a permitir a continuação da política antipopular e antinacional do Governo Cavaco Silva e que não há saída democrática sem a participação empenhada e dedicada do PCP.

É cada vez mais claro que ou se resolve a questão do governo na base de uma ampla convergência dos partidos democráticos (incluindo necessariamente o PCP) ou continuaremos a sofrer um poder anti-Abril. Os últimos dez anos são ricos de experiências a esse respeito.

O fortalecimento do PCP é um factor essencial para mobilizar as massas trabalhadoras e as outras camadas sociais laboriosas, é um factor essencial para vencer hesitações e dúvidas de alguns democratas e seus partidos, é um factor essencial para se caminhar para a alternativa democrática, é um factor essencial para defender as conquistas populares e a democracia, para fazer renascer as esperanças de Abril.

O fortalecimento do PCP não interessa só aos comunistas. Interessa aos trabalhadores em geral, interessa aos democratas e patriotas, que reconhecem o papel decisivo que o PCP tem tido na defesa dos interesses de todas as camadas antimonopolistas, da liberdade, da paz, da independência nacional.

4. A Campanha Organizativa, a realizar de Fevereiro a Junho de 1987, tem de mobilizar todas as organizações do Par-

tido para uma discussão concreta sobre a elevação quantitativa e qualitativa dos membros do Partido, dos seus organismos e dos seus quadros.

— No que respeita aos quadros, há que dar seguimento aos esforços já realizados no ano findo para conhecer, acompanhar e formar um maior número de quadros do Partido. As experiências e os resultados colhidos durante 1986 são preciosos para que se possa melhorar e intensificar a formação e a responsabilização de muitos mais quadros, para que muitos mais quadros sejam capazes de dirigir reuniões e tarefas partidárias. A dinamização da realização de cursos e a promoção da sua frequência desempenham um papel importante para essa formação.

É esse o caminho capaz de permitir a descentralização de muitas tarefas que sobrecarregam um conjunto de militantes, o reforço dos organismos do Partido e a criação de muitos outros.

— No que respeita aos organismos, a direcção fundamental tem de estar voltada para o fortalecimento do seu papel dirigente, da sua coesão e vida colectiva, da sua iniciativa e da ligação da sua actividade às massas.

Em particular, é indispensável dedicar a atenção ao reforço das Comissões Concelhias, melhorando a sua composição, responsabilizando cada um dos seus membros pela direcção de alguma organização ou pelo cumprimento de alguma tarefa, fortalecendo a sua vida política e o seu nível de direcção.

É necessário, também, ter um maior cuidado com o reforço da actividade das células de empresa, elevando o papel dirigente do seu secretariado e a sua estruturação, adequando convenientemente o seu funcionamento e o seu acompanhamento às condições existentes na empresa, dedicando a este trabalho quadros capazes, incluindo funcionários do Partido, e aprofundando a ligação e a influência da célula entre a massa dos trabalhadores e as suas estruturas unitárias.

É ainda necessário constituir muitos novos organismos, desde Comissões Concelhias e de Freguesia, desde organismos de direcção de classe profissional e de sector, desde secretariados de célula e núcleos, aos organismos voltados para as diversas frentes de trabalho e para certas tarefas específicas do Partido. É necessário criar condições para enquadrar muitos membros do Partido que militam em muito diversas actividades e circunstâncias. É necessário conseguir a participação em organismos do Partido de muitos militantes que têm simplesmente um contacto individual.

As reuniões regulares dos organismos devem melhorar o seu conteúdo, tratando de questões que motivem mais os seus membros e a realização de tarefas concretas ligadas às necessidades do Partido e às exigências políticas.

Há ainda que proceder, periodicamente, à eleição dos organismos dirigentes de cada organização. A realização regular da Assembleia de uma organização do Partido contribui, normalmente, para um maior contacto e mobilização dos militantes, para a renovação e o reforço dos organismos e para o conhecimento e a responsabilização de novos quadros.

— No que respeita aos membros do Partido em geral, as duas direcções fundamentais da Campanha devem ser o contacto regular com os membros do Partido e o recrutamento de novos militantes.

O contacto regular exige um conhecimento em pormenor dos membros de cada uma das organizações e da forma de os contactar, exige que se tomem medidas orgânicas que responsabilizem os militantes que devem levar à prática cada um dos contactos previstos.

O contacto regular deve servir para conhecer melhor os membros do Partido, para os ajudar a fortalecer a sua ligação, para lhes entregar o cartão do Partido e para elevar o seu nível ideológico e político. A leitura dos documentos do Partido e dos seus órgãos, o pagamento da quota e o cumprimento de uma tarefa são questões que têm de ser tratadas adequadamente com todos os membros do Partido contactados. É indispensável elevar o nível ideológico e político dos militantes até para que compreendam a razão e a necessidade de o serem, de participarem na actividade de uma dada organização, e, também, para que tenham melhores condições para esclarecer e mobilizar os seus companheiros de trabalho ou conhecidos.

O recrutamento é uma questão essencial para o Partido. Ele é necessário para compensar as perdas naturais que se verificam nas amplas fileiras do Partido, para alargar e fortalecer a organização em especial nas regiões e sectores onde os seus quantitativos são menores, para criar novas organizações, particularmente células de empresa e organizações de freguesia, para renovar e rejuvenescer organizações enfraquecidas ou envelhecidas. Devem ser superadas concepções sec-

tárias que, tanto a nível individual como a nível de colectivos, dificultam, em alguns lados, a aproximação e a posterior inscrição no Partido de novos militantes.

O recrutamento deve ser orientado, antes de mais, para os operários, para os trabalhadores, para os elementos das camadas laboriosas que se destacam nas acções de massas, que, pela sua actuação e comportamento, gozam de prestígio e são ouvidos pelos seus companheiros e conhecidos. O recrutamento deve privilegiar os jovens e as mulheres. Deve privilegiar os jovens porque isso é indispensável para a ligação com a nova geração e para o futuro do Partido. Deve privilegiar as mulheres, pelas razões que levaram a recente Conferência sobre a sua emancipação a concluir a necessidade de insistir no recrutamento das mulheres como uma das linhas principais do recrutamento.

O recrutamento deve ser organizado tendo em conta quem deve ser recrutado e quem deve recrutar. Qualquer recrutamento logo que aceite por um organismo nos termos estatutários, deve ser seguido por um contacto formal para o ingresso do novo militante numa dada organização.

5. A Campanha Organizativa tem de considerar ainda duas outras questões:

— A necessidade de elevar a difusão dos documentos do Partido e dos seus órgãos — o «Avante!» e «O Militante». É uma questão fundamental para fortalecer o nível ideológico e político dos militantes e divulgar a orientação do Partido.

— A necessidade de melhorar a recolha das quotizações e de actualizar o seu valor. É uma questão fundamental para melhorar a ligação ao Partido por parte dos seus membros e também para fazer frente às despesas constantemente inflacionadas.

6. A Campanha Organizativa tem de ser discutida, desde já, nas diversas organizações e ser acompanhada com muita atenção durante a sua realização.

Para incentivar a Campanha e facilitar o seu controlo, é muito importante que, em cada organização, se acertem objectivos concretos, quantificados sempre que possível, e se assente um plano das actividades a levar por diante. O balanço da organização realizado no final do ano permitirá melhor definir esses objectivos e esse plano, os quais devem corresponder à vontade de fortalecer o Partido e às condições reais existentes.

Para mobilizar os membros do Partido é necessário, por um lado, que todos os organismos actualmente existentes reúnam o mais breve possível para discutir a Campanha e para tomar as decisões convenientes. Por outro lado, deverão efectuar-se reuniões amplas das organizações para divulgar a Campanha e motivar os militantes para a sua realização. Quantos mais forem os membros do Partido ganhos para o cumprimento da Campanha, melhores resultados serão conseguidos.

7. Na base da discussão da Campanha, cabe a todas as organizações do Partido e designadamente às Direcções de Organização Regional estabelecer os correspondentes objectivos e acompanhar e estimular o seu cumprimento.

Cada organização deverá assentar, pelo menos, o número de recrutamentos a efectuar, o número de organismos e quais é necessário criar, para além dos que deverão ser reactivados, o número de membros do Partido desligados que deverão ser contactados, o número de membros do Partido que não pagam a quota e deverão passar a pagar e o número de exemplares do «Avante!» e de «O Militante» que deverão passar a ser divulgados.

8. O êxito desta Campanha Organizativa dependerá da acção de todos os militantes, da dinamização das diversas organizações, do trabalho levado a cabo pelos organismos do Partido.

O êxito desta Campanha terá repercussão imediata na implantação e na actividade partidárias, assim como na sua influência de massas.

O êxito desta Campanha contribuirá para uma melhor preparação do XII Congresso do Partido, que deverá constituir um novo e importante passo para o seu desenvolvimento e fortalecimento.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1987

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Trabalhadores

17% em média no ano findo

Contratação colectiva será livre ou haverá luta

— adverte
o movimento
sindical

As Federações sindicais reunidas na CGTP-IN, quinta-feira passada, decidiram «reiterar o pedido de reunião urgente» com a Comissão Parlamentar de Trabalho da Assembleia da República, no sentido de pôr termo à prática de violação do direito de contratação colectiva e de não cumprimento da lei por parte do Governo, que, designadamente se recusa a publicar portarias de regulamentação de trabalho (PRTs) em vários sectores. A Central unitária, que destaca o facto de no ano passado se terem obtido 17 por cento de aumentos médios nos salários, prevê, num estudo sobre o assunto, que «também este ano será derrotado o "tecto" de 9 por cento acordado no CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social)».

Numa nota intitulada «Só a luta dos trabalhadores conseguiu aumentos dos salários reais», os serviços de Imprensa da CGTP-IN destacavam, no passado dia 12, que, em 170 convenções colectivas assinadas em 1986, excluindo a Função Pública, e abrangendo 1 526 222 trabalhadores, se conseguiu, para uma vigência média de 12,2 meses, um aumento médio de 17 por cento, abrangendo apenas os salários de base (tabela salarial), pois «em muitas convenções os trabalhadores conquistaram aumentos salariais globais superiores aos verificados nas tabelas».

Segundo a mesma fonte, os 450 mil trabalhadores da Função Pública tiveram um aumento médio de 16,5 por cento, para um ano de vigência.

No total, assinaram-se 171 convenções em 1986, que abrangeram 1 976 222 trabalhadores, com um aumento médio total de 16,9 por cento e uma média de vigência de 12,2 meses.

A CGTP-IN sublinha que estes resultados se devem «exclusivamente à luta dos trabalhadores», pois «o Governo e o patronato procuraram, por todas as formas, fixar limites à actualização dos salários».

Recorda a Central unitária que o Governo e o patronato «procuraram impor um tecto salarial de 15 por cento, no início do ano, e que deveria baixar progressivamente até final do mesmo».

Recorde-se ainda que «o Primeiro-Ministro ameaçou mesmo aplicar sanções económicas às empresas que acordassem aumentos superiores. Se este objectivo fosse alcançado — acrescenta a CGTP — hoje seria ainda mais desequilibrada e injusta a repartição do rendimento nacional».

A UGT recorre a «jogos obscuros de demarcação»

Na reunião efectuada na tarde do dia 14 em Lisboa (sede da CGTP) era entretanto denunciada a tentativa actual do patronato representado no CPCS (CIP e CPP — Comércio) e do Governo que, por sua vez participa no Conselho Permanente de Concertação Social, no sentido de «recusarem ou inviabilizarem as negociações da contratação

ção parcial das 10 às 13 horas. A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos não aceitou aquele aumento e manteve a sua proposta, que ronda os 19 por cento de aumentos globais na Carris.

Comentário

As questões relacionadas com a contratação colectiva eram entretanto motivo de alguma atenção por parte dos grandes meios da comunicação social onde predomina, conforme é sabido, a

colectiva», com base num «acordo» cozinhado com a UGT no âmbito daquele Conselho. Sobre esse pretenso acordo, destinado a impor um «tecto salarial», as Federações sindicais reunidas na Inter concluíram «ser tão clara a sua natureza» que a «UGT recorre agora a jogos obscuros de demarcação para esconder o que assinou».

As Federações sindicais, que são organizações intermédias da CGTP para os vários sectores de actividade, acusaram o Governo de «violar o direito de contratação colectiva» e de não cumprir a lei.

Neste último caso, as Federações destacam o que se passa com as portarias de regulamentação de trabalho (PRTs) em «vários sectores». (Ver em *Lutas e Tarefas* o caso da panificação.)

Ao reafirmarem que «continuarão a mobilizar os trabalhadores contra os limites salariais que o Governo e o patronato, com o apoio dos divisionistas, pretendem impor este ano», as Federações sindicais destacaram o aumento médio de 17 por cento conquistado pelos trabalhadores o ano passado e rejeitaram «as intenções do Governo em matéria de revisão da legislação do trabalho».

Neste campo, as Federações condenaram a denúncia por parte do Governo de «convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre horários».

Foram também condenadas «algumas contrapropostas patronais (caso da CP e dos Editores e Livrelros)» por pretenderem «acabar com os direitos mais elementares dos trabalhadores».

As Federações, que manifestaram «o seu empenhamento activo na mobilização dos trabalhadores para a jornada nacional de luta convocada pela CGTP-IN para 31 de Janeiro» (ver estas páginas), «alertam a opinião pública para a gravidade da situação social e responsabilizam o patronato e o Governo pelas acções a que os trabalhadores se verão forçados a recorrer na defesa legítima dos seus interesses e direitos».

Na Carris era entretanto marcado um plenário geral para ontem. Previa-se no final da semana passada que aquela iniciativa da Festru contra os aumentos da UGT — 11,9 por cento na tabela salarial — implicasse a recolha de viaturas e uma paralisa-

RTP. Alvo de repetidos protestos e condenação mais ou menos oficial a que replica com orelhas moucas, a televisão limitou-se mais uma vez a transmitir a posição da UGT sobre um assunto onde a voz representativa se limita à autodenominada **Concertação Social** e cujo **Conselho Permanente** faz parte alinhando, como se sabe, e submissamente com o Governo e o grande patronato representado pela CIP, a CAP e a CCP.

Como a CGTP não está «con-

federada» naquele CPCS, viu-se obrigada a protestar mais uma vez junto do conselho de gerência da RTP, com queixa ao Conselho de Comunicação Social, por as suas posições sobre o chamado «acordo de política de rendimentos» terem sido omitidas nos telejornais do passado dia 14, «matéria sobre a qual a televisão ouviu unicamente a posição da UGT». Diz a *Inter* que o facto é ainda mais escandaloso pela circunstância nada atenuante de a RTP ter so-

licitado à CGTP-IN depoimentos sobre a questão para depois «inexplicavelmente os cancelar».

Refira-se por último que na questão da política de rendimentos estava incluída a aceitação da proposta salarial do Governo e da gerência na Carris por parte da UGT e que sobre isso também se pronunciava a CGTP, cujos depoimentos foram cancelados, «em um dos casos — explica esta última Central — após conversa dum jornalista da RTP com o secretário-geral da UGT».

Corrupção na Setenave

ORT's decidem intervir junto da Alta Autoridade

As organizações representativas dos trabalhadores da Setenave, reunidas no passado dia 16 nos estaleiros da Mitrena (Setúbal) apelaram à mobilização em massa para a manifestação do dia 31 em Lisboa, marcaram plenários sectoriais em toda a empresa e exigiram o pagamento atempado dos salários, conforme calendário a aprovar para o ano em curso; decidiram ainda proceder junto da Alta Autoridade Contra a Corrupção, para que seja aberto um processo à gestão da Setenave.

As ORTs, que aprovaram nesse sentido em plenário uma moção, «exigem o começo imediato das negociações do caderno reivindicativo aprovado pelos trabalhadores na Assembleia Geral (AGT) de 22 de Outubro do ano findo».

Esta última exigência preenche o ponto um das conclusões daquela moção em que se «responsabiliza a administração e o Governo pela degradação da situação económica, financeira e social da Setenave».

Essa degradação caracterizou-se principalmente pela «falta de encomendas no sector das novas construções» e pela «ausência de saneamento financeiro».

A administração não deve ser reconduzida

As ORTs da Setenave, uma das unidades (a 100%) do sector empresarial do Estado, actualmente com cerca de 4500 trabalhadores, acusam os gestores de administrarem mal a empresa, favorecendo subempreiteiros. A decisão de intervir junto da Alta Autoridade Contra a Corrupção deve-se ainda à venda do navio S 106 e dos graneliros, em condições que devem ser esclarecidas, bem como a «contas correntes com clientes e seguros de acidentes pessoais».

A administração da Setenave termina o seu mandato este

mês. As ORTs exigem do Governo que os actuais administradores não sejam reconduzidos em novo mandato e, em simultâneo, «exigem nova administração que se identifique com os interesses da empresa e dos trabalhadores».

Recorde-se que as reivindicações dos trabalhadores da Se-

tenave continuam, como sempre, a ter em conta perspectivas realistas, baseadas nas melhores soluções para o desenvolvimento dos estaleiros, e têm procurado e frequentemente conseguido o diálogo com todas as entidades capazes de contribuir para a recuperação da Setenave.

Condenada a submissão à CEE

Num dos pontos da moção aprovada pelo Plenário das ORTs, na sexta-feira passada na Mitrena, é condenada «a submissão do Governo e da administração (da Setenave) às imposições dos monopólios da CEE»,

e repudia-se «a aplicação da sexta directiva à indústria naval», que significa, na prática, mais despedimentos, mais salários em atraso e encerramento de empresas, como sucedeu recentemente com a Parry. (Ver *Lutas e Tarefas* nesta edição.)

A moção do Plenário das ORTs — formada pela comissão intersindical e comissão de trabalhadores, nomeadamente — preconiza, a partir desta semana, a discussão, «com todos os trabalhadores», acerca da «situação económica e social» da Setenave. Para o efeito foram convocados plenários sectoriais em toda a empresa.

Trabalho clandestino e infantil em Braga

O ministro do Trabalho, que esteve recentemente no Governo Civil de Braga, reclamou informação sobre casos concretos de emprego ilegal no distrito, porque, a seu ver, os sindicatos se limitavam a enunciados gerais. Isto ocorreu no passado dia 7. Ora, há seis meses atrás, a União dos Sindicatos de Braga, incansável na denúncia de casos concretos, fez chegar aos organismos oficiais uma lista de 110 empresas com situações desse tipo. Mais recentemente, após o seu primeiro Congresso, a USB apresentou, inclusive, um conjunto de propostas ao Governo Civil, como representante do Governo no distrito, a fim de pôr termo a situações de ilegalidade e sobreexploração. A USB, depois de acusar o Governo de fechar os olhos a essas situações, mostra-se inteiramente disponível para prestar novas informações e documentos sobre o que se passa, na perspectiva de acabar com uma situação que considera grave e na qual o Governo deve intervir através dos serviços competentes que dependem do Ministério do Trabalho.

Uma CT fantasma na Costa Moreira

Não existe qualquer comissão de trabalhadores legalmente constituída na empresa *Abílio da Costa Moreira*, pelo que não poderia ter sido com o seu apoio que os patrões (implícada no caso está também a firma *João Ferreira das Neves*) decidiram paralisar a frota de transportes públicos que servia várias freguesias do distrito de Braga. No passado dia 7, a Coordenadora das CTs, o Sindicato dos Rodoviários e a União dos Sindicatos de Braga declaravam publicamente que os patrões daquelas empresas se serviram do *lock out*, procedimento ilegal, impedido pela Constituição, afectando as freguesias de Bairro, Carreira, Delães, Novais, Oliveira S. Mateus, Oliveira Santa Maria, Gondar, Serzedelo e Riba de Ave. Aquelas organizações representativas afirmam que «este conflito» cobre «interesses muito escuros», podendo arrastar-se «por muito tempo, com manifesto prejuízo das populações». No comunicado do dia 7, a Coordenadora e as organizações sindicais subscritores acrescentam que tomarão medidas junto das entidades competentes.

Trabalhadores

Professores

Descontentamento e disposição para a luta

Reunidos no dia 15, os professores do ensino especial da Grande Lisboa deram ao MEC um prazo até ao fim do mês para responder aos *dossiers* pendentes desde Maio de 1986. Também noutros sectores se avoluma o descontentamento pela política de educação do Governo de Cavaco Silva e João de Deus Pinheiro.

É o caso dos professores efectivos provisórios em formação da Grande Lisboa. Reunidos recentemente no seu 1.º Encontro Regional, denunciaram que «o processo de formação que lhes foi imposto não satisfaz os principais objectivos que visava atingir».

Professores em formação decididos a lutar

Os professores em formação do ensino preparatório e secundário estão dispostos a «recorrer a formas de luta» caso até ao fim deste mês o Ministério de João de Deus Pinheiro não dê «solução aos problemas existentes e que estão a provocar o mais vivo descontentamento».

Os professores afirmam que «não é verdade que o processo de formação esteja a ser menos lento», nem os custos financeiros mais baixos. Existe, além disso, «uma estrutura pesadíssima e descoordinada».

Entre os problemas mais graves que estão na origem da movimentação dos professores efectivos provisórios e que foram referidos no Encontro estão atrasos no início da formação, falta de docentes acompanhantes da prática pedagógica, a colocação de «professores formandos» em grupos para que não possuam habilitação própria, a insuficiência das ajudas de custo, a necessidade de discutir com os interessados e negociar com as organizações sindicais a «creditação da competência».

Foram ainda exigidas disposições legais que dêem acesso ao próximo concurso de professores efectivos, «sem prejuízo para terceiros e sem que tal implique mudança da Escola Superior da Educação».

Ensino Primário já tem salários em atraso

«Algumas centenas de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico (ex-Ensino Primário) que começaram a trabalhar em Outubro pela primeira vez, ainda não receberam os vencimentos a que têm direito» — denuncia o SPGL em comunicado de imprensa

após uma reunião recente do seu Departamento do Ensino Primário e no qual protesta também porque «aos professores reformados não foram concedidas as duas últimas fases da carreira docente, o que os coloca numa situação salarial altamente gravosa».

O sindicato chama a atenção para a situação de um milhar de professores do Ensino Básico que não obteve ainda colocação e de mais de 12 mil que não ingressam no quadro e continuam anos a fio na situação de professores não efectivos sem acesso à carreira, bem como para o agravamento das carências de pessoal auxiliar nas escolas primárias.

Face à «proliferação de boatos e falsas informações», o SPGL esclarece que «os professores actualmente em exercício no 1.º ciclo do Ensino Básico têm uma formação profissional completa (...) e uma situação profissional igual àquela que terão os professores que a partir de agora sejam formados nas Escolas Superiores de Educação».

Estas questões estiveram em debate no dia 14, durante a Assembleia de Delegados Sindicais do Ensino Primário da Grande Lisboa.

Ensino especial avança hipótese de greve

No dia 15 os professores do ensino especial da área da Grande Lisboa reuniram em Assembleia Geral sectorial do SPGL. Na agenda estavam o ponto da situação negocial e perspectivas de acção reivindicativa, a análise da proposta de Estatuto da Carreira Docente elaborada pelo Secretariado da FENPROF e a definição de formas de luta a adoptar face à falta de negociação por parte do MEC. No final da Assembleia, os professores deslocaram-se ao MEC, onde entregaram uma carta-aberta sobre a situação e as medidas que propõem.

Foi também discutida a preparação do Seminário Nacional da Educação Especial, marcado para Março de 1987.

Na reunião efectuada dia 8 de

Janeiro com a FENPROF o secretário de Estado da Administração Escolar «nada adiantou de novo» quanto aos assuntos em discussão desde Maio de 1986. Comprometeu-se, no entanto, segundo a Federação sindical dos professores, a «entregar até 24 de Janeiro a versão final do projecto de diploma de actualização do subsídio de especialização», que não é revisto desde 1975.

A Federação «continua a afirmar a sua posição quanto à justiça de se atribuir o subsídio de especialização a todos os professores especializados do ensino especial» como parte integrante do vencimento.

Além do reconhecimento oficial dos cursos de especialização e da actualização dos subsídios de especialização, foi discutida igualmente a promoção de vigilantes com funções pedagógicas do ensino especial.

A FENPROF apresentou ao secretário de Estado três novos *dossiers*: concurso das classes especiais, carreira dos auxiliares pedagógicos (vigilantes com funções pedagógicas) e conhecimento prévio das vagas para destacamentos. O MEC fará a sua apreciação, de acordo com a informação da Federação, no prazo de um mês.

Acção para o 2.º período

A Direcção e a Mesa da AG do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa analisaram recentemente a situação do ensino e da classe, no âmbito da preparação da acção sindical para o 2.º período deste ano lectivo, e reafirmaram a determinação dos docentes de «assumirem o papel responsável que lhes cabe na construção de um futuro melhor».

Os corpos gerentes do SPGL decidiram realizar em Abril o 1.º Encontro de Organização do sindicato, como ponto culminante de um processo que tem por objectivo reflectir sobre «os ensinamentos da vida sindical dos últimos 12 anos e iniciar as mudanças onde elas se mostram necessárias».

Na reunião foram discutidas «as questões prioritárias da acção reivindicativa», nomeadamente a negociação do Estatuto da Carreira Docente dos professores da educação pré-escolar e especial e dos ensinos básico e secundário.

A existência de um elevado número de jovens que ainda não tem aulas, a manutenção de um preocupante contingente de professores desempregados, as consequências da limitação de verbas para a educação no Orçamento de Estado para 1987, as reduzidas perspectivas de construção de edifícios escolares e de instalações gimnodesportivas, as condições existentes para a antecipação do início do próximo ano lectivo e as evidentes debilidades do MEC para a implementação da lei de bases do sistema educativo estiveram também em discussão.



Parry encerra com 18 meses de salários em atraso

Num forte protesto contra o recente encerramento da Parry & Son, com 18 meses de salários por pagar a 400 trabalhadores agora no desemprego e mais 300 reformados sujeitos a perder os seus complementos de reforma, as ORT's (organizações representativas) daquela empresa de construção naval, fundada em 1855, acusam o Governo Cavaco/PSD, os accionistas da Lisnave e o IPE (Investimentos e Participações do Estado) de satisfazerem «os interesses dos Mellos», nesta altura em que é necessário renovar a frota nacional do

comércio e pescado. Num apelo à continuação da luta, que os trabalhadores da Parry desenvolvem há anos (na foto: corte do trânsito, na Ponte 25 de Abril, em 1983), as ORT's referem-se aos partidos democráticos como segue: «Casos como este não podem voltar a suceder no Portugal de Abril. Cabe aos partidos democráticos a comunhão de esforços e o encontrar de soluções para que o nosso povo tenha uma vida melhor. Têm essa responsabilidade e devem assumi-la, caso não queiram ser cúmplices do Governo actual». As ORT's consideram viável a Parry.

Terra

Governo tenta tornear derrota na AR

• Posição da Reforma Agrária sobre convite do Governo ao PS para diálogo

«Os trabalhadores da Reforma Agrária e as suas organizações esperam que os partidos democráticos não se deixem envolver nesta nova manobra de última hora do Governo e prossigam a votação e aprovação do texto final dos projectos de lei sobre a Reforma Agrária nos prazos estabelecidos, não desvirtuando nem defraudando as responsabilidades que assumiram e as perspectivas criadas com a sua aprovação na generalidade já efectuada». Assim reagiram os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas e os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal ao anúncio de um convite formulado pelo Governo de Cavaco Silva ao PS para «conversações» sobre a Refor-

ma Agrária. Para aquelas estruturas representativas da Reforma Agrária, esta iniciativa do Governo, surgindo na sequência de uma «séria» derrota dos seus planos de destruição da Reforma Agrária, visa «tornear a decisão e clara vontade política e legislativa manifestadas pela maioria dos deputados que votaram favoravelmente dois projectos de lei que retiraram competências ao ministro da Agricultura para demarcar reservas, transferindo-as para os tribunais administrativos e procura, também, desviar as atenções e bloquear os trabalhos da Comissão de Inquérito Parlamentar».

Pretende o Governo, com esta manobra, na opinião das estruturas representativas dos trabalhadores da Reforma Agrária, «atra-

sar ou até impedir a votação na especialidade dos projectos de lei já aprovados na generalidade e a consequente aprovação e promulgação do texto final», para, nesse período, continuar a sua obra destruidora.

Os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas e os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal consideram que «quaisquer conversações sobre a Reforma Agrária terão sempre de ter como base e dado adquirido, a necessidade da sua preservação, reconstituição e garantia de prosseguimento, com a reposição da legalidade democrática, conforme os preceitos constitucionais e terão sempre de contar com a opinião e participação das organizações da RA».

Quem tem medo da gestão democrática dos baldios?

Cerca de mil compartes participaram na Jornada de Esclarecimento, Acção e Protesto, convocada pelo Secretariado de Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro que decorreu entre o dia 19 e o dia 28 de Dezembro naquela região. Convocada com o objectivo de protestar contra a «ameaça que de novo paira na democrática gestão dos baldios», esta jornada constou do envio de telegramas/protestos à Assembleia da República pelos Conselhos Directivos dos Baldios e Compartes, a recolha de centenas de abaixo-assinados e a realização de concentrações de compartes nos concelhos de Vila Real, Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Boticas e Bragança.

Em foco, em todas estas iniciativas, estiveram os projectos de lei do PSD, CDS, PPM, PS e PRD que ameaçam a Lei dos

Baldios. Destaque também para a preparação do IV Encontro das Organizações da Lavoura, promovido pela Confederação Nacional da Agricultura que terá lugar no próximo dia 15 de Fevereiro em Coimbra, contando já com a adesão de todos os Conselhos Directivos de Baldios e Compartes.

Sobre os projectos de lei apresentados na AR sobre a gestão dos baldios, os participantes nesta jornada de luta «mostraram inquietação, desagrado e até repúdio relativamente a tais projectos, pois estes, põem em causa a legitimidade e funcionamento dos Conselhos Directivos de Baldios e Assembleias de Compartes como únicos órgãos de gestão dos terrenos baldios».

Acerca dos projectos de lei do PSD, CDS e PPM, os povos dos baldios consideram que «tais

projectos consubstanciam um ódio visceral aos Conselhos Directivos dos Baldios, directamente eleitos pelos povos, indo ao ponto da sua extinção e da entrega da gestão às autarquias e facilitando a curto prazo a prepotência e o abuso de tão má memória por parte dos Serviços Florestais».

Os projectos do PS e do PRD, para os povos dos baldios, «não se enquadraram nos usos, costumes e tradições seculares» dos Povos dos Baldios. Os compartes consideram que tais projectos, «a serem aprovados, criam instrumentos que põem no imediato em risco a sobrevivência dos Conselhos Directivos dos Baldios», abrindo a porta a um ataque feroz dos inimigos dos baldios contra os poderes e verbas que a actual lei atribui aos compartes.



PCP

PORTO 1.ª Assembleia do Sector Intelectual

Álvaro Cunhal na sessão de encerramento:

O Portugal democrático

(...)

Interesses sócio-profissionais

Como a Assembleia justamente sublinhou, a situação sócio-profissional dos intelectuais degrada-se progressivamente como traço característico do capitalismo em geral, e (no concreto e em referência à actual situação portuguesa) — como consequência directa da política de direita dos últimos dez anos.

Com excepção de uma elite social, que a reacção procura privilegiar, e de quadros indispensáveis ao capitalismo que a reacção procura e em numerosos casos consegue corromper, os intelectuais são conduzidos a um assalariamento progressivo, a sua força de trabalho é desvalorizada, aumenta a instabilidade do emprego, alarga-se o desemprego e o subemprego, agravam-se as condições de vida e torna-se cada vez mais incerto o seu futuro.

Daí a importância da defesa dos interesses e reivindicações sócio-profissionais e por melhores condições de vida e de trabalho — conforme a Assembleia muito justamente sublinhou.

Daí a importância de reivindicações como o direito ao trabalho e ao emprego (de particular agudeza para os jovens quadros técnicos), o aumento de salários e vencimentos, a definição de estatutos e carreiras profissionais, a formação profissional, o reconhecimento de novas profissões e a dignificação, a valorização e a realização profissionais conformes com as aptidões, as opções e as justas aspirações dos próprios intelectuais.

Nós daqui saudamos os intelectuais e quadros técnicos do Porto — os professores, os médicos, os enfermeiros, os trabalhadores do «Jornal de Notícias», do «1.º de Janeiro», da RTP e da RDP, os técnicos da informática, os engenheiros técnicos, os quadros técnicos, e outros — pelas lutas esclarecidas, coerentes e corajosas que têm travado contra as actuações do Governo, com objectivos concretos imediatos e em defesa dos seus legítimos direitos, inseparáveis do respeito pelas liberdades e direitos dos cidadãos e da defesa do próprio regime democrático.

Nós daqui saudamos no plano nacional os médicos, os professores, os técnicos, os trabalhadores da cultura e da informação, pelas lutas corajosas que nos últimos tempos têm travado pelos seus justos direitos e por conquistas democráticas fundamentais alcançadas com a revolução de Abril.

Podem todos estar absolutamente certos do apoio seguro do Partido Comunista Português.

Orientações democráticas

A Assembleia apontou outra importante direcção da intervenção dos intelectuais: a **defesa de políticas e orientações democráticas para o ensino, a ciência, a cultura, o direito à informação, o desporto, a saúde, a gestão.**

Não se trata apenas de defender ideias. Trata-se da intervenção para concretizá-las.

Os intelectuais reagem contra as orientações reaccionárias e lutam por orientações democráticas, não apenas através da luta política geral, mas através de propostas concretas, do trabalho e de realizações de ordem prática.

Os intelectuais dão assim, com a sua competência e o seu trabalho, uma contribuição de inapreciável valor para fazer frente à acção contra-revolucionária, para o progresso científico, técnico e social e para a defesa e consolidação das liberdades e direitos dos cidadãos.

Congressos, seminários, colóquios, encontros e outras iniciativas de reflexão e debate citados na Assembleia, assim como realizações concretas para resolver problemas e trabalho efectuado no exercício de funções que desempenham — designadamente em órgãos de Poder Local onde têm realizado uma obra a todos os títulos notável, nos Conselhos Directivos e Pedagógicos, em estabelecimentos escolares como a Universidade Popular do Porto — inserem-se nessa preciosa contribuição dos intelectuais.

Quando, por exemplo, os intelectuais defendem a gestão democrática das escolas e dos hospitais; quando defendem os conselhos de redacção e outras estruturas na comunicação social; quando combatem o nepotismo e a promoção de clientelas; quando reclamam a expansão da rede escolar e do sistema educativo; quando reclamam apoios e subsídios à actividade cultural e artística, a teatros, a museus; quando defendem o património e o ambiente; quando lutam, com objectivos relativos à ciência, à saúde, ao ensino, à cultura, à arte, à informação — os intelectuais estão travando lutas das mais importantes — lutas com objectivos concretos, imediatos, palpáveis para todos — em defesa do regime democrático.

A Assembleia, no documento aprovado e nas intervenções dos delegados, salientou muito justamente estes aspectos de importância fundamental na acção dos intelectuais comunistas.

Criatividade artística

A Assembleia indicou uma outra direcção da intervenção dos intelectuais: a **democratização e a descentralização cultural, a defesa da cultura portuguesa, a criação artística e a vida cultural.**

Essa intervenção expressa-se na luta política e social e na luta reivindicativa, mas expressa-se de forma específica nas próprias actividades culturais e nomeadamente na criação artística.

A contra-revolução não poupa nenhum sector nem nenhum aspecto da vida nacional. Tão pouco pouca a vida cultural.

A obra dos governos de direita nos últimos 10 anos tem sido uma obra de aviltamento da cultura, de destruição dos avanços democráticos que, na vida cultural, o 25 de Abril trouxe ao País, de sacrifício da cultura portuguesa ante a avassaladora colonização cultural vinda dos países imperialistas.

Um bom livro, uma boa composição musical, uma boa peça de teatro, um bom filme, um bom quadro, uma boa escultura, valem no momento actual tanto como se de lutas se tratasse. Valem como elementos da afirmação do regime democrático através dos seus escritores e artistas. Valem como resistência à colonização cultural de que Portugal é objecto.

A reacção interna e o imperialismo exercem uma constante e intensa pressão (ideológica e económica) para sufocar, condicionar, mercantilizar e instrumentalizar a liberdade e a criatividade artísticas.

O Partido adverte dos efeitos negativos dessa pressão e apela à criatividade dos artistas.

Não aprovamos nem desaprovamos estilos, escolas ou modelos. O Partido diz ao artista que descubra e use a sua própria linguagem. Apenas um justo desejo: que a sua obra, além da emoção estética, inspire sentimentos conformes à luta pela cultura, à luta pela liberdade, à luta pela democracia, em que o povo português está empenhado. E contribua para criar determinação e confiança.

Com inteira razão, podemos estar orgulhosos de contar nas nossas fileiras ou muito próximo delas, artistas que na época presente se situam sem contestação, nos lugares cimeiros da literatura, da música, da canção, do teatro, do cinema, da pintura, da escultura.

Portugal democrático precisa deles. Precisa da sua obra. Como parte integrante da democracia. Como factor da elevação cultural do povo. Como elemento de formação do Homem. Como motivo de alegria e de felicidade.

Portugal democrático, para se defender e progredir, precisa da acção, do trabalho, da obra dos intelectuais.

Realizações colectivas

A cultura é parte integrante da democracia. A reacção não conseguirá afastar do povo a cultura, nem da cultura o povo. Lutamos e lutaremos para ampliar e desenvolver a democratização da cultura.

A este respeito, é de capital importância, a par da contribuição

Entretanto, a razão é simples.

Por um lado, nenhum outro partido mais que o PCP reconhece o alto valor dos intelectuais na sociedade.

Valor — não no sentido mercantilista com que o capitalismo encara os intelectuais, procurando comprar a inteligência, o talento, a arte, de forma a abafar a sua independência e a integrá-los na dinâmica económica e social da exploração dos trabalhadores e da criação de mais-valia e de lucro.

Valor — sim, para os comunistas, no sentido da contribuição positiva e indispensável dos intelectuais na transformação progressista da sociedade, no trabalho qualitativamente diferenciado, na epopeia das descobertas científicas e da revolução tecnológica, na gesta da criação artística, na participação, com os trabalhadores e com as massas populares, na luta política de que depende o futuro de Portugal.

Por outro lado, nenhum outro ideal, mais que o ideal dos comunistas, corresponde à aspiração mais profunda dos intelectuais no domínio das suas actividades específicas: a aspiração à completa realização das suas capacidades e potencialidades — científicas, artísticas, pedagógicas, técnicas.

Valor do trabalho do intelectual

Os intelectuais comunistas participam activamente em toda a actividade partidária.

É de valorizar a dedicação de milhares de intelectuais que entregam muitas das suas energias às mais variadas tarefas do Partido, frequentemente tarefas técnicas, das mais modestas, sem qualquer relação directa com a sua preparação e as suas actividades específicas como intelectuais.

Tal atitude é um índice de superior consciência política, de superior moral, de superior educação humana, de espírito revolucionário e de modestia que são traços e motivo de orgulho dos comunistas.

Entretanto o cumprimento de tais tarefas não significa, nem deve

Dinamismo para enfrentar

Um conjunto de intervenções com elevado nível e interesse, abrangendo diferentes temas de actualidade e evidenciando uma profunda ligação e conhecimento dos militantes comunistas do Sector às esferas da vida intelectual, cultural, científica, técnica e desportiva do distrito, assinalou no último domingo, dia 18, a realização na cidade Invicta da 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto, do PCP. O secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, foi um dos presentes nesta iniciativa.

Decorrendo sob o lema **com o PCP, por Abril** a 1.ª Assembleia

juntou na Faculdade de Economia 193 delegados (36% mulheres), 114 participantes (intelectuais comunistas membros de outros organismos) e centenas de convidados. Em foco durante o debate estiveram os problemas políticos e ideológicos que se colocam aos intelectuais e ao seu movimento e intervenção social, cultural e política; a caracterização da política de direita prosseguida nos últimos anos e as suas consequências para a vida e o trabalho da intelectualidade; a política alternativa necessária ao País, à democratização da região; o balanço crítico da actividade dos intelectuais e quadros técnicos comunistas; e as linhas de orientação e de trabalho para o Sector Intelectual do Porto.

A eleição do novo organismo de direcção do Sector (60 elementos, dos quais 12 são mulheres), onde se conjuga a presença de várias gerações, e a aprovação do documento-base da As-

sembleia (não foi «um acto formal de natureza interna», pois «ficará a constituir também um contributo dos intelectuais comunistas para o diálogo e a acção comum com todos os intelectuais democratas em torno dos seus problemas específicos e da sua inserção na luta popular em defesa do 25 de Abril e das suas conquistas») foram também momentos salientes da Assembleia.

Como foi sublinhado no decorrer dos trabalhos, a actividade preparatória prolongou-se por alguns meses e englobou a discussão inicial que deu origem ao anteprojecto de documento e posteriormente a discussão de que resultou o documento que hoje estamos aqui a discutir, passando por muitas reuniões de discussão e de eleição dos delegados. A realização da 1.ª Assembleia permitiu o contacto com muitos militantes. Trezentos participaram na discussão do documento. Convocadas especifica-

mente para esse efeito, realizaram-se 23 reuniões preparatórias.

A pesar da discussão não ter sido homogênea e em alguns casos insuficiente, mostrando mesmo deficiências em certas organizações, não tendo ido tão longe quanto possível, um facto no entanto há a realçar: trata-se, no Sector Intelectual do Porto, do debate mais amplo e vivo dos últimos anos este que agora realizamos por altura da preparação da 1.ª Assembleia, mesmo tendo o ritmo da discussão sido prejudicado pelo período de Natal e Ano Novo.

Intervenções e moções

Coube ao camarada João Semedo, da Comissão Executiva da DORP, a intervenção de abertura da Assembleia. Depois, foi o «percurso» vivo pelas diferentes áreas

individual, o trabalho, a iniciativa e as realizações colectivas.

Esta linha de orientação é válida em toda a actividade comunista. É válida no campo da investigação científica, do ensino, da tecnologia. É válida no campo da arte.

Assim, a expansão e renovação do teatro independente, do cineclubismo, das exposições de artes plásticas, de festivais, de coros, de escolas e grupos de música e dança, de actividades editoriais, de bibliotecas, assim como das mais diversas actividades culturais do movimento associativo e popular e do movimento operário e sindical, de associações, de grupos, de organismos, de pelouros de cultura nas autarquias — são aspectos da dinamização cultural e da expansão cultural — parte constitutiva do processo de democratização.

É inteiramente justa a conclusão da Assembleia acerca da necessidade de promover e apoiar a criação artística e apoiar e procurar dinamizar, todas as organizações e formas de organização com actividades culturais.

Com o Partido — os melhores

Alguns comentadores manifestam estranheza pelo facto de serem comunistas ou cooperarem com os comunistas muitos dos melhores valores da intelectualidade portuguesa: da ciência, do professorado, da tecnologia, da técnica, da literatura, da música, da canção, do teatro, do cinema, das artes plásticas.

significar, qualquer menor avaliação da importância e valor das suas actividades específicas como intelectuais.

Não são de apoiar opiniões, que por vezes se manifestam, ajuizando do valor dos quadros intelectuais apenas pela execução de tais tarefas e sem ter na conta devida o trabalho que realizam, como intelectuais, no domínio específico da sua actividade.

O intelectual comunista afirma a sua militância na execução de quaisquer tarefas partidárias, na participação nas batalhas políticas e sociais, mas também no valor do seu próprio trabalho como intelectual que é.

O Partido apela aos seus militantes intelectuais para que intervenham activamente na luta popular que se desenvolve e nas tarefas correntes do Partido.

Apela também para que, no domínio específico do seu trabalho como intelectuais, aperfeiçoem os seus conhecimentos, a sua preparação, as suas especializações, as suas capacidades, o seu trabalho e a sua criatividade.

Agravam-se os perigos

Persistem e de certa forma agravam-se os perigos para o regime democrático.



precisa dos intelectuais

De facto, confirma-se a ofensiva do Governo em todas as frentes contra o regime democrático.

Confirma-se a degradação da situação económica e social. Confirma-se a continuação dos golpes contra o sector empresarial do Estado, contra a reforma agrária, contra os direitos dos trabalhadores, contra a democratização do ensino e da cultura. Confirma-se a partidarização reaccionária do aparelho de Estado. Confirma-se a acção subversiva e de rebeldia institucional de Cavaco Silva. Confirmam-se os planos de liquidação total do regime democrático, nos quais se inscrevem com relevo projectos de leis eleitorais antidemocráticas e planos de revisão da Constituição.

Nas áreas que respeitam directamente aos intelectuais — no plano do ensino, no plano da investigação científica, no plano de política cultural, no plano da informação — confirma-se (conforme na Assembleia foi exaustivamente demonstrado) que a política do Governo do PSD, na continuidade da política dos últimos 10 anos, é uma política de degradação e destruição das conquistas democráticas.

Confirma-se a monstruosa demagogia do Governo, a tentar alargar a sua base de apoio social e eleitoral. Confirma-se a utilização maciça dos meios de comunicação social para desinformar e perverter a opinião pública; a permanente campanha anticomunista associando clichés primários aos meios mais sofisticados; as manobras de Cavaco para atrair a compromissos ora o PS ora o PRD e assim dificultar a convergência democrática. Confirma-se a chantagem das eleições antecipadas tentando impedir que a maioria de deputados de partidos democráticos actualmente existente se concretize num acordo que provoque a demissão do Governo e dê a base necessária à formação de um governo democrático.

Confirma-se a política de capitulação nacional, as escandalosas concessões ao imperialismo atentatórias da independência e da soberania nacionais, de que é expressão concludente a entrada na CEE e a submissão dos interesses nacionais ao interesse da CEE, com o consequente processo de ruína da nossa agricultura, da nossa indús-

Com este objectivo entre outras medidas, o Comité Central, na reunião plenária anteontem realizada, decidiu lançar uma «campanha organizativa para fortalecer o Partido».

A orientação apontada pela 1.ª Assembleia aos intelectuais e quadros técnicos comunistas do Porto vai inserir-se naturalmente nessa campanha.

O PCP pode sentir-se orgulhoso pela forte organização de intelectuais que acaba de realizar a sua 1.ª Assembleia e à qual como foi lembrado na Assembleia devemos juntar, para aferirmos com rigor de intervenção efectiva dos intelectuais, aqueles que estão integrados noutras organizações e que perfazem um número não muito inferior ao dos militantes organizados no sector.

É justo destacar o elevado número de militantes, o facto de 16% terem menos de 30 anos e 71% entre 30 e 50 anos e o elevado número de mulheres — 43%. **Parabéns por esta elevada percentagem de mulheres.**

A Assembleia apontou também e foi bom que tivesse apontado aspectos negativos, como o ritmo demasiado lento do recrutamento, o número elevado de camaradas que não participam regularmente no trabalho, certos aspectos de rotina na actividade do sector.

Daí a importância das tarefas essenciais e imediatas que a Assembleia colocou ao sector intelectual.

Permitam-me que destaque três da direcções apontadas.

A primeira relativa à Direcção do sector.

São de grande importância as grandes linhas definidas pela Assembleia para a actuação da nova Direcção eleita — que felicitamos em nome do Comité Central, com a certeza de que estará à altura da confiança que nela depositam os militantes.

A Assembleia indicou a necessidade de reforçar o trabalho colectivo, — aumentando simultaneamente a responsabilidade e a iniciativa individuais.

Indicou a necessidade de chamar mais quadros ao trabalho, promovendo a sua formação e descentralizando tarefas. Indicou a necessidade de dinamizar os vários organismos dirigentes do sector. Indicou a necessidade de aperfeiçoar o controlo de execução. São orientações do mais alto valor que é imperioso realizar na prática.

A segunda direcção é a relativa à luta ideológica.

Sublinhando que, em certas áreas, há intelectuais que se mostram permeáveis à influência ideológica da reacção, do imperialismo e do oportunismo da direita e esquerdista, a Assembleia sublinhou justamente que a verdadeira independência dos intelectuais se expressa na sua capacidade, não só de resistir à influência ideológica dos inimigos da democracia, como de combater activamente tal influência e, no que respeita aos intelectuais comunistas, de combatê-la utilizando esse poderoso instrumento de análise e de criatividade que é o marxismo-leninismo.

São também orientações do mais alto valor.

A terceira direcção — o trabalho de organização.

A Assembleia indicou a necessidade de corrigir atrasos e deficiências como é o caso de militantes desorganizados e de cartões de 86/87 ainda não entregues. Indicou a necessidade da dinamização, da actuação regular, da iniciativa e da responsabilidade de todos os organismos e de maior flexibilidade e diversidade da estrutura orgânica e do seu funcionamento.

E, com particular significado, a Assembleia resolveu lançar no ano corrente uma campanha de recrutamento de forma a que venham ao Partido numerosos intelectuais e quadros técnicos que já hoje apoiam a nossa política e ajudam a nossa acção, mas a quem falta ainda dar esse passo que, sendo dado, será o mais belo passo da sua vida política: a entrada para membro do PCP.

Estamos certos de que muitos compreenderão que o momento político actual é o momento apropriado para fazê-lo.

Talvez até que entre os convidados a assistir a esta Assembleia haja alguns que finalmente decidem que o seu lugar, lugar correspondente às suas aspirações e sentimentos, é no Partido Comunista Português.

Na ofensiva

Ante a política da direita outros partidos democráticos arrastam-se numa posição contraditória, indefinida e incerta em questões essenciais, numa posição que, ante a extrema e arrogante agressividade da reacção e do seu governo, é caracterizadamente defensista.

Com a sua política clara, rigorosa e coerente, definida no presente e na sua perspectiva, o PCP está na ofensiva. Ofensiva no esclarecimento do povo português acerca dos seus verdadeiros problemas e do caminho para resolvê-los. Ofensiva na dinamização da luta dos trabalhadores, dos intelectuais, dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, das mulheres, da juventude, de todas as camadas mais desfavorecidas.

Ofensiva nessa magnífica e ímpar realização que foi a Conferência sobre a emancipação da mulher no Portugal de Abril, cujas conclusões estão a ser e serão traduzidas na nossa acção prática e num significativo avanço da luta emancipadora, ao nível das massas e ao nível do Partido. Ofensiva no Encontro sobre a comunicação social que dinamizará toda a nossa acção nessa esfera. Ofensiva, no aprofundamento do diálogo com os outros partidos democráticos. Ofensiva na Assembleia da República, com a acção qualificada, competente, combativa e esclarecida do nosso Grupo Parlamentar, encabeçando a oposição ao Governo e conduzindo infatigavelmente a batalha pela convergência democrática.

Sim, camaradas, o nosso Partido está na ofensiva. A 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP demonstra que os intelectuais comunistas também o estão. (...)

Álvaro Cunhal na Fac. de Direito de Lisboa

Perante uma larga audiência, atenta e interessada, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participou, no passado dia 14, no anfiteatro 2 da Faculdade de Direito, num ciclo de debates subordinado ao tema «Desenvolver Portugal — Ano 2000», da iniciativa de um grupo de estudantes daquela escola.

Ao longo de duas horas e meia, o camarada Álvaro Cunhal analisou atentamente a situação actual do nosso país, à luz da temática geral dos debates e dispôs-se, depois, a responder às várias perguntas dos participantes no debate, na sua maioria jovens.

Na sua intervenção inicial, o secretário-geral do PCP considerou que, no momento actual, e a continuar a política que vem sendo seguida nos últimos anos, «Portugal tem pela frente uma perspectiva sombria» da evolução da sua situação até ao ano 2000. Impõe-se, por isso, uma viragem na vida nacional «operada na base da Constituição da República em vigor e que muitos insistem em ignorar».

Partindo desta ideia central, o camarada Álvaro Cunhal deteve-se na análise do desenvolvimento capitalista registado nos últimos anos do fascismo, considerando que ele se fez «à custa da exploração dos trabalhadores e não alterou a situação de Portugal como país mais atrasado da Europa». «Com o 25 de Abril e as transformações democráticas conquistadas, abriu-se uma perspectiva nova para o desenvolvimento do nosso país», adiantou.

Com abundante fundamentação factual e teórica, o camarada Álvaro Cunhal discorreu longamente sobre a «crise real e profunda que o país atravessa». Considerou que essa crise é marcada por uma ofensiva geral contra as empresas públicas, a Reforma Agrária e os direitos e interesses dos trabalhadores. «Esta política, afirmou, tem provocado a desorganização de sectores-chave da nossa economia, de tal forma que, hoje, a capacidade produtiva não utilizada atinge, em alguns casos, os mais de 50 por cento».

Como traço marcante da situação de crise que o país vive, Álvaro Cunhal destacou as consequências altamente negativas que resultam para Portugal da actual dívida externa e dos seus encargos. Deveu-se, depois, o orador, sobre a adesão à CEE considerando-a um «desastre para o nosso país». Falou das consequências perniciosas da adesão já visíveis ao nível, por exemplo, das pescas. Considerou que, actualmente, os países capitalistas mais desenvolvidos, na CEE, tentam exportar para Portugal a sua crise, «limitando as possibilidades de desenvolvimento nacional».

A propósito da CEE, Álvaro Cunhal considerou que a assinatura, por Portugal, do Acto Único constitui uma limitação séria à independência e soberania nacional, adiantando que, tal documento, «avança mesmo elemen-

tos de política externa comum que de certeza não será ditada segundo os interesses nacionais».

É urgente uma viragem

«Impõe-se, no actual momento, uma viragem no caminho que Portugal tem seguido até aqui». Com esta frase, abriu o camarada Álvaro Cunhal um capítulo novo na sua intervenção sobre os caminhos necessários para o desenvolvimento nacional e «a recuperação económica que lhe abra caminho».

Estabeleceu, para essa política, quatro pressupostos básicos: «o fim da ofensiva contra as transformações democráticas operadas em Portugal depois do 25 de Abril, a dinamização de todas as formações económicas (sector público e sector privado) segundo os princípios consagrados na Constituição, a participação dos trabalhadores, intelectuais, quadros técnicos, da população em geral no processo de desenvolvimento e a implementação de uma política que preserve a independência nacional».

Tendo por base estes princípios, uma política de desenvolvimento para Portugal deve passar, afirmou Álvaro Cunhal, «pelo aumento da produção — eixo fundamental de qualquer política de desenvolvimento — o saneamento financeiro e o melhoramento das condições de vida do nosso povo que, longe de ser contraditório, é antes uma condição indispensável para o desenvolvimento».

Nesta linha, o camarada Álvaro Cunhal apontou algumas linhas da política a seguir, nomeadamente «o aproveitamento de todos os recursos nacionais para benefício do nosso desenvolvimento, a redução dos principais défices — tecnológico, alimentar, bens de equipamento e energético, — a aplicação das conquistas da revolução científico-técnica».

No final o camarada Álvaro Cunhal dispôs-se a responder a todas as perguntas colocadas, mesmo que fora do tema inicialmente proposto. A maior parte das perguntas dos estudantes incidiu, aliás, mais sobre aspectos da actual situação internacional e nacional, do que sobre as grandes linhas da intervenção do secretário-geral do PCP sobre o desenvolvimento de Portugal.

o futuro

que tocam o Sector. Falou-se dos problemas, da situação, das perspectivas e da importância do cinema, das artes plásticas, do teatro e do exemplo valioso do Teatro Experimental do Porto.

Da tribuna da Assembleia do Sector Intelectual surgiram comentários e posições de análise e caracterização às situações que se vivem no ensino e na educação. Falou-se também do papel dos professores comunistas do Porto. Assuntos de grande impacto e actualidade como a gestão democrática no Preparatório e Secundário tiveram o seu lugar na Assembleia, que não esqueceu a Universidade Popular do Porto, a luta dos intelectuais, os quadros técnicos, a revolução técnica e científica, a luta pela paz, a luta ideológica, o marxismo-leninismo em face da ofensiva ideológica contemporânea e o caso das ciências sociais, a Conferência da Mulher e os caminhos a percorrer nesta

área, as associações de amizade e a cooperação internacional na base da paz e da solidariedade, os problemas da Comunicação (a imprensa, o Jornal de Notícias, as rádios livres, etc.), a acção do Grupo Parlamentar do PCP nas matérias em debate, etc. De tudo isto se falou na Assembleia, que, naturalmente, abordaria ainda as questões relativas à vida interna, à organização do Sector e às tarefas dos militantes comunistas.

Durante a Assembleia foram aprovadas moções de solidariedade com a luta do povo chileno, sobre o significado universal dos «Descobrimentos» Portugueses e de saudação ao II Congresso da União dos Sindicatos do Porto/USP/CGTP-IN.

Na sessão de encerramento da Assembleia registou-se a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, de que publicamos extractos significativos nestas colunas do «Avante!».

tria, das nossas pescas, com a consequente perda da capacidade de decisão pelos portugueses da sua própria política.

Por tudo isto confirma-se, como foi sublinhado nos trabalhos da Assembleia, a necessidade e a urgência da demissão do Governo de Cavaco Silva. Confirma-se a correcção da consigna: governo para a rua.

(...)

Reforço do Partido

Creio, camaradas, que, quem quer que observe a vida política nacional com objectividade tem de concluir que o PCP não só é a força política dinamizadora da luta popular, da resistência contra a política do Governo, da defesa do regime democrático e das suas conquistas e realizações, como é a força dinamizadora da convergência e unidade dos democratas.

A conclusão para quem quer que observe a vida política nacional com objectividade é que o PCP é uma força indispensável e essencial para uma alternativa democrática, e que sem o PCP não há alternativa democrática possível.

Este próprio facto coloca como tarefa, que interessa não apenas aos comunistas, mas a todos os democratas e à democracia, o reforço do PCP.

PCP

Algarve

«Uma importantíssima vitória da Organização Regional»

● Aprovado Plano de Actividades para 87

O objectivo não só foi alcançado como substancialmente ultrapassado, já que o montante final recolhido é superior a 4 mil contos. Trata-se de uma importantíssima vitória da Organização Regional, bem ilustrativa da força, empenho, influência e apoio social e político que o PCP disfruta na região.

As palavras são da Direcção Regional do PCP no Algarve (DORAL) e comentam o êxito da campanha que ali decorreu entre Maio e Dezembro do ano passado, e que tinha como objectivo a angariação de 3 mil contos para o

1987 tinha na respectiva ordem de trabalhos a análise da situação política e social e ainda a aprovação do plano de actividades para o corrente ano.

No texto de conclusões que fez chegar à nossa redacção, a DO-

A regionalização, tantas vezes prometida, e que o projecto de lei do PCP institucionalizaria a curto prazo, levantam-se agora novos obstáculos, quer pela acção do Governo de Cavaco Silva, quer por parte do PS, PSD e CDS. Os projectos de lei apresentados por eles recentemente na AR e as recentes declarações produzidas pelos membros do Governo e do próprio PS apontam claramente para o seu protelamento, alerta a DORAL do PCP.

reforço do PCP no distrito de Faro.

Reunido no passado dia 18 na capital algarvia, o Plenário da Direcção Regional saudou vivamente todas as organizações e militantes do Partido na região pelo êxito alcançado, assim como todos aqueles que, não sendo militantes do PCP, deram à campanha o seu contributo e apoio. Esta primeira reunião plenária da DORAL neste novo ano de

RAL sublinha a dado passo que «a situação económica no Algarve continua a ser marcada por uma intensa e continuada degradação do aparelho produtivo, realidade que põe em causa a sobrevivência da actividade industrial na região. Esta situação continua a atingir com particular violência o sector conserveiro e corticeiro».

«No plano social», refere a DORAL já noutra passagem do documento, «as condições de vida e

2^{as}
JORNADAS
ALGARVIAS
promovidas pelo **PCP**

O impacto da adesão a CEE nas pescas e conservas agrícolas e turismo



FARO • OLHÃO • 31 JAN. • 1 FEV. 1987

de trabalho continuam a degradar-se. Aumentam o número de trabalhadores com salários em atraso, alargando-se esta situação à Hotelaria. Cresce o desemprego, o trabalho clandestino e o recurso ao trabalho infantil e juvenil. Aumenta a precaridade do emprego, designadamente na sua forma mais generalizada — os contratos a prazo, a fuga ao cumprimento da lei e a repressão nas empresas.

Plano de Actividades

Sobre o Plano de Actividades

da Organização Regional, agora aprovado, o *telex* que nos chegou de Faro esclarece:

«As ideias força do Plano apontam para um substancial reforço da organização e da actividade do PCP, no quadro de uma campanha organizativa aprovada na recente reunião do CC, para um contributo significativo da acção dos comunistas no desenvolvimento de todas as formas de acção do movimento unitário de massas, de modo a melhor defender os justos interesses e problemas da população da região, e para uma maior presença do PCP em todos os planos da actividade política, social e cultural no Algarve.

«No âmbito do seu plano de actividades, a DORAL do PCP leva a efeito já nos próximos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro em Faro e Olhão as segundas Jornadas Algarvias, em torno das quais promove um amplo debate sobre as consequências da integração na CEE no sector das Pescas, Conservas, Agricultura e Turismo.»

Em relação a estes temas, chamamos a atenção dos leitores para a continuação da reportagem no Algarve, da autoria do nosso camarada Carlos Almeida, no caderno EM FOCO desta edição.

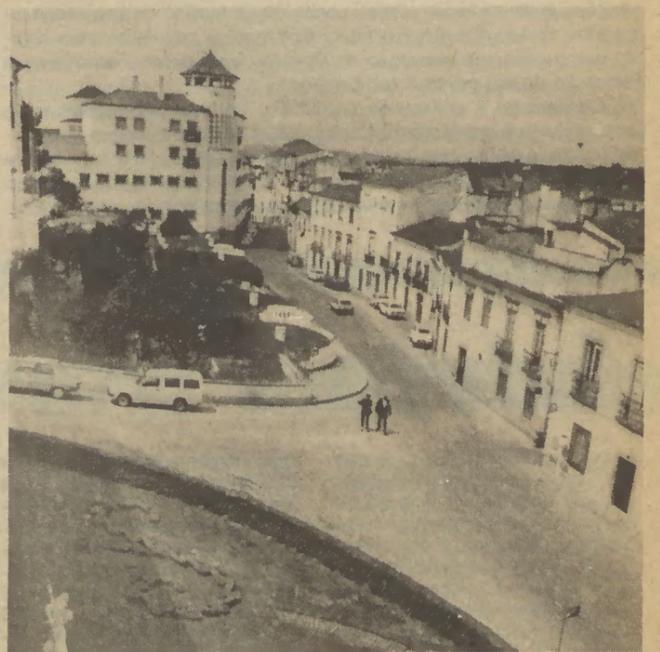
2.ª Assembleia Concelhia dos comunistas de Leiria

Com o PCP, reforçar a organização, defender Abril.

Este é o lema que presidirá aos trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia dos comunistas de Leiria, marcada para o próximo domingo, dia 25, com a participação de delegados e convidados.

A Assembleia funcionará entre as 14.30 e as 19 horas, no auditório do Centro Comercial D. Dinis, na cidade de Leiria.

Na sessão de encerramento, abordando temas da actualidade regional e nacional, intervirá o camarada António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.



Plenário concelhio em Évora

De acordo com o Plano de Actividades para 87, a Comissão Concelhia de Évora do PCP convocou para o próximo sábado, dia 24, um plenário de quadros comunistas para análise da situação orgânica e discussão de medidas que conduzam ao reforço do trabalho de organização e do trabalho político e ideológico do Partido neste concelho alentejano.

O plenário de sábado, que além dos camaradas da C. Concelhia, contará com a participação dos camaradas do Comité Central Dinis Miranda, membro da Comissão Política, e António Murteira, tem sido devidamente preparado nos diversos organismos que funcionam no concelho.

Assim, na base do Plano de Actividades para o ano em curso, o debate tem avançado, nomeadamente em torno das medidas que se impõem para o reforço do Partido a todos os níveis (estruturação, recrutamento, entrega de cartões, recebimento de quotas, divulgação do Avante! e de outros materiais do Partido) e para um melhor conhecimento e intervenção em áreas como trabalho sindical, a Reforma Agrária, as autarquias, o ensino, a saúde e os problemas específicos da juventude.

O plenário promovido pela Comissão Concelhia decorrerá no Palácio D. Manuel, na cidade de Évora, entre as 10 e as 18 horas.

Campanha em Viana do Castelo

A situação política e o plano de trabalho da organização para este ano foram temas em destaque na recente reunião distrital de quadros comunistas de Viana do Castelo. No âmbito das tarefas e do trabalho da organização mereceu especial atenção o lançamento, já tornado público, de uma campanha de 10 mil contos para pagamento dos encargos com o novo Centro de Trabalho do PCP na capital do Alto Minho.

Coimbra

Em Eiras, delegações do PCP e PRD sentaram-se à mesa e analisaram os problemas da freguesia

● Do encontro saiu um comunicado conjunto

Os problemas da freguesia e o funcionamento dos respectivos órgãos autárquicos estiveram no centro do debate que juntou à mesma mesa delegações do PCP e do PRD de Eiras, em Coimbra.

Após a reunião, que decorreu no passado dia 12, foi divulgado um comunicado conjunto com as conclusões fundamentais do debate, onde se salienta um conjunto de críticas à actuação do executivo da Junta, constituído por eleitos do PS e do PSD.

Referindo que «as carências existentes na freguesia não só não têm sido resolvidas, como, pelo contrário, se têm avolumado», o comunicado conjunto exemplifica lembrando o mau estado das estradas e ruas, o péssimo serviço de transportes públicos, a falta de policiamento, a ausência de espaços verdes e de parques infantis (Loreto, B.º Brinca, B.º Relvinha, B.º Liberdade, etc.) e ainda a insuficiência de unidades escolares (B.º Ingote).

Mas vejamos outras passagens do documento aprovado pelas organizações locais do PCP e do PRD de Eiras:

O executivo da Junta não tem sido o porta-voz determinado e

eficaz das aspirações da Freguesia junto de entidades, como a CM de Coimbra, a quem também compete a solução de alguns destes problemas. É o arrastar de situações como a Vala da Estrada de Eiras, a Ribeira de Eiras, St. Apolónia, a Entrada do Escravote, na Redonda, e a Secundária de Eiras.

O mesmo Executivo não só desconhece muitos dos problemas da Freguesia como também não contacta as populações para esse fim, tendo-se já recusado a acompanhar grupos de moradores à Câmara Municipal, como aconteceu com os habitantes do B.º do Ingote.

O trabalho voluntário das populações é importante para a

realização de pequenas obras. A Junta nada tem feito para encetar este tipo de acções, ficando, de braços caídos, a aguardar as iniciativas dos moradores.

A actividade da Junta resume-se a meras acções burocráticas não se coibindo, contudo, de apresentar e fazer aprovar uma proposta de actualização de taxas, algumas das quais registaram aumentos superiores a 100%.

A Assembleia de Freguesia não tem funcionado como deveria, muito por responsabilidade dos eleitos do PS e do PSD que, fugindo à discussão séria de muitas questões, funcionam como simples eco das posições do Executivo.

É de exigir a reposição da legalidade na Assembleia de Freguesia já que não se cumprem os prazos estabelecidos por lei, como por exemplo não ter sido ainda efectuada a reunião que obrigatoriamente deveria ter sido realizada em Dezembro.

As duas delegações concordaram em continuar a exigir dos órgãos autárquicos a resolução

dos problemas da população.

Mais adiante o comunicado conjunto da Comissão de Freguesia do PCP e Núcleo de Freguesia do PRD sublinha que não se deveria proceder a novos aumentos dos transportes públicos municipalizados mas, sim, exigir ao Governo a imediata transferência da verba, aprovada pela Assembleia da República, e destinada à Câmara de Coimbra.

Finalmente, as delegações do PCP e do PRD solidarizaram-se com a luta dos trabalhadores dos Serviços de Limpeza e Higiene da CM de Coimbra e exigem a revogação do Dec. Regulamentador 48/86, imposto pelo Governo, diminuindo-lhes os seus salários, e consideram positiva a reunião, manifestando total abertura para futuros contactos apelando também a todas as forças democráticas para intensificarem este tipo de encontros de modo a que, da conjugação de esforços, se verifiquem progressos no trabalho autárquico, com natural repercussão na melhoria das condições de vida da população da freguesia de Eiras.

Poder Local

Regionalização

- Posição do PCP, amanhã, com a Imprensa
- Intervenção de Luís Sá em Coimbra

O PCP promove amanhã, dia 23 de Janeiro, às 16.30, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma **conferência de imprensa sobre o processo de regionalização**, visando apresentar as verdadeiras posições do Partido sobre a criação de regiões administrativas, divulgar a sua apreciação sobre os projectos de outros partidos e apresentar as propostas do PCP para o prosseguimento do processo de regionalização. Para abrir desde já a apreciação desta matéria, publicamos alguns excertos da intervenção de Luís Sá, membro do CC do PCP e director da Revista «Poder Local», proferida num colóquio realizado sobre o tema na passada semana na Faculdade de Economia de Coimbra.

«Mais do que o consenso entre os partidos em torno da regionalização, é o consenso no País e nas regiões que importa construir. E esse tem vindo a ser cada vez mais claro e evidente», afirmou Luís Sá, que em seguida assinalou como muito positivo o facto de ter sido rompida a cortina de silêncio que foi tentada, segundo afirmou, em relação ao tema e em particular em relação à iniciativa do PCP, a apresentação do projecto de lei das regiões administrativas em Abril de 1986. «Foi devido ao facto de se ter gerado uma forte corrente de opinião a favor da criação das regiões e da eleição dos seus órgãos que vários partidos que nunca

desejaram a regionalização foram obrigados a debater o tema, apresentar projectos e pronunciarem-se sobre esta questão», afirmou. Na sua opinião, porém, existem partidos que procuram obter acordos para entravar o processo levantando falsas questões, em vez de permitir que as Assembleias Municipais se pronunciem sobre os diferentes projectos de lei e as regiões que pretendem, tal como dispõe a Constituição da República. Nesse sentido, pronunciou-se a favor do envio às Assembleias Municipais de todos os projectos de leis sobre regionalização, para que estas se pronunciem até 15 de Março, em cumprimento aliás de uma deli-

beração da Comissão de Administração Interna e Poder Local da Assembleia da República.

Na opinião do PCP, segundo Luís Sá, não se torna necessária qualquer revisão constitucional anterior à criação das regiões. Esta distingue a criação na lei da sua instituição em concreto, que só ocorrerá quando a maioria das Assembleias Municipais, representando a maioria da população, se pronunciarem nesse sentido. «Este mecanismo», afirmou, «garante que não haverá discriminações na criação das regiões, preterindo umas em relação às outras, mas permite também que as regiões vão sendo instituídas à medida que o processo estiver amadurecido, sem penalizar umas pelo atraso das outras».

Em relação ao problema da área das regiões, Luís Sá afirmou que é um problema cuja importância tem vindo a ser empolada por desinformação ou com o propósito expresso de protelar a criação das regiões. «O verdadeiro problema é saber se se pretende uma definição centralizada da área das regiões ou uma definição que resulte da vontade decisivamente confor-

madora das populações. O essencial do projecto do PCP não é, em matéria de áreas, partir da actual divisão distrital, mas sim permitir que através da eventual fusão de áreas ou da deslocação de municípios de uma região para outra, as populações construam as suas regiões. É completamente falso, em especial, que o projecto do PCP pretenda 18 regiões.»

Depois de ter considerado que o processo de regionalização pode e deve avançar em 1987 e que é necessário que avance em face do contínuo reforço das Comissões de Coordenação Regional e de outras estruturas governamentalizadas e partidárias, o dirigente do PCP apresentou um «desafio»: «deixem o País falar», disse. «Enviem os projectos de lei às Assembleias Municipais, como dispõe a Constituição. Se assim acontecer, as populações vão pronunciar-se a favor da criação de órgãos regionais eleitos, dotados de autonomia e recursos próprios, capazes de tomar nas suas mãos boa parte dos seus assuntos e do seu desenvolvimento.»

PCP



Praça da Liberdade

Zonas de jogo da Póvoa e Espinho — Novo escândalo?

1987 é o ano da negociação dos contratos de concessão das zonas de jogo da Póvoa de Varzim e de Espinho, cujas actuais concessionárias são respectivamente, a «SOPETE» e a «SOLVERDE».

O Governo ainda não tornou público o procedimento que vai adoptar. No entanto, declarações do secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha, admitindo que não haverá concurso público, o investimento feito por aquelas «sociedades anónimas» no chamado III Congresso Nacional de Turismo e as relações muito estreitas existentes entre Cavaco Silva e a família «Violas», que domina a «SOLVERDE», patentes ainda recentemente aquando da sua passagem pela região, são factos que apontam no sentido de negociações de bastidores altamente proveitosas para as duas ou três famílias que detêm a maioria das acções das ditas sociedades.

As zonas de jogo têm movimentado vários milhões de contos anualmente, proporcionando centenas de milhares de contos de dividendos às duas ou três famílias que dominam as respectivas sociedades.

Se bem que, quando nasceram, integrassem grande número de pequenos capitais, gradualmente eles foram sendo «engolidos» e a concentração de capital tem subido continuamente. Na «SOLVERDE» a família «Violas», já em 1978 detinha 61,7 por cento do capital. Quanto à «SOPETE» sabe-se também que a maior fatia está nas mãos das famílias «Timóteo Vasconcelos», «Arriscado Amorim», «Quintas» e «Gomes» e que, de poveira, agora, a sociedade só tem o nome...

Como seria de esperar, a possibilidade de vir a dominar este chorudo negócio, despertou a gula de outros grupos capitalistas entre os quais o grupo «SONAE», de Belmiro de Azevedo, e uma multinacional norte-americana.

A ter lugar a concessão das zonas de jogo à «SOLVERDE» e à «SOPETE» sem qualquer concurso público, às escondidas das autarquias locais e da população, estaríamos perante mais um grave escândalo deste Governo, semelhante aliás ao praticado com a renovação efectuada em 1981, em cujas negociações esteve envolvido o então secretário de Estado do Turismo da «AD», Alcino Cardoso.

Benesses e compadrios entre responsáveis dos governos de direita e das concessionárias das zonas de jogo são frequentes. É o caso das cláusulas negociadas na altura, que vieram prejudicar enormemente o Estado, os concelhos e as populações.

No caso da «SVETE», esta estava obrigada a cumprir um conjunto de cláusulas de profunda natureza social, entre as quais a construção de 500 habitações de renda económica, por contrato efectuado em 1975, após diálogo e intervenção da Comissão Administrativa da Câmara. Mas em 1981, com o governo Balsemão, Alcino Cardoso e a Câmara CDS, foi tudo alterado.

Realizar um concurso público para decidir da atribuição das zonas de jogo é uma regra elementar e indispensável para que haja um mínimo de seriedade e isenção na sua concessão.

Mas não é suficiente. É também elementar, como os comunistas têm defendido, que os milhões de contos contribuam efectivamente para o efectivo desenvolvimento local.

Como vai actuar o Governo? Nada de bom se pode esperar. Às populações, às autarquias locais, à opinião pública cabe o papel de estarem atentas exigindo lisura na defesa dos interesses colectivos.

■ B.V.

Juventude

Secretário de Estado foge ao diálogo sobre OTJ

Realizou-se no passado dia 11, no Teatro Garcia de Resende, em Évora, um encontro distrital dos jovens empenhados no projecto OTJ de 1986 com o secretário de Estado da Juventude. Destinada a ser um ponto de discussão dos principais problemas dos jovens, particularmente dos que frequentaram aqueles programas no passado ano, esta

reunião acabou por ser aproveitada pelo secretário de Estado para, mais uma vez, propagandar a acção do Governo relativamente à juventude, divulgando em particular, os projectos OTJ deste ano.

Tal atitude motivou da parte dos jovens que enchiam por completo o teatro o maior repúdio. Pretendendo interrogar o re-

presentante do Governo sobre os seus problemas e as suas principais reivindicações, em particular a aplicação do salário mínimo nacional ou da continuidade dos OTJ de 1987 dos jovens que os frequentaram em 1986 e se encontram neste momento no desemprego, os jovens foram impedidos de o fazer pelo comportamento autoritário assumido

pelo secretário de Estado.

Em comunicado, um grupo de jovens participante no encontro OTJ considera que tal atitude «em nada dignificou quem o promoveu» e adianta que tal encontro «para os jovens nele presentes foi considerado como "tempo perdido", por falta de resposta aos problemas concretos da juventude».

Venda de armas aos «contra»

JCP exige esclarecimentos ao Governo

Em comunicado do seu Gabinete de Imprensa, a Juventude Comunista Portuguesa exige que o Governo de Cavaco Silva saia do seu silêncio e esclareça a opinião pública sobre o envolvimento do nosso País no escândalo da venda de armas aos «contras» da Nicarágua.

Para a JCP a venda a público de informações «não desmentidas pelo Governo» sobre a venda de armas aos «contras», «confirmam o envolvimento do nosso País na vergonhosa operação engendrada pela Administração Reagan, a qual tem im-

posto à Nicarágua uma guerra que já custou a este país mais de 35 mil mortos além de prejuízos de 3 mil milhões de dólares».

Apelidando de «amorais» declarações do Primeiro-Ministro

segundo as «quais «se existe em Portugal uma indústria de armamentos é para que a sua produção seja vendida», a JCP reafirma, neste comunicado do seu Gabinete de Imprensa, «a sua solidariedade à heróica luta da juventude e do povo da Nicarágua».

Encontro JCP/MCE

Delegações da JCP e do Movimento Católico de Estudantes realizaram recentemente um encontro para troca de opiniões acerca da actual situação da Juventude Portuguesa.

As delegações compostas, pelo lado da JCP por Paula Coelho, do Secretariado da Direcção Nacional e Vítor Martelo, da Direcção Central do Ensino Superior e por Cláudia Conceição, da Coordenadora Nacional e Pedro Lúcio, da Comissão Nacional em representação do MCE, concluíram que «a gravidade dos problemas juvenis, torna necessário o reforço do diálogo existente entre ambas as organizações».



A CRISE
ECONÓMICA
E SOCIAL
NO MUNDO

AS SUAS REPERCUSSÕES
NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS.
AS SUAS PERSPECTIVAS SOMBRIAS
E AS NECESSIDADES DE LUTAR
SE QUEREMOS SOBREVIVER

Fidel Castro



Internacional

Afeganistão

Vontade de paz preocupa EUA?

Quem quer a guerra, quem quer a paz no Afeganistão? Raras vezes terá sido tão evidente, tão fácil encontrar a resposta a tal pergunta. Mesmo ao menos informado, desde que não cego pela propaganda imperialista.

Dia 15 o governo afegão iniciou um cessar-fogo unilateral. O cessar-fogo unilateral é acompanhado de um significativo conjunto de medidas políticas, destinado a integrar na vida socioeconómica e política nacional, mesmo ao nível dos órgãos de poder, todos «que possam aceitar compromissos com o poder popular».

Um processo, definido como de reconciliação nacional, que passa por contactos com «os membros dos bandos e as forças neutras», pela constituição de órgãos de poder local, mesmo com a participação de organizações armadas que «ocupem posições passivas ou neutras». E inclui o diálogo com forças da oposição, incluindo personalidades do anterior regime, de orientação política monárquica, os partidos islâmicos que desejem seguir uma via independente. Admitindo-se a constituição de um governo de coligação com todos aqueles com quem o diálogo for possível.

Abriendo o caminho à aproximação dos diferentes sectores da complexa vida sociopolítica no Afeganistão, concretizam-se gestos de boa vontade, como a libertação dos presos «que renunciem sinceramente aos actos hostis à revolução» e um apelo aos que saíam do país para regressar à pátria. Para esses estão já a ser elaborados programas económicos e sociais que lhes garantam um posto de trabalho.

Acompanhando este processo, e facilitando o seu desenvolvimento, as iniciativas soviéticas de retirada parcial de tropas com a garantia (aliás uma garantia que é de sempre) de retirada total, logo que terminem as agressões armadas contra o povo afegão, o apoio armado por parte do imperialismo a esses bandos.

A União Soviética pronunciou-se também, de forma bem clara, no seu apoio às medidas avançadas por Kabul.

Quanto ao apoio popular, é inequívoco. Das manifestações de exuberante alegria, nas ruas, de um povo brutalmente atingido e cansado da guerra, até ao regresso já verificado de centenas de famílias.

Contra a vontade de paz

Contra esta vontade de paz, ergue-se apenas a cegueira anticomunista da administração Reagan, os chefes de bandos que apoia.

As notícias são claras. Enquanto centenas de membros de grupos terroristas depõem armas em adesão ao cessar-fogo, os chefes das sete principais organizações antiafegãs, que contam com o apoio decisivo dos Estados Unidos, reuniram-se na cidade paquistanesa de Peshawar, para decidir do prosseguimento da guerra.

Os EUA, segundo declarações do subsecretário de Estado, Herbert Hagerty, vão continuar a prestar todo o apoio aos bandos, um apoio que se quantifica em dezenas de milhões de dólares. E cujas consequências são bem menos quantificáveis. Pois se medem em vidas humanas e nos prejuízos incalculáveis ao processo em que se empenha um povo rumo ao futuro.

Herbert Hagerty informou ainda que os EUA planeiam oferecer ao Paquistão, em cujo território se entrincheiram os membros dos bandos, os «dushman», armamentos no montante de 1800 milhões de dólares. Estas armas serão enviadas como acréscimo aos armamentos já enviados ao Paquistão a partir de 1981, no valor de 3200 milhões de dólares. Grande parte destas armas irão parar às mãos dos bandos.

A «razão» invocada pelos EUA é a vulgar: as medidas anunciadas por Kabul — bem concretas — não passariam de «gesto propagandístico». «Propaganda» que entretanto parece preocupar os Estados Unidos. Nestes últimos dias enviados dos Estados Unidos e da União Soviética tiveram encontros com autoridades do Paquistão. Da parte da União Soviética, trata-se de mais um contributo para que a paz seja possível nesta região. É duvidoso que da parte dos Estados Unidos sejam as mesmas as intenções.

É mesmo possível que os Estados Unidos acreditem na versão dos acontecimentos que melhor conviria ao imperialismo: o gesto de paz do governo de Kabul seria um sinal de fraqueza. É natural que assim se pense em Washington, onde tanto se menospreza o valor da vida humana, mesmo da vida dos próprios americanos (fazem-se cálculos sobre perdas «aceitáveis» numa guerra nuclear!).

São bem diversas as razões de Kabul.

Como sublinha o presidente afegão, Najib, «o povo está cansado da guerra que se prolonga». E hoje a paz, e portanto a reconciliação, são encaradas, «não só uma necessidade vital como uma possibilidade real». Exactamente porque «o poder revolucionário no país é mais forte do que nunca».

CUBA

3.º Congresso do PCC

No dia 2 de Dezembro, «Ano do 30.º aniversário do desembarque do Granma», no teatro «Carlos Marx», Fidel Castro encerrou a segunda sessão do terceiro Congresso do Partido Comunista de Cuba.

No período que mediou entre esta sessão de encerramento e a adopção do projecto de programa em Fevereiro, um imenso, vivo e participado debate de massas, abarcou todo o povo cubano. Essa a discussão que se reflecte no programa agora aprovado, e que marcou profundamente a parte final do Congresso, «possivelmente uma das melhores reuniões políticas que presenciámos ao longo da história da revolução», como sublinhou Fidel.

Uma discussão que se pretendeu — e foi — profundamente crítica, virada para a superação de problemas para a definição de caminhos mais adequados. Porque «o caminho do comunismo é inteiramente novo para o homem, é uma experiência nova, recente, muito recente, que deve ser constantemente enriquecida na teoria e na prática».

Entre os problemas que estão no centro das preocupações — os de carácter económico. Em parte ligados a desacertos de orientação, a uma prática incorrecta. Como também dependentes da realidade internacional. A desigualdade nas trocas comerciais acentua-se (com a excepção — sublinhada — dos países socialistas, que, com destaque para a URSS, favorecem os países que se ressentem de uma maior debilidade económica). Um exemplo: Cuba paga hoje 140 000 pesos para comprar uma grua, que há seis anos custava 25 000 pesos. Problemas muito reais — este como outros — mas a que se trata fundamentalmente de dar a resposta adequada. Assim, a prioridade será dada aos investimentos necessários ao desenvolvimento económico e às empresas de exportação. Também com a preocupação de racionalizar mais ainda a

utilização das matérias-primas provenientes dos países socialistas.

Problemas a resolver também em sectores fundamentais no plano social — saúde e, muito particularmente, ensino.

Crítica profunda, fruto de um debate amplamente democrático, que não reflecte qualquer falhanço (como o desejaria o capital). Antes as potencialidades de pôr em causa o que não corre bem, reformular caminhos e avançar sempre.

É bem diferente o que está em causa hoje, dos imensos problemas que foi necessário enfrentar no início da revolução, e antes, durante a ditadura.

«Não se trata hoje de resolver os problemas do analfabetismo, da falta de escolas, os problemas da mendicância, da fome — conclui Fidel — não se trata de resolver os problemas dos ho-

mens e das mulheres que morriam sem hospitais, sem médicos, sem nenhum tipo de assistência, não se trata de resolver os problemas de uma tirania feroz que nos oprimia e nos atava pés e mãos, que nos tirava a liberdade, que nos tirava o pão, que nos vendia ao estangeiro; não se trata de lutar quase sem armas, sem nada, contra um inimigo forte e bem armado, face a tarefas imensas; trata-se de resolver e enfrentar os novos problemas resultando dos nossos avanços, do nosso desenvolvimento e do grande desafio histórico de desenvolver o País, de construir o socialismo, de avançar pelos caminhos do comunismo, de desenvolver a teoria e a prática revolucionária».

RFA

Em véspera de eleições

No próximo dia 25 vão realizar-se na RFA eleições para um novo parlamento, de cujos resultados dependerá a formação de novo governo.

Em que quadro socioeconómico e político se realizam estas eleições?

A RFA distingue-se neste momento na Europa capitalista, por uma situação económica relativamente equilibrada. Um equilíbrio que se vem a realizar, quer à custa dos outros países parceiros do velho continente, quer à custa da política social. Que tende a agravar-se. O orçamento para 1987 prevê, em particular, uma diminuição das despesas sociais e a total privatização da Volkswagen e do grupo energético Veba.

Por outro lado, os elementos de desequilíbrio da situação económica, já estão à vista. O volume de exportações diminuiu sensivelmente estes últimos meses, enquanto as importações aumentaram e os investimentos das empresas da RFA no estrangeiro decresceram.

Perspectivas que tenderão a agravar fenómenos como a «nova pobreza», o índice de desemprego (8,7% em Agosto de 86), os despedimentos em massa (na indústria metalúrgica pretende-se o despedimento de mais 15 mil operários até 1988), as falências de empresas, que se registam aos milhares e de forma crescente.

Por parte das massas trabalhadoras, viveram-se, o ano passado, algumas importantes jornadas de luta. Nomeadamente por objectivos políticos, em defesa das liberdades e da democracia, como foi o caso da batalha desenvolvida contra o projecto governamental de limitação decisiva do direito à greve. Após 6 anos de baixa do poder de compra, foi possível obter aumentos salariais da ordem dos 3,5% na função pública.

A luta pela paz é hoje uma constante na RFA. O forte movimento pacifista pouco quebrou mesmo após o início da instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos no território nacional. Entre as grandes manifestações realizadas, as «Marchas da Páscoa» de 1986 reuniram cerca de 360 000 manifestantes.

O panorama político não é simples. A democracia cristã (de direita) no poder, tenta sem dúvida capitalizar a seu favor os traços menos negativos do actual momento económico. Os sociais-democratas (SPD), assumindo hoje posições muito populares na questão da paz e do desarmamento, defendem a nível interno um programa conservador, de direita, não surgindo portanto com qualquer programa alternativo. Resumindo o programa do candidato a chanceler, Johannes Rau (SPD), a revista «Spiegel», escrevia, em Setembro de 86: «o projecto subdivide-se em duas partes: princípios conservadores em política social, económica e financeira; de esquerda na parte consagrada à política externa e à ecologia».

Não por acaso «Os Verdes», muito heterogéneos, embora, marcam posições. Mais ainda quando desenvolvem uma mais consequente luta pela paz (foi dado um passo em frente com a rejeição da tese sobre «a igual responsabilidade das duas superpotências»), e adoptam um programa com conteúdo social — «para vencer o desemprego, a pobreza e a destruição do meio-ambiente». Não constituindo no quadro actual uma alternativa, confundiram entretanto o esquema elaborado para garantir sempre a continuidade da política do capital, com diferentes nuances e rótulos. A «alternância» tão cara aos partidos da burguesia.

Venceremos!



Chile, com os teus filhos, ombro com ombro, estão todos os Povos do mundo, numa gigantesca onda de solidariedade, clamando numa só voz: FUERA PINOCHET! DEMOCRACIA AHORA!

Venceremos!

Solidariedade com o Chile

Chile: A Revolução dos mil dias



O dia 4 de Setembro de 1970 converteu-se na data da Revolução dos mil dias. Nesse dia, após um período de luta, o povo chileno conseguiu eleger o primeiro presidente socialista da América Latina. Este facto marcou o início de uma nova era na história do Chile e da América Latina. Tal como as ondas do grande oceano, a alegria e a felicidade inundaram todo o país.

As reformas sociais do primeiro governo socialista, o Chile viveu um período de desenvolvimento económico e social. O povo chileno conseguiu alcançar a unidade e a harmonia. Este período foi marcado por uma luta constante contra o imperialismo e a burguesia local. O povo chileno conseguiu vencer a ditadura de Pinochet e estabelecer uma nova ordem democrática.

Prossegue com várias iniciativas a campanha de solidariedade para com a luta do povo do Chile contra a ditadura de Pinochet e pelo retorno à democracia, da iniciativa de diversos sectores e individualidades democráticas nacionais. Ao contrário do que se pensaria legítimo esperar, há

ainda quem, abertamente, se revele contrário a semelhantes manifestações de solidariedade. Como sucedeu recentemente na Assembleia de Freguesia de Moscavida onde, a exemplo de tantas outras autarquias, se aprovou, por maioria, e não por unanimidade, uma moção de «denúncia de todos os crimes

cometidos por Pinochet» e de «solidariedade com todo o povo chileno, em especial com as forças progressistas que no Chile lutam tenazmente» pela libertação.

As forças reacções não apreciam iniciativas destas. O que não impede o seu isolamento, enquanto a

maioria, como também se afirma na moção aprovada naquele órgão, manifeste a sua disponibilidade «para participar activamente em todas as acções que visem reforçar a denúncia dos crimes cometidos pelo regime chileno».

Na certeza de que o povo do Chile vencerá!

Internacional

Trabalhadores franceses Grandes lutas

Cerca de 3 mil metalúrgicos franceses, com as suas famílias, formaram uma cadeia de solidariedade humana em Longwy, na zona oriental de França, como forma de protesto contra o encerramento da siderurgia local. Em Paris, depois de praticamente terminado o grande movimento de paralisações de ferroviários e trabalhadores da electricidade, prosseguiram ainda as paralisações dos trabalhadores de metropolitano e outros transportes. Na cidade portuária de Marselha, continuava a greve de transportes e o porto permanecia encerrado. Um pequeno quadro da luta que continua — mesmo depois de uma fase de ascenso, em que entretanto os objectivos propostos não foram atingidos — luta que irá certamente ter uma nova expressão de unidade e força na próxima jornada nacional de dia 25 de Janeiro.

Vale a pena, neste momento, esboçar um breve balanço do que foi este importante período de lutas, com destaque para a greve dos ferroviários.

A greve ferroviária começou na «banlieu» de Paris, no dia 18 de Dezembro. O movimento alastra rapidamente, e a 24 de Dezembro o tráfico ferroviário estava paralisado em quase todas as estações de França.

Como reivindicações fundamentais: aumentos salariais compensadores de um congelamento que se arrasta há 18 meses e que contribuiu para uma degradação do poder de compra da ordem dos 8% em três anos; contra o novo sistema, selectivo e objectivamente divisionista, de tabelas salariais; contra as más condições de trabalho; em defe-

sa dos postos de trabalho e do sector público. O projecto do governo é a privatização dos transportes, e nesse sentido, a supressão de 50 000 postos de trabalho até 1989.

Um conjunto de reivindicações que bem reflecte a amplitude e o carácter dos problemas com que hoje os trabalhadores se defrontam (e não só em França, e não só os ferroviários), e a envergadura da ofensiva de classe por parte do capital.

A história desta luta testemunha também da determinação dos trabalhadores e dos sindicatos verdadeiramente de classe, e ainda das múltiplas armas que o capital utiliza, com realce para a divisão entre trabalhadores e entre trabalhadores em luta e a população em geral.

Assim, por exemplo, a empresa ferroviária (SNCF) consegue a assinatura de um acordo-traição, em que três organizações sindicais, representando apenas 16% dos assalariados, aceitam não só a limitação das reivindicações ao aspecto salarial, como ainda promessas de aumentos irrisórios. É ensaiada a criação de uma estrutura exterior aos sindicatos, uma «coordenadora nacional», que pretensamente daria voz a «uma base que não se sentiria representada pelos seus sindicatos». Por outro lado, com a ajuda da imprensa, tenta-se pôr a população contra os grevistas. Fala-se nomeadamente de quotidianos actos de violência de «grevistas minoritários», que seria o obstáculo a «uma nítida vontade de retomar o trabalho». Uma tática bem conhecida.

Entretanto o movimento de luta avançou, assumindo uma significativa envergadura. Por todo o lado se realizam reuniões e assembleias gerais. A greve estende-se ao metro e aos motoristas de autocarros da região de Paris. Na região de Rhône-Alpes, os ferroviários e as suas famílias bloqueiam um comboio conduzido por quadros da direcção da empresa e dialogam com centenas de viajantes, convencendo-os a não tomar o com-

boio. Em Grenoble e Chambéry forças da policia patrulham ao longo das vias com comboios vazios. Na gare de Metz, a policia de choque carrega sobre os ferroviários em greve. No 13.º dia de greve a paragem do tráfico é total na Bretanha.

De par dos movimentos grevistas realizam-se por toda a parte concentrações e manifestações. Ao apelo da CGT, manifestações departamentais conjuntas têm lugar em vários locais: em Marselha, com mais de 10 000 ferroviários e marinheiros; Sartre, com mais de 2000 trabalhadores ferroviários e da Renault; Nantes, mais de 1000 ferroviários e marinheiros; La Part-Dieu, mais de 3000 ferroviários e outros trabalhadores.

Já no dia 6 de Janeiro realiza-se uma grande jornada de luta, com greves e desfiles de ferroviários, trabalhadores de metro, do gás e electricidade, dos arsenais, dos correios, da saúde.

De momento a greve de ferroviários foi suspensa. Não se trata, entretanto, de uma acção isolada. A greve surgiu na sequência de 14 grandes acções nacionais. Uma luta, que como outras, terá a sua sequência. Na batalha contra a ofensiva do capital, em defesa dos direitos dos trabalha-



Dívida latino-americana não pode ser paga

A dívida externa dos países latino-americanos e caribenhos não pode ser paga, quando os organismos financeiros ocidentais concedem empréstimos em condições gravosas e aumentam injustificadamente os seus juros bancários — afirmaram os representantes de 26 países da América Latina reunidos na capital da Guatemala para analisar os problemas económicos e financeiros do continente.

Os participantes no encontro, organizado no âmbito do Sistema Económico Latino-Americano (SELA) com a participação de representantes da Comissão Económica da ONU para a América Latina e as Caraíbas (LEALC) e da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), aprovaram uma declaração em que exortam os governos a lutar contra a política proteccionista dos EUA e de outros países ocidentais.

No documento, sublinha-se que as medidas proteccionistas praticadas por Washington, a última das quais foi a redução das quotas de importação de açúcar, levam ao agravamento das dificuldades económicas dos países da região.

Como se faz notar, nos últimos dez anos os Estados em causa perderam mais de 50 mil milhões de dólares em consequência da queda dos preços das matérias-primas e outros artigos da exportação tradicional latino-americana. Só no ano passado, em resultado desta política, os países da região sofreram um prejuízo de 11 mil e 400 milhões de dólares.

Recorda-se que a dívida externa da América Latina atinge já os 328 mil milhões de dólares.

Durante a reunião foi ainda aprovado um programa de cooperação comercial e internacional que visa proteger os interesses económicos da região nas condições actuais de ofensiva do capital monopolista norte-americano.

Missão de paz na América Central

Enquanto em Portugal se agrava o escândalo do envolvimento do País no fornecimento de armas ao Irão e apoio aos contra-revolucionários da Nicarágua, no mais completo silêncio governamental, na América Latina prosseguem os esforços para conseguir uma regularização política da situação centro-americana.

Com esse objectivo, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros do Grupo Contadora e do Grupo de Apoio iniciaram na passada segunda-feira, na Cidade do Panamá, uma digressão pelos países da região. Os secretários-gerais da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), respectivamente Perez de Cuellar e João Baena, participam nesta missão de paz, estando previsto o seu encontro com os chefes de Estado da Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Salvador e Guatemala.

Entretanto, nos EUA, o semanário «Newsweek» revelou que «agentes da CIA e outros representantes oficiais dos EUA prestaram assistência aos «contras» na realização de operações de entrada no País de cocaína e de outros estupefacientes». Segundo o semanário, a própria direcção federal para o combate aos narcóticos tinha conhecimento desta operação. No transporte da droga está também envolvida a companhia aérea «Southern Air Transport», célebre pela sua participação no escândalo do Irangate.

Aniversário da morte de Amílcar Cabral

Amílcar Cabral, fundador do PAIGC e destacada figura da cena política internacional, foi assassinado há 14 anos em Conary por agentes do colonialismo português.

Vítima de uma conspiração da PIDE destinada a liquidar o movimento de libertação da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral morreu, mas não o seu exemplo. Os países africanos sob dominação portuguesa responderam ao crime com a intensificação da luta pela liberdade e independência, desempenhando um papel fundamental, lado a lado com os democratas portugueses, na liquidação do colonialismo e do regime fascista que o sustinha.

Luta pela Paz passa pelos EUA

«Acumulámos uma quantidade impressionante de armas que são as mais poderosas que o mundo já conheceu; e, apesar disso, não deixamos de viver sob a constante ameaça da aniquilação total, sem nenhum sentimento de segurança, e sem vislumbrarmos uma solução, por mais remota que seja. A única esperança realista que nos resta — se não me engano — é educar os nossos filhos na convicção de que não nasceram para viver a seu bel-prazer, mas para, antes de mais nada, servirem os outros.»

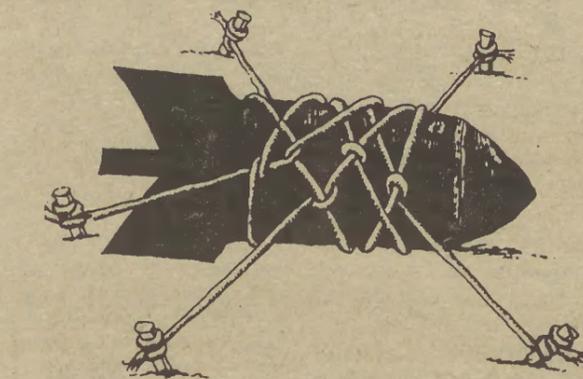
São palavras, já antigas, do pediatra norte-americano Benjamin Spock, conhecido em todo o mundo pela sua obra de divulgação. Palavras que ajudam a compreender porquê aos 83 anos, Spock é preso numa manifestação de protesto contra o missile Trident-2, quando com outros manifestantes saltava uma vedação da Força Aérea norte-americana em Cabo Canaveral. Um entre mais de uma centena de presos, posteriormente fotografados e identificados, para que constem nos ficheiros das policas norte-americanas, como elementos perigosos, gente que quer a paz.

Esta é outra face dos Estados Unidos. A América que luta pela Paz, contra o racismo, contra a miséria. A resposta popular, no seio da própria cabeça do imperialismo, à agressividade política de Washington. Uma resposta que objectivamente se coloca de par com as outras batalhas e iniciativas de paz por todo o mundo, e em particular com a consequente política de paz da URSS.

Enquanto nos Estados Unidos se procede a ensaios com o missile Trident-2 e as forças armadas norte-americanas anunciavam ter procedido a mais um ensaio de um novo missile ar-solo, capaz de transportar uma ogiva nuclear e destinado a ser lançado pelo novo bombardeiro B1-B, e simultaneamente se planeia a mais rápida implementação de componentes do plano de militarização do Cosmos — o curso de conversações pela Paz impõe-se, também como expressão de uma determinação que abarca todos os povos.

«Estamos a entrar numa nova fase de conversações», sublinha o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, no aniversário do projecto de desnuclearização até ao ano 2000, apresentado há um ano por Gorbachov. «A União Soviética está decidida a continuar a manter o diálogo internacional e a procurar atitudes inovadoras.»

Nesta nova fase se incluem múltiplas conversações: dia 12 de Janeiro, iniciaram-se em Ge-



nebra negociações multilaterais sobre a proibição de armas químicas; a 15 de Janeiro recomencaram as conversações soviético-norte-americanas sobre armamentos nucleares e espaciais; a 22 de Janeiro, as conversações de peritos sobre a cessação dos ensaios nucleares; a 27 de Janeiro terá lugar o encontro de Viena de representantes dos Estados participantes na Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa e, a 29, mais uma volta das conversações de Viena sobre a redução das forças armadas e dos armamentos na Europa Central.

Que perspectivas para esta nova fase?

Difícil será diagnosticar. A posição de recusa de facto de qualquer entendimento concreto por parte dos Estados Unidos é conhecida. Como afirmou há dias Gorbachov, em mensagem

dirigida ao «Grupo dos Seis», «há quem tente destruir o próprio fundamento que tem sido edificado nesta área ao longo dos últimos quinze anos.»

Só que o tempo urge. «O século nuclear impõe a sua lei», como sublinha o vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros — «concedendo o mínimo de tempo, exige a máxima mobilização da inteligência e da vontade humanas para que não deflagre uma catástrofe global, seja saneada a situação internacional e criadas as bases de uma segurança universal, igual para todos.»

Uma realidade concreta em que ressalta mais ainda a importância do movimento de massas pela paz, as suas significativas expressões nos Estados Unidos. Como o exemplo que acima citamos. Um exemplo entre muitos outros.

Internacional

Coreia do Sul

Lho Shin-Yong em Lisboa uma visita indesejável

O primeiro-ministro sul-coreano, Lho Shin-Yong, inicia hoje em Lisboa uma visita oficial a Portugal, a convite de Cavaco Silva, inserida numa digressão por vários países da Comunidade Económica Europeia.

Razões para tal visita, se as há, não foram dadas. Mas como infelizmente sobejam razões para que a visita se não fizesse, impõe-se chamar a atenção para mais este lamentável passo da política externa nacional, onde os escândalos não deixam de acumular-se (e agravar-se) perante o mutismo comprometido (e conivente) do Governo.

O homólogo que Cavaco Silva vai hospedar, com as honras de Estado protocolares, não é uma pessoa qualquer. É não pelo cargo que ocupa, mas pelo que representa. Qualquer coisa como o porta-voz oficial de um território militarmente ocupado pelos Estados Unidos desde 1945 e artificialmente alçado à categoria de Estado com o objectivo expresso de servir os interesses estratégicos do imperialismo na zona do Pacífico.

Provavelmente, muitos serão os portugueses que da história da Coreia não sabem o bastante para reconhecer aquela realidade, o que nem chega a ser motivo de espanto num país onde as preocupações da generalidade da imprensa com a «defesa dos direitos humanos, a liberdade e a democracia» sofrem de miopia crónica.

É certo que bem recentemente a televisão mostrou imagens dos jovens estudantes sul-coreanos a serem barbaramente espancados pela polícia; os mais atentos podem até lembrar-se das manobras militares «Team Spirit» anualmente realizadas pelos EUA na região, com dimensões cada vez mais ameaçadoras; e é verdade que a imprensa noticiou esta semana a confirmação oficial, feita pelo ministro sul-coreano do Interior, do assassinato dum estudante universitário torturado até à morte pela polícia do departamento anticomunista.

Mas por mais chocantes que sejam essas notícias estão longe de dar uma imagem global da bestialidade do regime imposto pelo imperialismo norte-americano no território sul-coreano e da aberração que constitui a divisão da península coreana.

Para fazer uma ideia aproximada dessa realidade, contra a qual a população nunca deixou de rebelar-se, torna-se necessário recuar até 1945, altura em que a pretensão de «desarmar o Japão» os EUA ocuparam parte da Coreia onde, com toda a propriedade da expressão, se instalaram com armas e bagagens.

As forças militares do Japão foram expulsas pelas tropas soviéticas e pelo Exército Popular da Coreia, mas os EUA ficaram. E empenharam-se a fundo em organizar e fortalecer as forças reaccionárias, impedindo que as profundas transformações democráticas registadas no norte alastrassem por toda a península. O processo culminou em 15 de Agosto de 1948 com «a criação» da Coreia do Sul, consagrando o domínio americano a sul do paralelo 38.

Um rasto de sangue

O processo de dominação nunca foi pacífico. As sucessivas administrações militares que

ocuparam o poder deixaram atrás de si um rasto de sangue e corrupção impossível de camuflar, não obstante a censura, a lei marcial, as fraudes eleitorais.

Desde os quatro mil coreanos mortos nos protestos populares de 1946 até à sangrenta repressão da revolta estudantil em Maio de 1980 (em que os EUA intervieram directamente quando já alastrava a outros sectores sociais), passando pelo golpe militar de 1961, toda a história sul-coreana está marcada pela mais brutal violência, feita sinónimo da dominação estrangeira.

A anunciada «democratização» ensaiada a partir de 1982, data em que é levantado o estado de sítio em vigor há mais de



Coreia do Sul — A repressão é o cartão de visita de Lho Shin-Yong, o convidado sul-coreano de Cavaco Silva

30 anos, não passa de mais uma manobra demagógica para dar ao regime ditatorial a credibilidade e legitimidade que não

possui, e tentar fazer esquecer os mais de trinta mil militares norte-americanos estacionados no território com o seu enorme

potencial de armas convencionais e nucleares.

Quando o hóspede que Cavaco Silva hoje recebe, Lho Shin-Yong, chegou ao poder, em 1985, prometeu responder «à vontade nacional de estabilidade e reformas». O estudante há dias torturado até à morte pela polícia de Shin-Yong simboliza da forma mais dramática qual é essa «vontade».

Que o Governo de Cavaco Silva (que dá guarida aos bandidos da Renamo e da Unita, que colabora com os EUA na guerra contra a Nicarágua, que permite a utilização do território nacional para o fomento da guerra em vários pontos do mundo) faça questão de receber Shin-Yong, não é caso para admirar. Servem ambos o mesmo patrão — o imperialismo norte-americano, que não está interessado na reunião pacífica da Coreia.

Mas os democratas portugueses, o povo português, não podem deixar de considerar esta visita uma ofensa à democracia. E como tal, repudiá-la, bem como ao Governo que a promove.

Salvador

População exige negociações de paz

A União Nacional dos Trabalhadores Salvadorenos (UNTS), organização de operários e camponeses de El Salvador, promoveu no passado domingo, na capital do país, uma importante manifestação de protesto contra as recentes medidas económicas aprovadas pelo governo do presidente Napoleon Duarte e contra a sua política de incremento da guerra civil.

A manifestação, em que participaram dez mil pessoas, constituiu um veemente protesto contra o pacote de impostos que o governo pretende aplicar com o objectivo expresso de angariar fundos para a guerra contra os patriotas das Frentes Democrática Revolucionária (FDR) e Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). Um protesto que reafirmou mais uma vez o profundo desejo do povo salvadorenho de que seja encontrada uma solução política, negociada, para a guerra civil que há seis anos flagela o país.

Como afirmou na ocasião um dirigente da UNTS, a manifestação destinou-se a dizer ao Partido Democrata-Cristão (do presidente) que os trabalhadores não querem a guerra, querem paz e justiça.

Uma aspiração partilhada pela FMLN e a FDR, que desde o início da guerra popular revolucionária contra a ditadura pró-imperialista que domina o país têm afirmado a sua disposição de conquistar a paz com base na justiça social, na democracia e na independência nacional. Na prática, em causa está o direito do povo salvadorenho de decidir do seu próprio destino e não, como desde há longos anos sucede, viver na mais completa dependência dos EUA, que, apos-

tados em impedir «outras Nicaraguas» no que consideram o seu «pátio das traseiras», não se têm poupado a esforços para alimentar uma guerra que sem a sua ingerência há muito se teria decidido a favor das forças patrióticas.

Exemplo acabado da responsabilidade norte-americana neste conflito, que já causou mais de 55 000 mortos, para além de pelo menos 800 000 «deslocados» internos e um milhão de refugiados dispersos por toda a América Latina, é o próprio facto da continuação da guerra, testemunho da incapacidade das forças reaccionárias no poder em obter uma vitória militar, mesmo com a constante e crescente ajuda americana.

Apoiando-se fortemente numa forças armadas corruptas e em grupos para-militares que cometem os crimes mais bárbaros contra a população civil, o regime de Napoleon Duarte está hoje mais isolado e desacreditado do que em Maio de 1984, altura em que se realizaram «eleições» no país, numa tentativa de institucionalização do poder militar encapotado. Numa ampla campanha para a recuperação da credibilidade, tanto a nível interno como externo, Napoleon Duarte apostou no desejo de paz da população, afirmando-se aberto ao diálogo com a FDR-FMLN.

O prestígio obtido, o rótulo de moderado ganho, compensaram Duarte pelo preço político do reconhecimento da força do movimento guerrilheiro. Sobretudo porque não fazia parte dos seus planos dar qualquer continuidade prática às negociações de paz. Os encontros realizados sob a mediação da Igreja, em Outubro e Novembro de 1984, respectivamente em La Palma e Ayagualo, que poderiam ter sido — se encarrados com seriedade pelo governo — passos decisivos para o desenvolvimento do processo de diálogo, não tiveram sequência.

Desde então, Napoleon Duarte rejeitou cinco propostas apresentadas pela FDR-FMLN para o reatamento do diálogo, ao mesmo tempo que os militares intensificaram os ataques

contra a população civil. Segundo informações de organismos de defesa dos direitos humanos, em 1985 verificaram-se 1107 ataques das forças governamentais contra povoações e nos primeiros seis meses de 1986 mais de 609 ataques do mesmo género; as Nações Unidas condenaram já sete vezes o governo salvadorenho pela violação dos direitos humanos.

A situação económica do país não parou entretanto de se degradar, piorando sensivelmente após o terramoto ocorrido em Outubro último, não só pela incapacidade oficial de tomar medidas eficazes para fazer face à catástrofe como também pelo aumento da corrupção (desvio de fundos dos donativos internacionais para apoio às vítimas do terramoto). Estima-se que no país os desempregados constituam actualmente cerca de 60 por cento da população!

A manifestação de domingo assume neste contexto uma importância ineludível, sobretudo se se tiver presente que surge na sequência de uma nova proposta do movimento guerrilheiro para a formação de um «governo provisório que ponha fim à ingerência norte-americana no país e restitua a Salvador a sua soberania e dignidade nacionais» e após severas críticas da Igreja ao regime de Duarte por rejeitar as conversações de paz.

«Após longos meses de luta persistente, os trabalhadores da Carris de Lisboa viram agora os seus salários aumentados de 8\$00 diários a partir de Janeiro. Receberam, além disso, 600\$00 como compensação pelo facto do aumento já ter sido prometido desde Junho passado.

Esta importante vitória de cerca de 6000 trabalhadores da Carris de Lisboa vem mais uma vez demonstrar que só pela sua unidade e persistência na luta os trabalhadores conseguem ver melhorados os seus salários.» (...)

«Pela sua luta os trabalhadores da Carris conquistaram mais 8\$00 diários!» — «Avante!», VI série, n.º 227, 2.ª quinzena de Janeiro de 1987)

«A freguesia de Talhadas do Vouga (lugares de Macida, Talhadas, Doninhas, Seixo e Arcas), concelho de Sever do Vouga, é uma de tantas freguesias que viram os seus baldios, em que assentava boa parte da subsistência da população, ocupados pelos Serviços Florestais. Estes entraram aqui com pezinhos de lã e muitas promessas: direito do povo roçar as matas; dar pastos ao gado no baldio; reconhecer direitos de posse e propriedades particulares; dividir com a freguesia o rendimento das matas; deixar, pelo menos, 80 metros de terreno entre as matas e os prédios particulares.

Numa exposição com cerca de 700 assinaturas enviada a M. Caetano todo o povo da freguesia denuncia que os S.F. não só não cumpriram estas promessas como se tornaram responsáveis por uma série de actos de puro banditismo: a área de baldio foi alargada progressivamente com a usurpação de terrenos particulares; as zonas de pasto foram proibidas e os donos do gado que era apanhado submetidos a multas segundo o arbítrio dos guardas armados; autorizava-se a exploração de água nos terrenos dos S.F. para depois ser proibida a utilização de água explorada que revertia para os S.F.; cediam-se terrenos bravios para serem reconvertidos em terrenos de produção para depois expulsarem os que nelas tinham trabalhado duramente; zonas cultiváveis e habitações dos camponeses foram asfixiadas pelo pinhal. O povo vive no terror de que um grande incêndio, como se tem verificado noutras matas, destrua toda a freguesia.» (...)

«Devolução dos baldios aos povos! Talhadas do Vouga) aponta o caminho» — «Avante!», VI série, n.º 425, 2.ª quinzena de Janeiro de 1971)

«Na «CEL» e «CAT», empresas de fios e cabos eléctricos situadas na Venda Nova, à frente das quais se encontra actualmente um tal Dr. Costa Farelo, os operários são explorados e perseguidos duma forma brutal.

Não pagam horas extraordinárias, baixam salários, tiram licenças a alguns empregados que adoeçam, despedem operários sem motivo e recusam-se a pagar as indemnizações. Já aqui se chama a essas empresas o «Tarrafal da Venda Nova».

Não há muito, um operário que trabalhava com um pesado auto-clave de vapor adoeceu gravemente devido a esse trabalho violento, tendo de ser-lhe extraído um rim. De regresso à fábrica, a gerência baixou-lhe o ordenado de 45 para 30\$00. Devido à doença e às condições de trabalho, o operário perdeu o uso da razão, tendo sido mandado para casa sem qualquer tratamento ou auxílio.» (...)

«O que se passa na «CEL» e «CAT»» — «Avante!», VI série, n.º 226, 1.ª quinzena de Janeiro de 1987)

Trabalhadores da MDF



100 anos de solidão à beira-Tejo, lutando...

Aprenda de Natal da administração da «Metalúrgica Duarte Ferreira», no Tramagal, ao pessoal da empresa foi entregue no passado dia 23 de Dezembro, sob a forma de um requerimento de aplicação da «lei-off» (já canalizado para o Governo, evidentemente), cujo pretende despedir mais 294 pessoas de uma virada só. Como tal atenção se vinha juntar a sucessivos salários em atraso e a, ainda, o pagamento discriminatório de partes dos ordenados de Setembro e Outubro passados (também parcialmente em dívida), os 560 trabalhadores da divisão de fundição e mecânica (a maior da empresa e a que está actualmente «em palco» na encenação de estrangulamento da MDF coreografada pela administração) responderam em

conformidade, enveredando pela luta aberta em defesa dos seus direitos e postos de trabalho. Não é uma luta nova, mas apenas mais um episódio da que os trabalhadores travam há anos em defesa da MDF, da sua viabilização, refrescamento e competitividade, contra sucessivos actos de estrangulamento praticados por gestões incompetentes e corruptas (como é voz corrente no Tramagal), no sentido de encerrar definitivamente a empresa. Neste caso não estamos apenas perante mais um grave crime contra a economia nacional, mas também na presença de um drama social que ameaça toda a população e a própria sobrevivência da localidade, como tal. O Tramagal é a «Metalúrgica Duarte Ferreira», com ela nascendo há mais de um século numa curva do Tejo,

crescendo ambas — localidade e empresa — ao ritmo das necessidades desta última. Pois a MDF, que ao longo de um século e na lógica do poderoso desenvolvimento capitalista, atraiu ao Tramagal milhares de famílias, que ali se radicaram ligando por inteiro a vida ao destino da empresa, começou em 1985 a expulsar trabalhadores em massa com a conivência do então Governo PS/PSD, como corolário da acção incompetente e asfiantante de sucessivas administrações. A actual luta dos trabalhadores começou aí. O episódio que hoje abordamos em pormenor nesta reportagem, sendo mais um, não é um qualquer: trata-se do primeiro dos episódios que se seguirão nesta luta que — pudemos constatar-lo — não esmorecerá tão cedo. ■

■ Henrique Custódio

TRAMAGAL

Para já, vitória, mas a luta continua!

O actual conflito laboral na «Metalúrgica Duarte Ferreira» tem, na origem, mais uma manobra da administração da empresa (que, informe-se, não põe lá os pés há largo tempo): em Outubro e Novembro passados só foram pagos aos trabalhadores da MDF 60% dos salários; em Dezembro processou-se o pagamento dos 80% em dívida à divisão-auto (120 pessoas) e à divisão agrícola (230 pessoas), deixando-se «de fora» a divisão de fundição e mecânica, de longe a maior da empresa, com os seus 560 trabalhadores. A manobra divisionista tornou-se clara quando se somou dois mais dois, ou seja, quando se relacionou esta atitude discriminatória com a intenção da administração em despedir mais 294 trabalhadores da divisão de fundição e mecânica através da aplicação da «lei-off», cujo requerimento já foi enviado ao Governo (e não cumprindo os pressupostos principais que enquadram o requerimento da referida lei). Mais: a administração fez saber à divisão de fundição e mecânica que, para ali, o pagamento dos 80% era zero, enquanto agitava a lista de nomes, já prontinha, com os 294 trabalhadores a despedir... Perante isto só restava entrar em luta — que já deu os seus frutos.



João Constantino, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém, foi um dos sindicalistas que esclareceu a nossa reportagem sobre a situação na MDF



Aspecto da «marcha de bicicleta» Tramagal-Lisboa, que levou o protesto e as reivindicações da MDF à porta do Primeiro-Ministro. Este, ocupadíssimo, mandou o contínuo receber «a papelada» dos 700 manifestantes...

Luta que começou no dia 12 de Dezembro passado na divisão de fundição e mecânica com o sequestro de um administrador, prosseguiu nos dias 16, 17 e 18 com uma marcha de bicicleta do Tramagal a Lisboa, em grupos de 25 ciclistas, para concentrações frente à sede da empresa, na Avenida 5 de Outubro, à Assembleia da República e da residência oficial do Primeiro-Ministro, juntando multidões de 700 pessoas. Escusado será dizer que, enquanto na AR a generalidade dos Grupos Parlamentares recebeu os trabalhadores, na residência do Primeiro-Ministro assumou apenas um funcionário para receber, fora de portas, a documentação...

Dada a intransigência da administração, como nos pomenorizou João Constantino, dirigente do Sindicato

dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém com quem trocámos impressões entre dois plenários, os trabalhadores mantiveram-se nos seus postos de trabalho a partir do dia 19 de Dezembro, aguardando a resolução do conflito. Em Janeiro avançaram com um pré-aviso de greve e entrou-se decididamente na paralização. Em todo este tempo os trabalhadores mantiveram contacto diário com a administração da empresa através das suas ORT's, na busca permanente de se ultrapassar o conflito, ao mesmo tempo que entregavam ao ministro do Trabalho (a 15 deste mês) documentação demonstrativa das ilegalidades em que assentava a solicitação da «lei-off» na empresa apresentada pela administração, pelo que devia ser indeferida. No decurso dos contactos diaria-

mente mantidos pelas ORT's com a administração tornou-se claro o objetivo desta em manter o conflito em aberto de modo a obrigar o Governo a satisfazer as suas intenções de despedimento em massa, até que no passado dia 15 os trabalhadores lançaram um «desafio à administração da MDF e ao Ministério do Trabalho» que, após discussão com a primeira, produziria a primeira alteração na situação.

Os frutos dum desafio

O «desafio», após denunciar que o conflito na MDF resultava «das medidas Inconsequentes dos sucessivos governos, da prepotência e ilegalidade da administração, do não pagamento dos salários, a discriminação e a suspensão de trabalhadores» e apontar que estava nas mãos da administração e do Governo a continuação, ou não, da greve, propunha com clareza um conjunto de decisões: «retomada imediata da laboração, pagamento dos salários, fim à actual discriminação entre os trabalhadores, início imediato entre ORT's, administração e Governo da discussão das medidas efectivas de viabilização da empresa e consequente suspensão das anúncias pela empresa».

Pressionada pelos acontecimentos a administração da MDF cedeu, abandonando a intransigência do «pagamento zero» e redigindo uma curiosa contraproposta que, em substância, dizia o seguinte: «Respondendo à questão posta pelos Trabalhadores a Administração na sequência, aliás, do que tem vindo a expor às ORT's pode agora informar que efectuará o pagamento dos 40% relativos ao mês de Outubro no próximo dia 20 do corrente e, até ao dia 10 de Fevereiro p.f. os restantes 40% relativos a Novembro, no pressuposto de que será retomada a normalidade da situação da empresa, no Tramagal, sem o que não será naturalmente possível obter os

BANCO FONSECAS & BURNAY

À EXMA. ADMINISTRAÇÃO DA
METALÚRGICA DUARTE FERREIRA, S.A.R.L.
Av. 5 de Outubro, 122, 29.

1000 LISBOA

| N.º referência | Sua cópia certo de | Nossa referência | Data |
|------------------|--------------------|------------------|----------|
| 122/86-ADM/L | 25.09.86 | 550/JN | 22.10.86 |
| DCAF/AP/JG-1636/ | 29.09.86 | | |
| ASSUNTO | /86 | | |

UNIDADE DE MONTAGENS AUTO - APOIOS FINANCEIROS

Exmos. Senhores,

Na presença das vossas cartas em referência que mereceram a nossa melhor atenção, cumpre-nos informar o seguinte:

- Inequivoca discordância do Banco relativamente à forma como V.Exas. conduziram a operação "Portaro", nos aspectos em que involuntariamente o próprio Banco se viu envolvido, devido aos sucessivos incumprimentos da vossa parte de créditos documentários de importação, considerando nós que através da competente hierarquia comercial o Banco, em devido tempo, levantou as pertinentes reservas ao comportamento de V.Exas.;
- O nosso desacordo, de princípio, à celebração do contrato assinado entre V.Exas e a Semal, no qual esta última cedeu os direitos de utilização e fabrico dos veículos da marca PORTARO à METALÚRGICA DUARTE FERREIRA, S.A.R.L.;
- Ser nosso entendimento não dever assumir, de momento, qualquer compromisso quanto aos novos apoios solicitados;
- Alertar V.Exas. para a indispensabilidade de ser apresentado ao Banco, com as necessárias actualizações, um plano tendente à regularização das elevadas responsabilidades de V.Exas. para conosco, que se encontram em situação de incumprimento.

Até os Bancos!!!

Como já referimos, o Governo do «bloco central» ratificou os despedimentos pretendidos pela administração da MDF em 1985, expulsando dos seus postos de trabalho 500 trabalhadores que, na maioria dos casos, tinham mais de 20 anos de casa. Para além disso ofereceu de bandeja à administração qualquer coisa como 320 000 contos, para «projectos de recuperação». Os 320 000 contos voaram rapidamente, mas quanto a projectos nada se viu. O escândalo foi de tal ordem que o principal banco credor da MDF, ao ver assim sumida uma tal verba, cortou abruptamente o crédito à respectiva administração, em termos que reproduzimos:

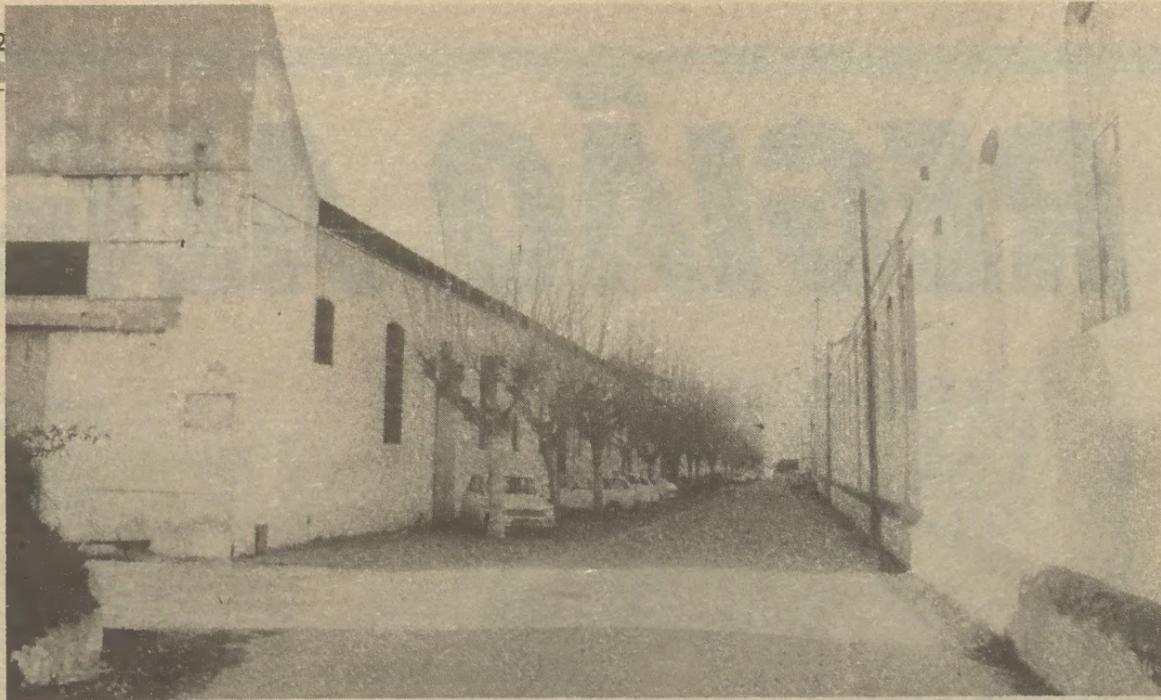
«Na presença das vossas cartas em referência (...) cumpre-nos informar o seguinte:

- Inequivoca discordância do Banco relativamente à forma como V. Ex.ª conduziram a operação "Portaro", nos aspectos em que involuntariamente o próprio Banco se viu envolvido, devido aos sucessivos incumprimentos da vossa parte de créditos documentários de importação, considerando nós que através da competente hierarquia comercial o Banco, em devido tempo, levantou as pertinentes reservas ao comportamento de V. Ex.ª;

(...)

- Ser nosso entendimento não dever assumir, de momento, qualquer compromisso quanto aos novos apoios solicitados.»

Claro como água. E turvo, muito turvo, neste tempo cavaquista de «honestidades governamentais»... ■



A administração da MDF aposta na desertificação da empresa, esquecendo que não é tão simples assim, quando os trabalhadores a habitam com o vigor da luta e a força da unidade

meios financeiros para a efectivação dos referidos pagamentos.»

Assistimos ao plenário de trabalhadores que, logo a 16 de Janeiro, decidiu a resposta a dar a esta novidade. Vale a pena passá-lo para o outro lado de um subtítulo — a ele e ao epílogo (provisório) deste conflito.

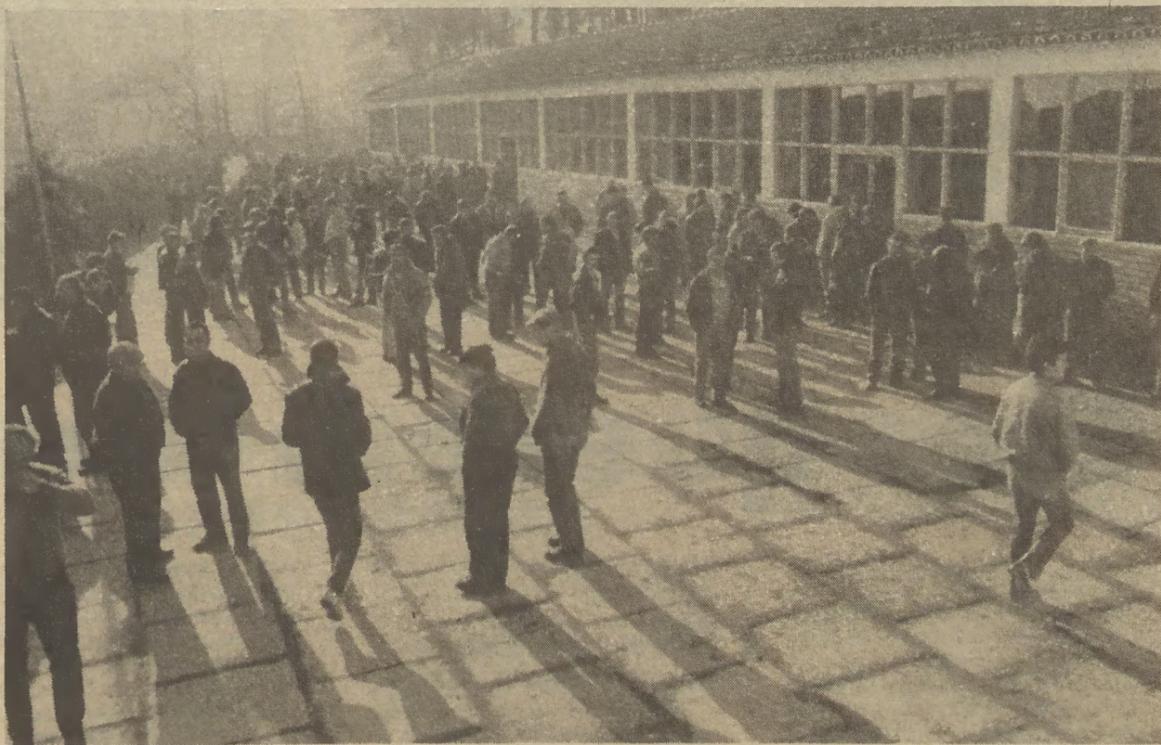
Colheita provisória

O refeitório da MDF — amplo recinto que também está sob a mira do projecto liquidacionista da administração — foi mais uma vez o espaço do debate e das decisões dos trabalhadores. Suspensa do tecto, em balões-abajures de descomunal proporção, a «frase-chave» do retorno dos patrões à empresa em 1980: «1880/1980 — 100 anos/um futuro»...

Estavam lá todos e a constatação tem que se lhe diga: é que no «todos» integravam-se elementos ainda há pouco ausentes de quaisquer lutas reivindicativas, quando não fortemente críticos do decidido, no plano sindical, pela maioria dos trabalhadores, no quadro da luta que se arrasta há anos na MDF. Alguns, que pediram a palavra no calor da discussão, fizeram mesmo questão de sublinhar o que todos sabiam mas que aos próprios parecia necessário explicar: a sua condição de até ali «ausentes» do «espírito intersindical» que sempre comandou a luta na MDF, desaguando em intervenções lúcidas, com apelos à unidade, à concentração de esforços e à atenção ao essencial. É que os seus nomes também constavam da lista dos despedidos...

E foi o essencial que dali saiu, após acalorados debates onde cada um disse de sua justiça e alguns exercitaram a veia humorística, como o que elevou a voz entre duas votações para dizer que «eu cá voto as duas, o que eu quero é que me paguem!». Duas propostas que acabaram por se fundir numa, aceitando o pagamento dos primeiros 40% em 20 de Janeiro e exigindo que os segundos fossem pagos até ao final deste mês e não até 10 de Fevereiro, comprometendo-se todos em retomar o trabalho logo que houvesse resposta afirmativa da administração.

A resposta veio de imediato (na tarde do mesmo dia 16) e, após intensas



À beira Tejo nasceu, das margens da luta depende...

A «Metalúrgica Duarte Ferreira» (MDF) foi fundada em 1880 numa curva do Tejo perto de Abrantes, provocando o florescimento de uma povoação hoje com milhares de habitantes — o Tramagal — integrada autarquicamente no concelho abrantino. Desnecessário se torna amiudar o como o povoado depende desta unidade industrial que, desde o início, lhe explicou o desenvolvimento e a própria existência.

Quando a Revolução de Abril derribou o fascismo, a MDF encontrava-se em falência técnica, pelo que foi intervencionada em Dezembro de 1974. Exactamente cinco anos depois

viria a desintervenção através do Governo de Lurdes Pintasilgo, abrindo caminho ao regresso dos patrões — herdeiros de Eduardo Duarte Ferreira — que não tiveram pudor em coreografar a mais pacóvia demagogia jamais vista na terra.

Cintilando à frente de uma «frase chave» já aqui citada — «1880/1980 — 100 anos — um futuro» a família Duarte Ferreira apresentou-se em peso no Tramagal, trepando para um palco tão descomunal como a sem vergonha das promessas então feitas, nomeadamente a que iria ser amargamente recordada pouco depois e que garantia que todo o dinheiro que «o Estado ali metesse no futuro» seria para investimentos e «criação de novos postos de trabalho». Era o ano da euforia eleitoral da «AD» e um tempo em que a direita se multiplicava nas suas atávicas vigarices para alcançar o poder. Eusébio de Carvalho, ministro do Trabalho, e Álvaro Barreto, então ministro da Indústria (que curriculum impressionante tem este homem, caramba!) foram dois dos «proeminentes» de então que não hesitaram em subir igualmente ao palanque pacóvio dos herdeiros Duarte Ferreira para garantir solenemente a rápida solução dos problemas da MDF. Contados os votos, ninguém mais do Tramagal pôde contar com o cumprimento das promessas, é claro...

Com a morte de Sá Carneiro ascendeu a Primeiro-Ministro Pinto Balsemão, amigo pessoal de Carlos

Duarte Ferreira (o actual herdeiro da MDF), o que permitiu, através de «injecções» de capital público devidamente «embrulhado» em expedientes legais, esconder a lenta agonia em que reentrara a empresa após o regresso dos patrões e antigo «séquito», por gritante incompetência administrativa e o avolumar de procedimentos corruptos na gestão da MDF. Paralelamente prosseguia a demagogia provinciana instalada desde o regresso dos «salvadores», com festas, ralis, jogos com o Benfica (!), etc, a coreografar saúdes económicas de arrearpiar o mais desprevenido.

A queda da «AD» destapou a situação miserável a que os patrões haviam reconduzido a empresa (em brilhante demonstração do que vale, neste País, a «iniciativa privada») e em 1983 começaram os problemas com os salários (que rapidamente acumularam 10 meses de atraso) e com os pagamentos aos fornecedores. O Governo do «bloco central» chefiado por Mário Soares, se acabou com o «saco azul privativo» dos donos da MDF que lhes permitia, em confortável «anonimato», afundar a empresa e engordar as contas bancárias, não tomou quaisquer medidas para salvar a empresa, limitando-se a esperar que a situação se degradasse para, então, agir de acordo com os objectivos da administração. É assim que surge em 1985 a ratificação, pelo Governo PS/PSD, da suspensão ilegal de 496 trabalhadores sob a alegação

de que «estavam a mais», transformando-a em despedimento colectivo e definitivo. Esses trabalhadores estavam tão «a mais» que, logo de seguida, a administração teve de admitir mais 110... A prazo, é claro. Não contente com isto, o Governo de Mário Soares «gratificou a gerência» com 320 000 contos para «desenvolvimento da empresa» (a administração dessa quantia fabulosa, onde a corrupção estalou por todas as costuras sem, contudo, ainda ter «explodido» em público, foi severamente criticada pelo próprio banco que ficou como principal credor da MDF, o «Fonsecas e Burnay», como se pode ver na «caixa» ao lado).

Portanto a luta já deu os seus frutos. Só que continua muito longe da colheita que os trabalhadores merecem, por direito próprio, e o País espera, por necessidade óbvia. Com tais pressupostos, tão cruamente enunciados pelo quotidiano, que ridículos se tornam os que procuram ridicularizar a velha palavra de ordem «A Luta Continua!»...

Ora vá lá! Experimentem ir exercer o humor simplório ao Tramagal, a ver se alguém se ri! No Tramagal, onde 100 anos de luta contra a prepotência patronal não ergueu apenas uma poderosa unidade industrial, mas forjou uma povoação operária que luta, solidária, pela sobrevivência da sua fábrica... ■

Posteriormente o Governo de Cavaco Silva (o mesmo que integra como ministro, embora de outra tutela, o indiscreto Álvaro Barreto que em 1980 prometera mundos e fundos) dá também ali a sua perninha demagógica considerando «ilegais» algumas medidas da Resolução 11/85 do Governo do «bloco central», decidindo sujeitar a viabilização da empresa, através do despacho conjunto 118/86, ao «desenvolvimento da região», o que não passa de cinica burla, dada a inexistência de qualquer projecto para a região nestes próximos anos...

E é neste pé que a MDF se encontra: dependente, tal como o País, já não apenas da incompetência de administrações sem escrúpulos, mas sobretudo de um Governo que se afunda, afundando-nos a todos. ■



EUA, guerras e crise

«E como se costuma dizer na Califórnia, haverá um grande terramoto»...

Washington ergue as armas da guerra comercial, levanta as paliçadas das fronteiras, ameaça de represálias também (e no caso concreto — sobretudo) os seus próprios aliados da CEE. Mais uma «guerra», que reflecte a agudeza da crise económica (das crises) no mundo capitalista, e em particular nos Estados Unidos. E que neste nosso pequeno planeta, cada vez mais interdependente, forçosamente tem as suas consequências ampliadas. A «guerra» não é indiferente ao agricultor francês ou aos trabalhadores que montam peças nas fábricas de Hong-Kong ou da Coreia do Sul. A «guerra» atinge mesmo o comércio internacional, e portanto a economia, em termos mundiais.

Sintetizemos alguns factos.

No dobrar do ano, a 30 de Dezembro, o presidente Reagan anuncia sanções com que ameaça a CEE. Direitos aduaneiros suplementares — que podem ir até aos 200% — serão impostos a uma série de produtos, do gin e conhaque aos queijos. Registe-se mesmo o particular cuidado em atingir cada país individualmente. As sobretaxas sobre os enlatados de presunto visam em particular os dinamarqueses. Os queijos e o conhaque, a França. O gin, a Grã-Bretanha. As azeitonas, a Grécia. Isto para referirmos apenas alguns exemplos.

A razão invocada seria a necessidade de compensação pela perda do mercado de cereais de Portugal e Espanha, em função da integração dos dois países na CEE.

Entretanto, quase simultaneamente (a 2 de Janeiro), a Casa Branca decidiu uma profunda transformação do sistema de preferências aduaneiras. Como consequência, seis países, entre os mais industrializados no mundo em vias de desenvolvimento, nalguns casos verdadeiras neocolónias das multinacionais norte-americanas, vão perder em parte a possibilidade de exportar para os Estados Unidos. Trata-se de Taiwan, Coreia do Sul, Brasil, México, Hong-Kong, Singapura. No caso, Washington nem parece sentir necessidade de avançar qualquer justificação.

A CEE pode vir a optar por sanções de resposta. Singapura mais dificilmente... Em qualquer dos casos a CEE tenderá a conciliar com os senhores do império — Washington. Quanto à «guerra», pequena ou grande, passando pelo erguer das fronteiras comerciais, afecta-nos inevitavelmente a todos. Em particular os trabalhadores dos países cuja política económica (receita muito repetida quando as capacidades de consumo do próprio povo são restritas) está virada para a exportação.

Uma vez mais — e trata-se de facto de uma política permanente — Washington atira sobre os outros países e povos o peso da sua própria crise.

EUA, o peso da crise

Não falemos tão pouco de promessas eleitorais. Porque essas de há muito que nada têm a ver com a realidade económica norte-americana. E em capitalismo, promessas eleitorais valem o que valem — ou seja, não são para levar à prática.

Hoje o que salta à vista — e mesmo os economistas ligados ao capital, também nos Estados Unidos, o confirmam — é a gravidade da situação económica, financeira, social, nos Estados Unidos. A reacção ao projecto

de orçamento para o ano fiscal de 1988, apresentado a 5 de Janeiro pelo presidente Reagan, testemunha isso mesmo.

O projecto foi imediatamente apontado como totalmente irrealista.

Tentando responder às grandes preocupações quanto ao enorme défice norte-americano, o projecto — no papel — respeita criteriosamente o tecto entretanto imposto para esse défice.

Mas em que base assenta este cálculo?

Antes do mais num prognóstico de crescimento económico de 3,2% em 1987, prognóstico em que nenhum economista acredita. E ainda em «economias» no montante de 42 biliões de dólares — com particular inci-

dência nas despesas de carácter social e na agricultura.

Cálculos que quer pelo irrealismo, quer pelo seu conteúdo eminentemente anti-social, bem testemunham o conteúdo da política económica (e não só) promovida por Reagan.

A realidade económica concreta dos Estados Unidos hoje, é de facto muito difícil.

A indústria nunca chegou a recuperar o nível anterior à recessão de 1981-82. Ramos inteiros conhecem graves problemas, não só nos sectores tradicionais como as minas, o aço, a indústria automóvel. Mas também em sectores «modernos», como petróleo, maquinaria e electrónica.

A taxa de desemprego continua elevada, ultrapassando os 7%. Mais: os postos de trabalho criados são com frequência precários e a tempo parcial. Segundo um estudo do Departamento do trabalho, um terço dos empregados do comércio e um quinto dos trabalhadores dos serviços, trabalham a tempo parcial (um exemplo da «flexibilização» tão reivindicada pelo Governo Cavaco!). Por outro lado, a

maioria dos postos de trabalho criados são cada vez mais nos serviços e comércio, o que se traduz numa redução do poder de compra. Em 1986, 81% dos novos postos de trabalho foram criados nos serviços e comércio.

No domínio da agricultura a situação não é melhor — e o projecto de orçamento aposta ainda no seu agravamento.

Referindo um exemplo concreto: no Estado de Yowa, 15% das explorações desapareceram em cinco anos.

Em Junho passado, os preços agrícolas atingiram o seu nível mais baixo desde há oito anos e o valor da terra diminuiu de 26% desde 1982. Pela primeira vez desde 1959, a balança comercial agrícola foi deficitária.

Este o quadro em que se erguem como problema maior os monstruosos défices acumulados — e que Washington se empenha em fazer pagar a todo o mundo. O défice da balança comercial quadruplicou em 1985 em relação a 1980. Quanto à balança de pagamentos, pela primeira vez desde 1914, os EUA tornaram-se oficialmente devedores líquidos em relação ao estrangeiro.

Quadro tanto mais negro quanto as medidas que seriam destinadas a melhorar este desequilíbrio não têm surtido os efeitos pretendidos. Em Novembro passado regista-se uma subida em flecha das importações: 20,3%. Entretanto os exportadores para os Estados Unidos começaram a fazer repercutir nos seus preços as cargas acrescidas pela valorização da sua moeda nacional face ao dólar.

O que é considerado ainda mais preocupante é que, aparentemente, as exportações não beneficiam da depreciação do dólar. Em Novembro baixaram de 3,8%.

É a crise ou, melhor dizendo, as várias crises que se entrelaçam e mutuamente se activam neste momento, nos parâmetros do sistema capitalista.

Entretanto uma das suas componentes — a militarização — continua a ser sistematicamente estimulada. Em 1986 as despesas militares dos EUA ultrapassam os 300 mil milhões de dólares. Os ritmos médios anuais de incremento das despesas militares são duas a três vezes superiores aos ritmos de incremento do produto nacional bruto.

O ofensiva anti-social

Em Maio de 86, uma cadeia humana ligou Nova York a Los Angeles, numa manifestação contra a pobreza, que cinicamente Reagan saudou. Em Novembro, os bispos católicos também denunciavam a dramática mancha de pobreza que abarca um número crescente de pessoas.

Os números não coincidem, mas mesmo oficialmente se reconhece a existência de 14 milhões de pobres — registados. Um dado necessariamente abaixo das realidades, a que importa somar outros não menos significativos, também pelo que testemunham de tendências para um ainda maior agravamento da situação.

60% dos novos postos de trabalho são remunerados abaixo do nível de pobreza. Uma média de 7000 dólares por ano, enquanto o nível oficial de pobreza se situa nos 8000 dólares para um casal com um filho e 10 000 para um casal com dois filhos.

No corte — que o capital tenta impor, entre diferentes sectores de trabalhadores — apenas a 7% se exige qualificação...

Um corte que se pretende também entre a população que apesar de tudo obtém um posto de trabalho e aqueles que nada têm. A amputação das despesas sociais foi realizada de forma a afectar mais os pobres que os trabalhadores melhor remunerados. A indignação contra o peso da carga fiscal é igualmente utilizada contra os sectores mais atingidos da população, que são responsabilizados por tal carga.

Simultaneamente, os cortes nas despesas com a habitação social, que já alcançaram os 78% desde a chegada de Reagan ao poder, provocam um ímpar agravamento desse grande drama que é o das pessoas sem casa, e que hoje, segundo dados das organizações de solidariedade, se calcula ultrapassar os 3 milhões e meio, na sua maioria de origem negra e hispânica. Alastra-se também a composição dos que não têm casa. Segundo um relatório da comissão nacional dos sem abrigo, organização privada, «famílias e crianças constituem actualmente o grupo que aumenta mais rapidamente de entre a população sem abrigo».

Desde já são 18% das crianças norte-americanas que vivem abaixo do nível da pobreza. E o futuro?

O capital demonstra à saciedade não ter resposta para os problemas que a nossa era coloca. Trucida países e gentes em nome dos lucros — que garante — mas sem poder sair do próprio círculo de problemas que gera.

Cada vez mais — e falamos mesmo dos Estados Unidos em particular — a resposta dos trabalhadores a esta política, limitada embora, é a luta.

«Com cada novo encerramento de empresas, com cada novo despedimento, com cada novo corte nos salários, com cada nova falência e a aprovação de cada nova lei anti-operária foi crescendo a compreensão de que a crise não passará — são palavras do camarada Gus Hall, na Conferência Nacional do PC dos EUA, em Julho. — Esta compreensão incide política e ideologicamente no movimento sindical, de baixo para cima. A crescente luta de classes ressoou nas salas de sessões do XVI Congresso da AFLO-CIO, em 1986. Esta repercussão é o resultado dos ventos frescos que têm a sua origem nas empresas, nas linhas de piquetes e nas assembleias sindicais. Estes ventos continuam a ganhar força. E, como se costuma dizer na Califórnia, não há dúvida que haverá um grande terramoto. Só não se sabe é quando...»

■ LC



As notícias são más: estamos ameaçados de uma recessão económica! Tenho medo que a nossa existência piore...

ATENÇÃO! MATA-SE NA INDONÉSIA

Até à hora do fecho desta edição desconheciam-se se ainda faziam parte do número dos vivos quinze militantes comunistas (entre os quais o presidente do Partido) e militares progressistas indonésios presos há mais de quinze anos nas masmorras do ditador Suharto e por ele condenados à morte.

Não é só dos negócios que o segredo é alma. Também o é dos regimes ditatoriais que, como o de Djakarta, pretendem mascarar a sua própria entidade e apresentar-se, tanto a nível interno como externo, senão como a quinta-essência da democracia, pelo menos com o cómodo rótulo de «moderados».

Assim é que, após ter sido surpreendida em Outubro passado com a notícia da execução de nove presos políticos, a opinião pública internacional se vê uma vez mais confrontada com a denúncia de que novas execuções estariam na forja enquanto pelo mundo cristão se fazia um interregno nos confrontos para comemorar o Natal; e se inicia um novo ano sem que de concreto nada se saiba sobre a sorte daqueles patriotas indonésios.

Torna-se necessário recuar vinte anos no tempo para entender como é que a Indonésia, que foi sede da primeira conferência do que viria a ser o Movimento dos Não-Alinhados, que teve o mais forte Partido Comunista da Ásia a seguir ao da China e que viveu até ao início dos anos 60 um importante processo de defesa dos interesses nacionais, se transformou num país onde a repressão e a corrupção foram institucionalizadas, elevadas à categoria de «nova ordem».

A Indonésia, com as suas três mil ilhas, ocupa a maior parte da Insulíndia, o maior arquipélago do mundo; esteve sob a dominação holandesa até 1942, altura em que os japoneses invadiram o país mantendo um sistema colonial idêntico. Finda a II Guerra Mundial, os patriotas que haviam combatido a invasão nipónica proclamam a independência, em Agosto de 1945, e prosseguem a luta contra a antiga metrópole liderados por Ahmed Sukarno, até à conquista total da soberania, em 1954.

A política desenvolvida pelo governo do presidente Sukarno visou, desde a primeira hora, elevar o nível de vida da população, na época com um dos rendimentos *per capita* mais baixos do mundo, bem como o controlo das riquezas nacionais, em particular do petróleo, de que a Indonésia é o décimo produtor mundial. A nacionalização do petróleo, em 1965, parece ter sido de resto o detonador do golpe reaccionário que liquidou a curta experiência democrática indonésia.

«Em Outubro de 1965, um grupo de militares comandados pelo general Suharto tomou o Poder, a pretexto de evitar a «penetração comunista», num sangrento golpe que causou a morte de mais de 500 000 comunistas e cerca de 200 000 presos políticos.

Sukarno foi mantido nominalmente como presidente até 1967, altura em que Suharto passa «oficialmente» a ocupar aquele cargo. Da obra do governo de Sukarno, que morreu em 1970, o novo regime mantém apenas a posição no seio dos Não-Alinhados. A economia é de novo aberta às multinacionais, a «nova ordem» não comporta nenhuma oposição (a repressão é institucionalizada), a memória do passado é apagada com a persistente censura.

Com cerca de 160 milhões de habitantes em 1983 e um crescimento de-

mográfico elevadíssimo (2,34% ao ano), o que provoca sérios desequilíbrios entre a alimentação disponível e a necessária para a população, a Indonésia não encontrou com a ditadura de Suharto resposta para os seus problemas. Pelo contrário, as condições de vida voltaram a degradar-se e a política do governo continua a não dar resposta aos problemas mais prementes, como o aumento anual de dois milhões de pessoas em busca de trabalho.

Sinais de crise

Pese embora a repressão e a proi-

bição dos partidos de esquerda, o regime de Djakarta não conseguiu evitar que os protestos e a revolta germinassem, inclusive no seio dos próprios militares. Em 1971, os estudantes invadem as ruas da capital para denunciar a corrupção do regime; em 1975, tentando canalizar as inquietações crescentes do exército, Suharto ordena a invasão de Timor-Leste, cujo domínio julga não ser difícil e que simultaneamente satisfaz os seus projectos expansionistas.

A resistência timorense, que se mantém até à data, faz arrastar uma guerra já posta em causa pelos indonésios, tanto civis como militares, tornando-se em mais um factor de desestabilização do regime.

Nas eleições de 1977, destinadas à renovação parcial da Câmara dos Representantes, o partido oficial, Golkar, perde posições apesar de toda a legislação repressiva em vigor. O problema «é torneado de seguida com a reestruturação do sistema eleitoral e uma ainda maior restrição da actividade política (em que as forças de esquerda não têm lugar, note-se), o que permite a Suharto apresentar o Golkar como o grande vencedor das legislativas de Maio de 1982. Em Março de 1983, como era de esperar, a Assembleia Consultiva do Povo elege Suharto por unanimidade para o seu quarto mandato de cinco anos.

Mas o facto é que a contestação popular não deixou de aumentar; tor-

Testemunhas incómodas

Ruslan Wijayasastra, 70 anos. Preso em 1968, condenado em Julho de 1974. Presidente do Partido Comunista Indonésio (PKI), vice-presidente da CGT.

Iskandar Subekti, 65 anos. Preso em 1968, condenado em Dezembro de 1972. Secretário do Bureau Político do PKI.

Acep Suryaman, 61 anos. Preso em 1971, condenado em Agosto de 1975. Membro da Comissão Nacional Militar do PKI.

Sukatno, 55 anos. Preso em 1968, condenado em Março de 1971. Secretário-geral da Juventude do Povo Indonésio.

Anatasilus Buang, 46 anos. Preso em 1965, condenado em Novembro de 1969. Militar progressista.

Satar Suyanto, 55 anos. Preso em 1965, condenado em Julho de 1971. Militar progressista.

Bungkus, 59 anos. Preso em 1965, condenado em Julho de 1971. Militar progressista.

Giyadi Wignosuharjo, 57 anos. Preso em 1965, condenado em Outubro de 1968. Militar progressista.

Marsudi, 58 anos. Preso em 1965, condenado em Julho de 1976. Militar progressista.

Nurhoyan, 46 anos. Preso em 1965, condenado em 1969. Militar progressista.

Raswadi, 61 anos. Preso em 1965, condenado em Abril de 1968. Militar progressista.

Sukardjo, 59 anos. Preso em 1965, condenado em Março de 1967. Militar progressista.

Sulaiman, 58 anos. Preso em 1965, condenado em Novembro de 1969. Militar progressista.

Surono Hadiwiyono. Preso em 1965, condenado em Outubro de 1970. Militar progressista.

Desconhece-se o nome do décimo quinto condenado. ■



naram-se cada vez mais frequentes as denúncias sobre a exploração dos camponeses, a confiscação de terras, a miséria dos bairros de lata, a corrupção, a falta de liberdade de expressão. E não são poucas as vozes, mesmo a nível oficial, que afirmam que este será o último mandato de Suharto, se chegar a terminá-lo.

Com a aproximação de novas eleições, a realizar no próximo ano, torna-se notória a preocupação do regime em apagar todos os vestígios dos crimes cometidos, a começar pelos presos políticos, a maior parte encarcerada desde o golpe de 1965. As execuções, de que regra geral só se tem conhecimento *à posteriori*, fazem parte dessa manobra, ironicamente destinada a «restaurar a imagem do regime», falhadas que foram as tentativas de negociar com os condenados o seu silêncio sobre o atroz genocídio

de há vinte anos, de que são testemunhos incómodos, porque vivos.

O silêncio ou a vida — uma chantagem denunciada e rejeitada pelos presos políticos indonésios, que não estão dispostos a dar a Suharto e ao seu regime a respeitabilidade que não mereceram, com sacrifício da sua própria integridade moral.

A lista de condenados à morte, que publicamos em separado, constitui um libelo acusatório contra o ditador de Djakarta. Mortos ou vivos, esses patriotas indonésios (como as centenas de milhar tombados após o golpe e os muitos milhares que continuam a morrer às mãos de esquadrões da morte consentidos pelo regime) exigem a solidariedade internacional para com a luta do seu povo pela democracia. Um apelo demasiado dramático que não pode deixar de ser ouvido.

Ó Pimenta, isso não são maneiras!..

O episódio que segue dentro de momentos aconteceu no passado dia 16 na sede da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC). Várias entidades tinham sido convidadas para uma reunião em que da ordem de trabalhos constava a troca de opiniões sobre o «Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego — PIDR-BM». Por outras palavras: a execução da chamada «**Obra do Mondego**».

Já depois de iniciada a reunião e para espanto dos presentes, o dr. Manuel Porto, presidente da CCRC, revela que o tempo previsto para discussão tinha que ser encurtado pois estava agendada a tomada de posse do Director Regional do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Os participantes na reunião, que nada tinham a ver com esta tomada de posse, assistiram, assim, à fuga atabalhoada do Dr. Manuel Porto, deixando a reunião entregue a um técnico do PIDR-BM sem qualquer autoridade para o assunto em causa.

O «melhor da fita» estava ainda para vir... Decorria a reunião quando irrompe pela sala o secretário de Estado do Ambiente, Carlos Pimenta, acompanhado de ruidoso cortejo, numa impressionante manifestação de falta de respeito

pelos presentes e pela matéria em análise. Vistas bem as coisas, a explicação para este episódio é simples: a reunião foi mais uma manobra montada pelo Governo, neste caso através da Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, para dar cobertura e propaganda às iniciativas de **diálogo** e de **dinamismo** do Executivo minoritário de Cavaco Silva. Um dinamismo de tão elevado calibre que, desta vez, até passou por cima das mais elementares regras da educação!

No espírito de Salazar...

O evento deu-se por iniciativa da **Forum**, uma associação constituída no Porto por gente da direita e dos sectores mais reaccionários do Norte, que não perdem nenhuma oportunidade para tentarem ressuscitar a defunta AD. O evento chamou-se «**1.º Congresso da Região Norte**» e entre os seus promotores lá estavam diversos governadores civis de Cavaco, presidentes de departamentos do Poder Central, organizações dos grandes empresários capitalistas, comissões distritais do partido do Governo e do CDS, presidentes de CMs daqueles partidos e, para **colorir**, a UGT com o próprio Torres Couto em carne e osso. O evento albergou monstruosidades de demagogia e aldrabice. Em torno da **regionalização**, o escândalo assumiu proporções gigantescas. Os mesmos que impedem a

Pontos Cardeais

regionalização disseram no Congresso da **Forum** que «está na hora» e que sem regionalização nada feito. Os mesmos que defendem todos os dias o Poder Central e a política do Terreiro do Paço, garantiram a pés juntos que a regionalização é a resposta. A propósito, o gabinete de Imprensa da Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP divulgou uma nota em que comenta a dado passo: «Este carácter mistificatório do «Congresso da Região Norte» é tanto mais saliente quanto ele tem lugar no momento em que o Governo minoritário do PSD de Cavaco Silva, o CDS, Freitas do Amaral e outros, procuram impedir o avanço do processo de regionalização e a concretização das regiões administrativas, e em que o «Povo Livre», jornal oficial do PSD, chega ao ponto de afirmar que «as populações não estão ainda consciencializadas para a importância da matéria» e que «as autoridades locais não estão ainda suficientemente orientadas e vocacionadas para tão importante exercício constitucional». O mesmo afinal que Salazar

afirmava sobre a falta de preparação do Povo português para a Democracia...»

Os «Mandões»

Segundo o semanário «Tempo», anda toda a gente a preparar eleições. O PSD — julgando-se dono e senhor de todos os poderes ao cimo da terra diz mesmo que em Outubro é que é, por isso preparem-se todos. O curioso é que não é só a pretensão em querer mandar e ordenar sobre tudo, fazendo-se surdo e mudo aos organismos e instituições que dizem justamente, «parem aí que isso é área da nossa competência». Lê-se a dado passo na última edição de o Tempo que «a revisão constitucional parecer ser um factor que forçará o PSD a pedir a maioria dos deputados na Assembleia da República». Passe a correcção da frase, parece-nos que não é só pela gramática que ela peca. Depois de o Governo defrontar os tribunais, depois de o Governo e escusar com argumentos que não se usam nem na República das Bananas a informar a opinião pública sobre os negócios em que anda metido, depois de fazer o espalhafato que é visível por a AR ter legislado como lhe competia e da forma que o fez sobre o licenciamento das rádios, atrevemo-nos a avisar os mais afoitos do seguinte: não é o Governo que atribui deputados, não se prepare o Governo para atribuir a que título for, provisório ou precário, as cadeiras de S. Bento. Sufa, a gente vê cada coisa que o melhor é estar prevenido...

Há jogos que nem a brincar

Escandalizou-se o Movimento dos Professores pela Paz e com toda a razão, porque o que se trata é mesmo de um escândalo. No passado dia 14 de Janeiro na RTP, no programa «Vamos Jogar no Totobola», fez-se propaganda, a mais descarada, a algo que os personagens chamavam um «jogo». Constitua o dito, em meia dúzia de senhores vestidos com um camuflado de guerra a desatarem aos tirinhos de brincar pela Serra de Sintra fora simulando guerras, porque é «muito bom», «faz bem à saúde» e outros mimos do género. Não nos atrevemos, sequer, a rir disto, porque há coisas que não dão mesmo nenhuma vontade de rir. Tão preocupada anda a RTP em «esperar» (o termo é propositado) bolinhas azuis, verdes e sabe-se lá que mais cores nos reservam em quase todos os filmes que exhibe (mesmo os mais inocentes) seja à meia-noite ou à uma da manhã, que não podemos admitir, sob que razões, a exibição de tal «coisa» no horário nobre do 1.º canal (ou qualquer outro horário ou canal). Como se afirma num comunicado do Movimento dos professores pela Paz, «a RTP tem responsabilidades, às quais foge frequentemente. Desta vez foi longe de mais».

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

I

Ô Barreto pequeno,
quanto do teu veneno
são lágrimas de Portugal!
Por tua causa quanto sonho finda
quanta gente ficou sem trabalhar
quanto pobre ficou mais pobre ainda
quanto trigo ficou por semear!

Olhar sem vida e sem glória
podes ter tudo, menos a vitória.
Tua alma é tão bera, tão
parede sem janela,
que nem o próprio satanás dava um tostão
por ela...

II

Ah, as palavras gozadas
que um jornalista apanha
ao Júlio Regadas
algures, em Espanha!

Fala, com o à-vontade e o conforto,
do caso grave que se deu no Porto.
Corruptos os agentes
já presos? Não senhor, estão inocentes.
E ele também, nas boas.
Diz-nos sem cerimónias,
que «são tudo pessoas —
politicamente idóneas...»

Sim senhor, é verdade.
Vendo em certa política o sentido
de tal «idoneidade»
também eu não duvido...

III

Ele há neste País onde vivemos
coisas sensacionais:
sendo certo que há médicos a menos
vem a Beleza e diz que há médicos a mais...

Nessa fala capricha
a tal ministra enquanto fala e exulta
e enquanto fala, cresce a enorme bicha
de doentes à espera de consulta...

Pobres dos hospitais
metidos em engrenagem tão sinistra!
Os médicos não é que estão a mais
quem está a mais é a ministra...

Mas a Beleza é um elo dos pequenos
nas grandes manhas governamentais:
neste País com médicos a menos
é o Cavaco afinal quem está a mais...

Façamos nós baixar bem os taipais
dos ministros obscenos
e Portugal inteiro ganha mais
com o Cavaco e a Beleza a menos...

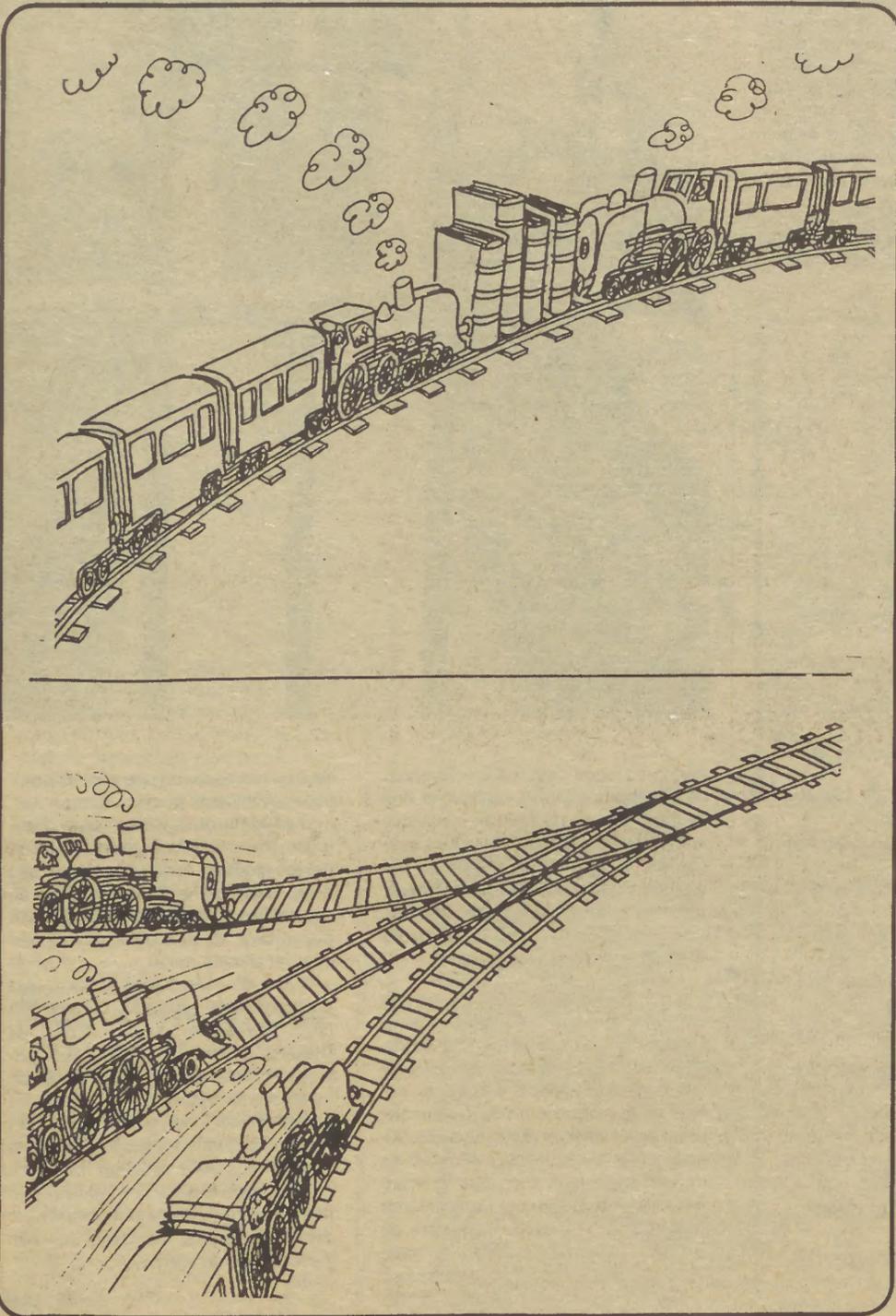
IV

Diz Vítor Constâncio
que é da oposição.
Sim? Ô Constâncio, então avance, e o
Governo vai ao chão!

Eu cá sou pouco lido. Sou, talvez.
Mas aponte-me um só, um só caderno
americano, ou alemão, inglês
ou francês, votre ami,
em que se diga ali
que a missão
da oposição
é manter o governo...

Se a oposição deixa o governo fazer mal
então serve para quê?
Não se entende, afinal,
o como e o porquê...

Não fale mais, Constâncio.
Basta. Já basta de badalação.
Não perca esta oportunidade. Avance, e o
Governo vai ao chão!



Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 682

22 de Janeiro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Álvaro Cunhal visita o concelho da Covilhã

Sábado

11.00
S. Jorge Beira (Minas), encontro
com a população

13.00
Barroca (Minas)

16.00
Unhais da Serra, encontro com a
população

18.00
Cortes do Meio (Junta de Freguesia)

21.30
Covilhã, sessão de esclarecimento
no Cine-Centro

Sexta

• CACÉM

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• MOITA

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho, para divulgação da reunião do CC e mobilização para a manifestação do dia 31/1.

• ALHOS VEDROS

Plenário de militantes, às 21.00 horas, no Centro de Trabalho, para divulgação da reunião do CC e mobilização para a manifestação do dia 31/1.

• BAIXA DA BANHEIRA

Plenário de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho, para divulgação da reunião do CC e mo-

bilização para a manifestação do dia 31/1.

• PÓVOA DE VARZIM

Plenário de professores comunistas deste concelho, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Sábado

• MONTIJO

Colóquio sobre a «Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», com a participação da camarada Conceição Morais, membro do CC do PCP, na Galeria Municipal, às 21.00.

• RIO DE MOURO

Plenário de militantes, com José Casanova, membro da Co-

missão Política do CC, às 16.00, no Centro de Trabalho. Debate sobre a Organização e a Situação Política.

• ÉVORA

Plenário de militantes, para análise da situação orgânica e discussão de medidas que conduzam ao reforço do trabalho da organização e do trabalho político e ideológico do PCP, no concelho, com o camarada Dinis Miranda, da Comissão Política do CC, das 10.00 às 18.00, no Palácio D. Manuel.

• VISEU

Plenário Concelho de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• LAMEGO

Reunião da Comissão Dinamizadora da

Campanha para o novo Centro de Trabalho já adquirido, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• PORTO

Sessão pública do Conselho Mundial da Paz, às 21.30, no Salão Nobre da Faculdade de Engenharia do Porto, promovida pelo Comité Português para a Paz e a Cooperação e pela Comissão de Paz do Porto. «Por um Mundo Livre de Armas Nucleares» é o tema a que se subordina esta sessão.

Preside a esta sessão o marechal Costa Gomes, vice-presidente do Conselho Mundial da Paz, participando ainda o presidente deste Conselho, Romesh Chandra e ainda Gus Newport e Vladimir Orel, membros do CMP. No final, a atuação do Coral de Letras do Porto.

Domingo

• LEIRIA

Realiza-se a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Leiria do PCP sob o lema «Com o PCP, Reforçar a Organização - Defender Abril», no Auditório do Centro Comercial D. Dinis, das 14.30 às 19.00, com a participação do camarada António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do CC.

• VISEU

Plenário Distrital de militantes, às 10.00, no Centro de Trabalho.

Terça

• VIALONGA

Plenário de militantes para debater a actual situação política, às 21.00, no Centro de Trabalho.

BUREAU DA PRESIDÊNCIA
DO
CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA 6.ª FEIRA • 23 JANEIRO • 21 HORAS CINEMA ALVALADE



POR UM
MUNDO LIVRE
DE
ARMAS NUCLEARES

PROGRAMA

ABERTURA ARTÍSTICA: RECITAL DE GUITARRA PORTUGUESA - PEDRO CALDEIRA CABRAL E FRANCISCO PEREZ.
SESSÃO PRESIDIDA POR MARECHAL COSTA GOMES (EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, VICE-PRESIDENTE DO CMP).
INTERVENÇÕES DE: ROMESH CHANDRA (PRESIDENTE DO CMP), SILAS CERQUEIRA E CARLOS CANDAL (MEMBROS DA PRESIDÊNCIA DO CMP).
LUIS ECHEVERRIA (EX-PRESIDENTE DO MÉXICO, VICE-PRESIDENTE DO CMP).

Domingo

10.00
Canhoso, encontro com a população

10.30
Aldeia de Carvalho, encontro
com a população

15.30
Casal da Serra (Tortosendo),
encontro com a população

16.30
Tortosendo, sessão de esclarecimento,
nos «Unidos»

DIA 22/JAN

QUINTA-FEIRA
21 horas

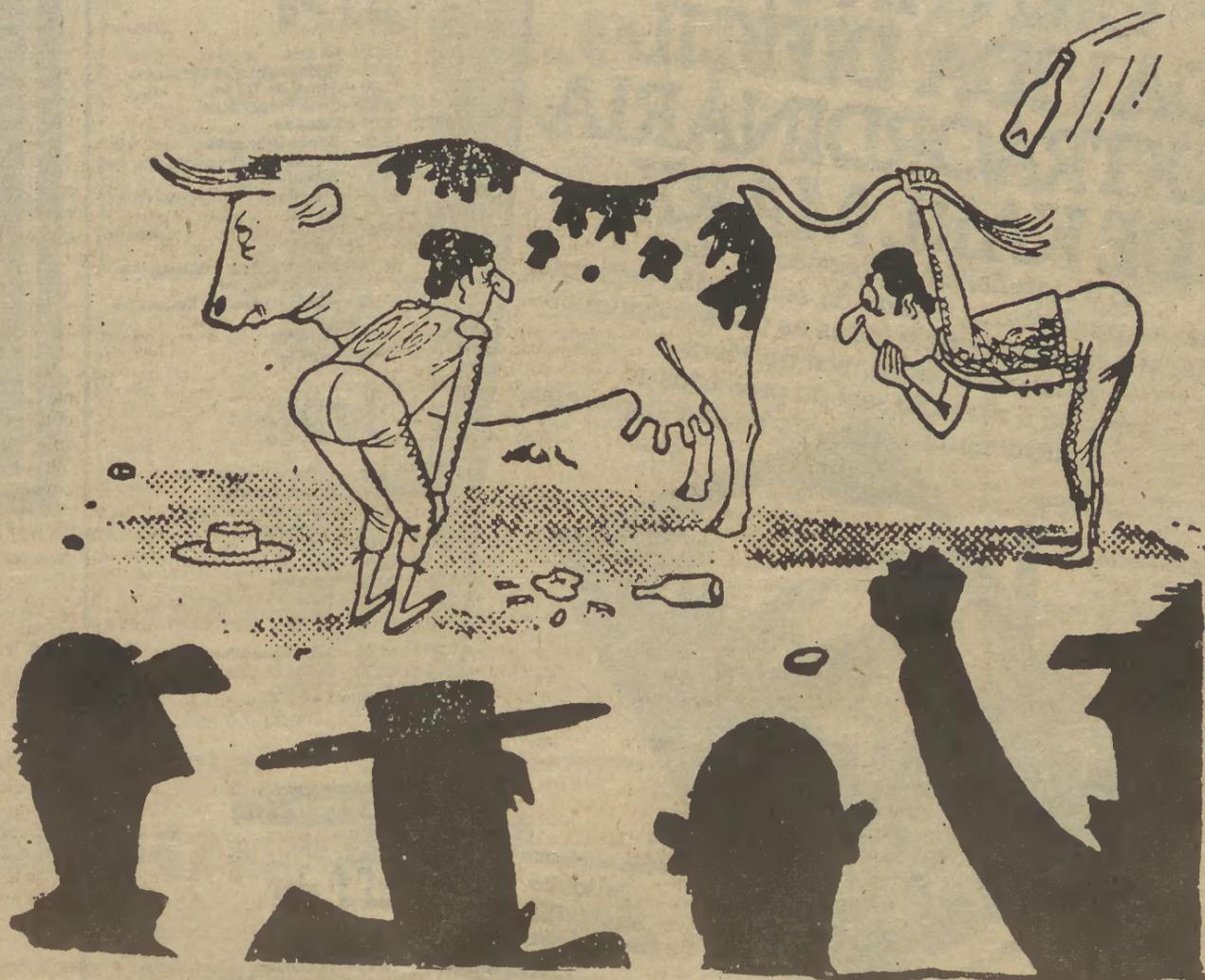
NO
CENTRO DE TRABALHO
VITÓRIA

SESSÃO DE CINEMA

JOGOS
DE
GUERRA
(WARGAMES)
de John Badham

Um jovem apaixonado pelos jogos de computadores entra involuntariamente no sistema de defesa dos EUA levando o mundo à beira da hecatombe nuclear.

DIVULGA!
PARTICIPA!
TRAZ UM AMIGO
CONTIGO!



A. Harvéc — Francês, in «French Post Cards», 1954-EUA

TV O Programa

Quinta ²²

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - **Telenovela**: «Cambalacho» (14.º epis.)
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.35 - **Ciclo Preparatório TV**
 18.07 - **Brinca Brincando**
 18.50 - **Concurso**: «Show Bis»
 19.30 - **Telejornal**
 20.00 - **Boletim Meteorológico**
 20.05 - **Telenovela**: «Palavras Cruzadas» (9.º epis.)
 20.35 - **Europa**
 21.05 - **Face a face**
 21.35 - **Série**: «Kane e Abel» (últ. epis.)
 23.20 - **24 Horas**
 23.00 - **Remate.**

RTP2

14.00 - **Série**: Recordações (8.º epis.)
 15.15 - **Agora, escolham!**
 16.30 - **Notícias**
 16.35 - **Trinta Minutos com...**
 17.05 - **Countdown**
 18.00 - **Estádio**
 19.00 - **Nino Show**
 20.00 - **Notícias**
 20.05 - **Série**: «5.ª Dimensão» (73.º epis.)
 20.30 - **Série**: «Uma Família às Direitas» (49.º epis.)
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **A Quinta do Dois**
 23.15 - **É de Ler.**

Sexta ²³

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - **Telenovela**: «Cambalacho» (15.º epis.)
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.35 - **Ciclo Preparatório TV**
 18.07 - **Brinca Brincando**
 19.30 - **Telejornal**
 20.00 - **Boletim Meteorológico**
 20.05 - **Telenovela**: «Palavras Cruzadas» (10.º epis.)
 20.35 - «Fantástico-85» - II (Programa de Variedades produzido pela RAI)
 21.30 - **Hitchcock apresenta**
 22.30 - **24 Horas**
 23.00 - **Remate.**

RTP2

14.17 - **Série**: «Recordações»
 15.15 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Notícias**
 16.35 - **Trinta Minutos com...**
 17.05 - **Countdown**
 18.30 - **Estádio**
 19.00 - **Nino Show**
 20.00 - **Notícias**
 20.05 - **Série**: «5.ª Dimensão» (7.ª epis.)
 20.30 - **Série**: «Uma Família às Direitas» (49.º epis.)
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Contraponto**
 22.30 - **Série**: «O Bravo Soldado Schweick» (11.º epis.)
 23.30 - **Uma Boa Ideia**
 23.40 - **É de Ler.**

Sábado ²⁴

RTP1

09.00 - **A Quinta do Dois**
 11.15 - **Juventude e Família**
 13.00 - **Sumário**
 13.10 - **Jornalinho**
 14.00 - **Parlamento**
 14.30 - **ABZ**: no final «Tudo em Cima»
 17.45 - **20 Anos** - 1.º programa
 18.45 - **Super Trinta**
 19.45 - **Totoloto**
 20.00 - **Jornal de Sábado**
 20.30 - **Boletim Meteorológico**
 20.35 - **7 Folhas**
 20.55 - **Faz de Conta**
 22.50 - **Série**: «Rebeca - Nome de Código» (2.º epis.)
 23.50 - **Cinema**: «Maldita Mulher». Real. John Cromwell. Intérpretes: Humphrey Bogart, Lizabeth Sott (EUA/1947, 100 min.).

RTP2

12.30 - **Outros Mundos**
 13.00 - **Os Anos não Contam**
 13.50 - **Meu Bicho, Meu Amigo**
 14.05 - **Série**: «A Aposta» (2.º epis.)
 14.30 - **Novos Horizontes**
 15.00 - **Quem Te Viu e Quem TV**
 16.00 - **Troféu**
 20.00 - **Cinema**: «O Nascimento de Uma Nação»
 21.30 - **01 Magazine de Informática**
 21.45 - **Concordo ou Talvez Não**: «O Trabalho de Menores»
 22.40 - **Video Clube**
 22.55 - **Troféu.**

Domingo ²⁵

RTP1

09.00 - **Missa de Domingo**
 09.51 - **Série**: «Vida Selvagem» (6.º epis.)
 10.15 - **TV Rural**
 10.45 - **Juventude e Família**
 12.00 - **70 Vezes 7**
 12.30 - **Série**: «O almoço Está na Mesa» (15.º epis.)
 13.00 - **Viva a Música**
 13.30 - **Série**: «Os Roberts»
 14.00 - **Arco Íris**
 15.30 - **Cinema**: «Yolanda e o Vigarrista»
 17.30 - **Amigos Disney**
 19.00 - **Série**: «Espaço» (últ. epis.)
 20.00 - **Jornal de Domingo**
 20.30 - **Boletim Meteorológico**
 20.35 - **Histórias de Cidades**, de J. Hermano Saraiva - Lisboa
 21.15 - **Série**: «Paraíso Adiado» (13.º epis.)
 22.00 - **Domingo Desportivo**
 23.00 - **Dizem os Astros.**

RTP2

10.00 - **Troféu**
 12.30 - **Magazine**
 13.00 - **Caminhos**
 13.15 - **Música na América**
 13.40 - **Série**: «Akagera»
 14.15 - **Série**: «Coração» (1.º epis.)
 15.00 - **Troféu**
 17.00 - **Fantasia e Realidade**
 17.30 - **Série**: «Lovejoy» (4.º epis.)
 18.50 - «A Herança Científica do Mundo Árabe» (3.º epis.)
 19.20 - **Ler Portugal**: «José Régio de Vila do Conde a Portalegre»
 19.45 - **Série**: «O Triunfo do Ocidente» (2.º epis.)
 20.35 - **Série**: «O Diário Secreto de Adriane Mole» (2.º epis.)
 21.05 - **O Mundo é um Palco**
 22.00 - **Cine Clube**: **Ciclo George Cukor**: «Sylvia Scarlett». Intérp. Katherine Hepburn, Gary Grant (EUA/1936, 90 min.).

20.00 - **Telenovela**: «Palavras Cruzadas»
 21.00 - «1.ª Página»
 21.45 - **Série**: «Dempsey e Makepeace»
 22.45 - **24 Horas**
 23.30 - **Remate.**

RTP2

14.00 - **Série**: «Recordações»
 15.00 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Trinta Minutos Com...**
 17.00 - **Countdown**
 18.00 - **Estádio**
 19.00 - **Music Box**
 20.00 - **Notícias**



20.10 - **Série**: «5.ª Dimensão»
 20.40 - **Série**: «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Cinemadois**: «1789». Real. Ariane Mnouchkine. Intérp. René Patignani, Jean Claude Penchenat (França/1973)
 23.30 - **É de Ler.**

Quarta ²⁸

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - **Telenovela**: «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Ciclo Preparatório**
 18.00 - **Sumário**
 18.10 - **Brinca Brincando**
 18.50 - **Concurso**: «Par ou Ímpar»
 19.30 - **Telejornal**
 20.10 - **Telenovela**: «Palavras Cruzadas»
 21.10 - **Cinema**: «Os Paraquedistas». Real. John Frankenheimer. Intérp. Burt Lancaster, Deborah Kerr, Gene Hackman. (EUA/1969, 102 min.)
 22.45 - **24 Horas**
 23.15 - **Remate.**

RTP2

14.00 - **Série**: «Recordações»
 15.00 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Trinta Minutos Com...**
 17.00 - **Countdown**
 18.00 - **Estádio**
 19.00 - **Music Box**
 20.00 - **Notícias**
 20.10 - **Série**: «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Bailado**: «Ciclo Kylian», apresentado por Jorge Salavisa.

UMA ANÁLISE CIENTÍFICA DA VIDA DIFÍCIL E EXTRAORDINÁRIA DE KARL MARX

«Só o materialismo filosófico de Marx indicou ao proletariado a saída da escravidão espiritual em que vegetaram até hoje todas as classes oprimidas. Só a teoria económica de Marx explicou a situação real do proletariado no conjunto do regime capitalista.»
Lénine

Volume de 800 páginas, encadernado e com sobrecapa. 54 páginas de ilustrações.



Uma iniciativa de edições *Avante!* e Editorial Progresso

Segunda ²⁶

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - **Telenovela**: «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Ciclo Preparatório**
 18.00 - **Sumário**
 18.10 - **Brinca Brincando**
 18.50 - **Concurso**: «Par ou Ímpar»
 19.30 - **Telejornal**
 20.00 - **Telenovela**: «Palavras Cruzadas»
 20.45 - **Série**: «Sim, sr. 1.º ministro» (7.º epis.)
 21.15 - **Deixem Passar a Música** (António Pinto Vargas)
 22.15 - **Série**: «O Mar e a Terra» (1.º epis.)
 22.45 - **24 Horas**
 23.30 - **Remate.**

RTP2

14.00 - **Série**: «Recordações»
 15.00 - **Agora, Escolha!**
 16.30 - **Trinta Minutos Com...**
 17.00 - **Countdown**
 18.00 - **Estádio**
 19.00 - **Music Box**
 20.00 - **Notícias**
 20.10 - **Série**: «5.ª Dimensão»
 20.40 - **Série**: «Uma Família às Direitas»
 21.00 - **Jornal das Nove**
 21.30 - **Série**: «A Espada de Honra»
 22.30 - **2.ª Volta**
 23.00 - **Série**: «Benson».

Terça ²⁷

RTP1

10.00 - Às Dez
 12.15 - **Telenovela**: «Cambalacho»
 13.00 - **Jornal da Tarde**
 13.30 - **Ciclo Preparatório**
 18.00 - **Sumário**
 18.10 - **Brinca Brincando**
 18.50 - **Concurso**: «Par ou Ímpar»
 19.30 - **Telejornal**

Proletários de todos os países: UNÍ-VOUS!

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

1987

O CAMINHO DE ABRIL

Resoluções do Comité Central
 Sobre a Campanha Organizativa decidida pelo Comité Central
 Encontro Nacional da Pesca Artesanal

1987 Retomar o caminho de Abril
 Sobre a Campanha Organizativa decidida pelo Comité Central
 Encontro de Quadros das Comissões Concelhias do Distrito de Santarém
 Encontro Nacional da Pesca Artesanal
 Ainda o Encontro sobre a Comunicação Social Meios de intervenção directa do Partido
 Importante vitória eleitoral em freguesias dos Concelhos da Maia e Gondomar
 Sobre as recentes eleições em freguesias do Concelho do Montijo

